



Programa de Pós-Graduação
**Desenvolvimento
Regional**
mestrado e doutorado



**UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL –
MESTRADO E DOUTORADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

João Felipe Fagundes

**TRAJETÓRIAS DA SUCESSÃO FAMILIAR RURAL: UM OLHAR SOBRE AS
MEMÓRIAS DOS/DAS AGRICULTORES (AS) FAMILIARES CAMPONESES (AS)
NO MUNICÍPIO DE PASSO DO SOBRADO-RS-BRASIL**

Santa Cruz do Sul
2024

João Felipe Fagundes

**TRAJETÓRIAS DA SUCESSÃO FAMILIAR RURAL: UM OLHAR SOBRE AS
MEMÓRIAS DOS/DAS AGRICULTORES (AS) FAMILIARES CAMPONESES (AS)
NO MUNICÍPIO DE PASSO DO SOBRADO-RS-BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Linha de Pesquisa em Território, Planejamento e Sustentabilidade, Universidade de Santa Cruz do Sul – Unisc, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Profa. Dra. Erica Karnopp
Coorientador: Prof. Dr. José Antonio Moraes do Nascimento

Santa Cruz do Sul
2024

João Felipe Fagundes

**TRAJETÓRIAS DA SUCESSÃO FAMILIAR RURAL: UM OLHAR SOBRE AS
MEMÓRIAS DOS/DAS AGRICULTORES (AS) FAMILIARES CAMPONESES (AS)
NO MUNICÍPIO DE PASSO DO SOBRADO-RS-BRASIL**

Esta dissertação foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Linha de Pesquisa em Território, Planejamento e Sustentabilidade, Universidade de Santa Cruz do Sul – Unisc, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Dra. Erica Karnopp
Orientadora – Unisc

Dr. José Antonio Moraes do Nascimento
Coorientador – Unisc

Dra. Cidonea Machado Deponti
Professora examinadora – Unisc

Dr. Daniel Luciano Gevehr
Professor examinador – Faccat

Santa Cruz do Sul
2024



Quando falo que não sou, que somos, o entendimento é esse. Cada pedaço da minha construção é coletivo e os saberes e fazeres de quem me trouxe até aqui estão vinculados com a minha história e a agricultura familiar camponesa é parte fundamental dela.

O autor.

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos nascem da certeza de que este trabalho é fruto de um processo coletivo, de trocas, experiências e amizades, pois, assim como na vida, trabalhamos e aprendemos coletivamente. Por isso, gostaria de agradecer a todas as pessoas que contribuíram de alguma forma para a realização desta dissertação.

Em primeiro lugar, agradeço à minha família e à minha namorada pelo incentivo e compreensão durante todo este processo. Meus pais, como agricultores familiares camponeses, me educaram pelo exemplo, sempre me auxiliando na busca por mais conhecimento e melhores condições de vida, valorizando sempre nossas origens e a herança de nossos antepassados. Minha namorada, por ser o farol de esperança nos momentos mais sombrios da minha jornada. Minha irmã, por me compreender, às vezes sem nada dizer. O apoio de vocês foi essencial para me manter motivado e perseverante na busca deste objetivo.

Meu agradecimento também vai para os/as agricultores (as) familiares camponeses (as), que contribuíram, e muito, com este trabalho. Eles são, sem sombra de dúvidas, os reais protagonistas desta história. Esses (as) agricultores (as) me receberam em suas propriedades familiares, abrindo suas casas e seus corações na esperança de que a história deles pudesse ser registrada. Suas trajetórias de vida e resistência se entrelaçam com a história da agricultura familiar camponesa no Brasil, servindo de inspiração para continuarmos em sua defesa e para a permanência dos mais jovens nas propriedades.

Além desses, faço um agradecimento especial ao extensionista da Emater e à presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Passo do Sobrado, que facilitaram a minha aproximação com os/as agricultores (as) familiares camponeses (as) entrevistados (as), possibilitando uma redução considerável com relação ao tempo e à logística para que pudesse chegar a eles e pelas entrevistas concedidas por ele (a) a mim.

Agradeço também aos professores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Unisc, em especial a minha orientadora, profa. dra. Erica Karnopp, e meu coorientador, prof. dr. José Antonio Moraes do Nascimento, por suas orientações, dicas, conselhos e apoio durante todo o processo de pesquisa.

Seus conhecimentos e experiências foram essenciais para a consolidação desta dissertação.

Além disso, fica o meu agradecimento pela vivência e troca de conhecimentos com meus colegas de mestrado e doutorado em Desenvolvimento Regional. Em especial aos colegas do mestrado: Leandro Daniel Trindade Moraes, Mateus Finkler, Givago Martin de Souza, Mario Fernando Villanova Lopes, Ana Paula Thumé, Tatiane Luci Rodrigues, Camila Melo Menezes, Tawnni Boiani Hirsch e Camila Pereira Brum; e aos colegas do doutorado: Carlos Stavizki Junior, Fabio Gomes, Alana Huttner Wolter, Régis Solano, Renata Soares Navarro, Priscila Vargas Mello, Joana Silvestrin Zanon, César Leandro de Christo Hundertmarck, Jaime Miguel Weber, Wandoir Sehn pela amizade que construímos durante as disciplinas, pelos encontros quinzenais e pelos diálogos, trocas de ideias e conselhos.

Agradeço também a todas as pessoas que me apoiaram e torceram para que esse sonho se consolidasse. A todos os professores e todas as professoras que auxiliaram na minha jornada, aos colegas que a educação, desde a básica até a graduação, me proporcionou e aos amigos diletos que foram surgindo durante esta caminhada. Em resumo, esta dissertação não seria possível sem a colaboração e o suporte de tantas pessoas e, por isso, expresso minha profunda gratidão a cada um (a) de vocês.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes – Brasil.

RESUMO

Esta dissertação busca tratar das trajetórias da sucessão familiar rural a partir da análise das memórias dos/das agricultores (as) familiares camponeses (as) em relação ao processo de sucessão familiar rural no Município de Passo do Sobrado-RS-Brasil. O método de abordagem usado foi a história oral. A Revolução Verde e o processo de modernização da agricultura proporcionaram o desenvolvimento de novas tecnologias que viabilizaram uma maior eficiência na produção agrícola, aumentando significativamente a produção de alimentos. Entretanto, a fome mundial não foi solucionada, desbancando o discurso humanitário de aumentar a produção de alimentos para acabar com a fome nos países em desenvolvimento. E também provocou um êxodo muito forte no meio rural brasileiro, além de trazer prejuízos ao meio ambiente. Esse modelo de agricultura é insustentável para o desenvolvimento rural e o caminho para superá-lo passa pelo processo de sucessão familiar rural. A sucessão familiar rural deve ser considerada uma etapa importante e vital para a sobrevivência dos/das agricultores (as) familiares camponeses (as). Essa transmissão da posse, do gerenciamento e da dinamização da unidade produtiva requer, cada vez mais, qualificação dos sucessores, projetos que garantam viabilidade técnico-administrativa, sua sustentabilidade e políticas públicas adequadas às reais possibilidades e necessidades dessa categoria social, que envolve milhares de jovens. Dentre os inúmeros estudos que tratam da temática da sucessão familiar rural, a grande maioria cita o processo sucessório como um ponto-chave na reprodução social e perpetuação das propriedades familiares camponesas.

Palavras-chave: memórias; trajetórias; Passo do Sobrado; sucessão familiar rural; camponeses; agricultura familiar camponesa.

ABSTRACT

This dissertation seeks to address the trajectories of rural family succession, based on the analysis of the memories of peasant family farmers in relation to the process of rural family succession in the municipality of Passo do Sobrado, RS/Brazil. The approach method used was oral history. The Green Revolution and the process of modernizing agriculture led to the development of new technologies that provided greater efficiency in agricultural production, significantly increasing food production. However, world hunger was not resolved, displacing the humanitarian discourse of increasing production. Of food to end hunger in developing countries. And it also caused a very strong exodus in rural Brazil. Furthermore, causing harm to environment. This agricultural model is unsustainable for rural development and the way to overcome it goes through the process of rural family succession. Rural family succession must be considered an important and vital stage for the survival of peasant family farmers. This transmission of ownership, management and dynamization of the production unit increasingly requires qualification of successors, projects that guarantee technical-administrative viability, its sustainability and public policies suited to the real possibilities and needs of this social category, which involves thousands of young people. Among the countless studies that deal with the theme of rural family succession, the vast majority cite the succession process as a key point in the social reproduction and perpetuation of peasant family properties.

Keywords: memories, trajectories, step from the leftover, rural family succession, peasants, peasant family farming.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Etapas da Pesquisa	56
Figura 2 -	Município de Rio Pardo – RS (1872-1876)	59
Figura 3 -	Primeira capela de Passo do Sobrado	61
Figura 4 -	Desfile Cívico da Escola Alexandrino em 1985 em frente ao prédio da primeira escola do Município	62
Figura 5 -	Fachada do Hospital Nossa Senhora do Rosário – 1980	62
Figura 6 -	Casa Comercial dos Cunha – 1933	64
Figura 7 -	Inauguração da usina elétrica – 1949	64
Figura 8 -	Mapa de Passo do Sobrado: Área Rural e Urbana	69
Gráfico 1 -	Classe de Idade do Agricultor– Município Passo do Sobrado	70
Figura 9 -	Localização das Propriedades Visitadas	77
Gráfico 2 -	Controle e Tomada de Decisões das Propriedades	93
Gráfico 3 -	Grau de Escolarização	94
Gráfico 4 -	Influência para Permanecer na Propriedade Familiar	95
Gráfico 5 -	Forma de Obtenção da Propriedade	97
Gráfico 6 -	Gerações que a Propriedade está na família	98
Gráfico 7 -	Diversificação da Produção	99
Gráfico 8 -	Diálogo sobre a Permanência na Propriedade Familiar	100
Gráfico 9 -	Palavras citadas para ocorrer a Permanência na Propriedade Familiar	101
Gráfico 10 -	Fatores de Permanência do Jovem no Espaço Rural	103
Gráfico 11 -	Incentivam a Sucessão Familiar	104
Gráfico 12 -	Destino das Propriedades	105
Gráfico 13 -	Principais Produtos Cultivados Pelos Entrevistados	105
Gráfico 14 -	Utilização de Novas Tecnologias	106
Gráfico 15 -	Tipo de Assistência Técnica	107

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	População rural e urbana de 1950, 1996 e 2017	65
-		
Tabela 02	Crescimento do Plantio da Cultura Soja em Relação ao Tabaco em Passo do Sobrado entre os Anos de 2004 e 2021	72
-		
Tabela 03	Entrevistados	74
-		
Tabela 04	Tamanho das propriedades e o número de residentes na propriedade	76
-		

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AF	Agricultores (as). Familiares
Banrisul	Banco do Estado do Rio Grande do Sul
Agrofel	Comércio Atacadista de Defensivos Agrícolas
CRT	Companhia Riograndense de Telecomunicações
Emater	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
ECT	Empresa de Correios e Telégrafos
Grano	Empresa de Produção e Comercialização de Vegetais Congelados
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
PPGDR	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional
PAA	Programa de Aquisição Direta da Agricultura Familiar
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PPP	Projeto Político Pedagógico
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RS	Rio Grande do Sul
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
Unisc	Universidade de Santa Cruz do Sul

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	MEMÓRIA E SUCESSÃO FAMILIAR RURAL: BASES TEÓRICAS PARA A ANÁLISE DAS MEMÓRIAS CAMPONESAS	24
2.1	A memória como fenômeno social	28
2.2	As memórias como instrumento de resistência dos/das agricultores (as) familiares camponeses (as)	36
2.3	A Sucessão Familiar Rural: Saberes e Fazeres	42
2.4	O Território e Territorialidade na Perspectiva da Sucessão Familiar Rural	52
3	TRAJETÓRIAS DA SUCESSÃO FAMILIAR RURAL: UM OLHAR SOBRE AS MEMÓRIAS DOS/DAS AGRICULTORES (AS) FAMILIARES CAMPONESES (AS)	56
3.1	O Território Pesquisado	58
3.2	Memória e Realidade dos/das Agricultores (as) Familiares Camponeses (as) do Município de Passo do Sobrado em Perspectiva	68
3.3	O Perfil dos Agricultores Pesquisados	73
3.3.1	História de vida de AFj	90
3.4	O rural entre a tradição e a modernização: memórias de ontem e experiências de hoje	92
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
	REFERÊNCIAS	114
	APÊNDICES	120
	Apêndice A - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA ...	120
	Apêndice B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	122

1 INTRODUÇÃO

Na presente dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional, denominada “Trajetórias da sucessão familiar rural: um olhar sobre as memórias dos agricultores (as) familiares camponeses (as) no Município de Passo do Sobrado-RS-Brasil”, realizou-se uma análise, a partir da perspectiva deles (as), sobre os percursos da sucessão familiar rural, baseada em suas memórias, possibilitando construir uma narrativa a respeito destes (as) importantes atores sociais.

A agricultura familiar camponesa pode ser entendida sob vários conceitos. Ahlert (2009) define como um sistema no qual os meios de produção são familiares e os resultados do processo de produção são divididos no final, ou seja, não existe salário.

Já Lamarche (1993) conceitua agricultura familiar camponesa como sendo uma maneira de viver diferente das demais, pois ela enfoca a preservação ambiental e a identidade cultural, trabalhando também pela produção de alimentos e ainda incentivando a permanência do jovem no campo.

Para Brum (1985), as técnicas e tecnologias relacionadas à preparação do solo, cultivo e colheita eram oriundas da experiência dos mais antigos, que foram sendo transmitidas de geração em geração e aperfeiçoadas com o passar do tempo. Os recursos naturais e a sabedoria dos ancestrais foram fatores cruciais para a sobrevivência dos/das agricultores (as) tradicionais.

Conforme Ahlert e Gedoz (2001), esse modo de produção, que chegou ao Brasil trazido pelos europeus como uma forma de fazer oposição aos fazendeiros escravistas, vem sendo fundamental no que diz respeito à produção de alimentos para suprir a demanda do mercado interno. No entanto, Ahlert (2009) afirma que, nos últimos tempos, a produção familiar está sendo mais valorizada como importante alternativa em busca da sustentabilidade.

Conforme Brum (1985), a agricultura familiar camponesa é caracterizada pelo uso dos recursos naturais, sendo o objetivo principal da produção a subsistência da família e apenas o excedente é comercializado. Nesse sentido, faz-se pertinente destacar que essa categoria social geralmente se beneficia de poucas tecnologias, utilizando-se, de forma geral, dos recursos naturais disponíveis. A sua produção é

destinada prioritariamente para o consumo da família, cujo excedente é comercializado.

A agricultura familiar camponesa é alicerçada pela família, pela relação com os saberes e fazeres relacionados à terra, pelo modo de produção focado na subsistência da propriedade prioritariamente, pelas propriedades de pequeno porte, pelo uso limitado de tecnologias, pela utilização dos recursos naturais disponíveis e pelas relações interpessoais com a comunidade. Dentro dessa perspectiva, o (a) agricultor (a) familiar camponês (a) produz alimentos e consome bens, produtos e serviços produzidos pela comunidade na qual está inserido (a), desempenhando, dentro desse processo, funções diversas, alternando o seu protagonismo com o da própria comunidade.

Marques (2004) define a agricultura familiar camponesa como um sistema heterogêneo, composto por elementos múltiplos e diversos. Ainda segundo a autora, o sistema é regido pelo tripé família, trabalho e terra, norteados pelas práticas e valores de uma ordem moral, sendo as relações interpessoais estruturadas no entorno da família e pelos vínculos de solidariedade com a comunidade.

Como agricultores (as) familiares camponeses (as), serão considerados, nesse caso específico, todos (as) aqueles (as) que contratem até dois empregados permanentes e detenham área inferior a quatro módulos fiscais. Aplicando tal conceito às questões regionais, considera-se como propriedades familiares as que apresentam até 20 hectares (Lenz, 2006).

As mudanças no meio rural e na agricultura familiar camponesa e, conseqüentemente, no processo de sucessão familiar rural são alavancadas pela não vinculação dos mais jovens à propriedade rural. Em geral, tal fator ocorre devido às dificuldades relacionadas à vida no campo, à busca por uma maior formação, encontrada geralmente nos centros urbanos, ou pela desvalorização tanto econômica quanto sociocultural dessas atividades, resultando numa migração interna frequente dessas famílias para as cidades, não havendo, entretanto, uma perspectiva de melhora nas condições de trabalho ou de vida, apenas o usufruto dos confortos da cidade.

Essas questões tornam-se ainda mais evidentes se for analisado o perfil dos/das agricultores (as) familiares camponeses (as), tendo-se em vista que, como forma de sobrevivência, eles/elas necessitaram adaptar-se ao longo dos tempos,

ressignificando-se e reconstruindo-se a partir dos saberes e fazeres perpetuados pela sucessão familiar rural da propriedade e seu processo identitário.

A agricultura brasileira transformou-se drasticamente nas últimas décadas, tendo em vista que o êxodo rural promoveu redução considerável da população desse segmento. A partir de 1980, intensificaram-se algumas ações para a permanência dessas pessoas nesse ambiente, dentre elas: políticas públicas para atender às demandas vindas do meio rural, em especial as relacionadas com o processo de sucessão familiar rural na propriedade. Essas demandas perpassam as políticas públicas, alcançando proporções que perpassam o alcance do estado, trazendo à tona diversas outras questões, tais como as relações de poder nas famílias e a escolha dos jovens (Silva, *et al*, 2021, p. 2).

A sucessão familiar rural deve ser considerada uma etapa importante e vital para a sobrevivência dos/das agricultores (as) familiares camponeses (as). Essa transmissão da posse, do gerenciamento e da dinamização da unidade produtiva requer, cada vez mais, qualificação dos sucessores, projetos que garantam viabilidade técnico-administrativa, sua sustentabilidade e políticas públicas adequadas às reais possibilidades e necessidades dessa categoria social. Dentre os inúmeros estudos que tratam da temática da sucessão familiar rural, a grande maioria cita o processo sucessório como um ponto-chave na reprodução social e perpetuação das propriedades familiares.

A percepção plena desse cenário faz-se fundamental para entender esse processo de transformação. Partindo-se dessa perspectiva, os (as) agricultores (as) familiares camponeses (as) são os atores principais e receberam aqui uma atenção especial, já que foi a partir do entendimento de sua função social, bem como da sua vinculação com a propriedade e com a comunidade de Passo do Sobrado-Rio Grande do Sul-RS que se pôde entender as adaptações criadas por eles/elas para permanecerem conectados (as) à propriedade. As memórias, nesse contexto, foram centrais para compreender como se dá o processo de sucessão familiar rural.

A construção de uma narrativa que valorizasse as memórias desses (as) agricultores (as) possibilita o reconhecimento de suas trajetórias, trazendo-lhes a sensação de pertencimento à propriedade, bem como, demonstrando a sua importância social. Essa sensação de pertencimento, somada à utilização de tecnologias e metodologias possibilitadas pelo desenvolvimento rural, pode construir

uma nova perspectiva com relação a sua permanência na propriedade e, conseqüentemente, uma redução do êxodo rural.

Essa narrativa apenas foi possível a partir de um olhar diferenciado acerca desse segmento social, possibilitada pela utilização da fonte oral, um dos pilares para a sua construção. As memórias, nesse sentido, apresentaram-se como um elemento significativo no que diz respeito à construção de identidades coletivas dos (as) agricultores (as) familiares camponeses (as), já que foi a partir delas que se buscou analisar e entender o processo de sucessão familiar camponesa, enfatizando a importância destes personagens sociais na consolidação do processo sucessório.

A escolha pela temática desta pesquisa teve como fator principal o interesse em escrever sobre aspectos relacionados ao Município de Passo do Sobrado-RS, bem como, à realidade em que vive o autor. Como filho de agricultores (as) familiares camponeses (as), e de certa forma também camponês, identificou-se com temas relacionados a esta categoria social existente neste Município. Esse tema aguçou a sua curiosidade desde o trabalho de conclusão do curso de graduação e foi se ampliando à medida que novas questões relacionadas a ele foram sendo levantadas. Além disso, como jovem rural, preocupa-se com as perspectivas e os modelos de desenvolvimento rural que estão sendo pensados e implementados no que diz respeito à sucessão familiar rural e à permanência dos/das camponeses (as) na sua terra.

O entendimento da relação entre os/as agricultores (as) familiares camponeses (as) com suas propriedades e com a comunidade em que residem é de suma importância para entender a questão identitária deles, já que é a partir de vínculos de relação e pertencimento com a terra, com a propriedade e com a comunidade que esses laços são criados e, nesta perspectiva, as relações familiares, de amizade e de compadrio. A partir dessa relação com o território, o/a agricultor (a) familiar camponês (a) conecta-se com sua propriedade e vai criando outros vínculos, com relação à cultura, às memórias, ao modo de produção e a sua organização, bem como com relação ao trabalho e ao modo de vida, sejam estes individuais ou coletivos.

As transformações no meio rural alteraram drasticamente o cenário da agricultura familiar camponesa, fazendo com que os atores sociais desse processo tivessem que se readaptar para sobreviverem, buscando soluções para permanecerem vinculados a sua propriedade. A transformação do produto principal

produzido pelas unidades familiares em produto final com valor agregado foi uma das soluções encontradas para que algumas das famílias rurais sobrevivessem e pudessem obter uma melhor qualidade de vida (Júnior, 2020).

Ao encontro dessas premissas, diversas políticas públicas de âmbito global vêm buscando salvaguardar culturas nativas ainda remanescentes, evidenciando a importância de alguns grupos que, até bem pouco tempo atrás, eram excluídos pela história. Dessa forma, faz-se pertinente destacar a importância da valorização de uma cultura rural, numa perspectiva de desenvolvimento rural, enfatizando, neste contexto, a importância deles, em especial no Município de Passo do Sobrado-RS, já que mais de 75% da população se concentra na área rural e essa categoria social apresenta-se como um potencial de desenvolvimento tanto para o Município quanto para a região (IBGE, 2017).

A agricultura familiar camponesa está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento rural, sendo que ela ultrapassa a produção de alimentos, alcançando questões bem mais complexas. A utilização dos recursos relacionados à propriedade, bem como a vinculação com ela, aliado ao conhecimento de como utilizar esses recursos, pode criar “práticas agrícolas produtivas, sustentáveis, receptivas, flexíveis, inovadoras e dinâmicas”, que podem revolucionar esse processo de êxodo rural que ocorre ao longo dos últimos anos (Deponti, 2014, p. 12). Essa perspectiva, possibilita novas visões, mas, mais que isso, viabiliza a permanência dos camponeses em suas propriedades, buscando alternativas que fogem do tradicional padrão agrícola de desenvolvimento.

Dessa forma, Silva, *et al* (2021) apresentam a questão da sobrevivência dos/das agricultores (as) familiares camponeses (as), cujo tema foi inserido no contexto da Pedagogia da Alternância a partir das Casas Familiares, relação intrínseca com a permanência dos jovens no meio rural, tendo-se em vista que essas casas têm sua essência voltada exclusivamente para as necessidades específicas do público-alvo. Já Favareto (2010) identifica na “abordagem territorial” um debate, tanto acadêmico quanto com relação a políticas públicas, que traz ressignificados ao meio rural, em especial no que diz respeito à agricultura familiar.

Outras pesquisas discutem a questão da sucessão familiar rural dos/das agricultores (as) familiares camponeses (as), trazendo as mais diversas abordagens. Spanevello (2008) identifica nas condições atrativas do meio urbano e na visão

negativa que a sociedade projeta ao modo de vida agrícola como fatores preponderantes ao êxodo. Ainda apresenta que a reprodução social da propriedade é afetada por diversos fatores, sendo a questão econômica e de acesso às tecnologias e técnicas agrícolas e a falta de uma política de garantia de preços mínimos as que mais dificultam a permanência de pelo menos um sucessor na propriedade.

Nesse mesmo sentido, Costa, Bezerra e Mendonça (2012) apontam as dificuldades para que pelo menos um sucessor permaneça na propriedade rural, devido, principalmente, à incerteza de uma remuneração fixa e a continuidade com relação à educação formal. Por sua vez, Camarano e Abramovay (1999) indicam a questão da formação e da especialização dos jovens como uma das maiores causas do processo de desruralização da população brasileira, enfatizando como esse fenômeno afeta todas as regiões brasileiras, causando um envelhecimento e uma masculinização da população do campo.

Já no campo da compreensão das memórias, destaca-se a pesquisa realizada por Le Goff (1990), que aborda a transformação do conhecimento histórico, que, alicerçada pelo processo de mudança da sociedade e pela necessidade do ser humano em se entender, promoveu a construção de diferentes narrativas históricas, a partir de diferentes perspectivas, cada uma delas objetivando enriquecer ainda mais o entendimento das ações do homem. Essa perspectiva trouxe ressignificações e, com elas, a necessidade em se abordar diferentes fontes, dentre as quais, as fontes tradicionais recebem menos enfoque, enquanto algumas, que até bem pouco tempo atrás não possuíam um caráter científico, têm uma maior evidência. Dentre essas fontes, pode-se citar as fontes orais individuais e/ou coletivas.

Ainda segundo Le Goff (1990), a memória consolida-se como a propriedade de conservar certas informações que o ser humano possui e serve para contextualizar impressões ou informações vividas por ele. Essas informações precisam passar por um crivo, já que muitas vezes são representações que o eu atual faz sobre impressões ou representações passadas. Assim sendo, os fenômenos das memórias, sejam eles biológicos ou psicológicos, são resultados de sistemas de organização e apenas são possíveis devido à necessidade da organização em mantê-los e reproduzi-los.

Le Goff (1990, p. 422) aborda que o estudo da memória social é uma das formas de dialogar com “os problemas do tempo e da história”. Ainda segundo o autor, no estudo da memória histórica é fundamental o entendimento da existência de uma

diferença entre as sociedades de história essencialmente oral, das sociedades onde a memória é desenvolvida de maneira escrita, entendendo esse processo como uma transição da oralidade à escrita.

Por isso, conforme Ferreira e Amado (2006), a fonte oral e a história de vida têm o importante papel de destacar a relevância da trajetória dos atores sociais, nesse caso específico, dos/das agricultores (as) familiares camponeses (as), oportunizando, a partir da análise de suas memórias, o reconhecimento de sua importância. Ainda conforme as autoras, a história oral é bem mais ampla que uma simples técnica de entrevista, consolidando-se como uma metodologia. Nessa direção, apresenta uma complexidade maior do que apenas uma técnica de entrevista, podendo ser vista como uma disciplina, que dialoga com diferentes campos do conhecimento, como técnica, norteando os rumos da pesquisa a partir de entrevistas, mas também como método, funcionando como um recurso organizado e rigoroso de investigação, que possui a capacidade de obtenção de resultados válidos com relação aos objetivos do projeto, tendo-se em vista que privilegia a entrevista como ponto crucial no que diz respeito aos estudos.

Nessa perspectiva, diversos fatores, tais como o aumento do envolvimento dos/das residentes com atividades não agrícolas, a crise sucessória, o envelhecimento dos/das residentes, a masculinização da população do campo, a inserção de novos/as moradores/as, a agricultura predatória, dentre tantas outras demandas, passaram a ser abordados com mais frequência, ampliando com isso as produções acadêmicas acerca delas, e, conseqüentemente, as discussões com relação ao processo de sucessão familiar rural. No Município de Passo do Sobrado-RS alguns desses fatores são evidentes, alertando acerca das dificuldades com relação à sucessão e conseqüentemente para a permanência do/da agricultor (a) familiar camponês (a) em sua propriedade.

A história do Município de Passo do Sobrado e de seu processo emancipatório está intrinsecamente ligada ao seu município-mãe – Rio Pardo –, e tem como um de seus atores mais importantes os/as agricultores (as) familiares camponeses (as). A partir dessa dissertação, buscou-se apresentar uma narrativa que auxiliasse na construção das memórias dos/das agricultores (as) familiares camponeses (as), identificando como se dá o processo de sucessão familiar rural no Município de Passo do Sobrado-RS.

A análise das memórias dos/das agricultores (as) familiares camponeses (as) foi entrelaçada à própria história do Município, destacando aspectos e particularidades da sua formação social, econômica e cultural. Com tal finalidade, foram explorados aspectos como os fatores que levaram à emancipação, o desenvolvimento inicial do Município, a importância de instituições sociais, culturais e esportivas que serviram de pilar para a sua estruturação.

Tendo-se em vista as premissas supracitadas, durante muito tempo, a história se preocupou em apresentar algumas estruturas que geralmente priorizavam as elites, destacando nessa conjectura vultos e figuras importantes e as fontes oficiais como os principais meios de saber histórico. Essa análise minimizou e marginalizou a influência dos outros importantes atores sociais. Com as mudanças do conhecimento histórico, tanto historiadores quanto demais cientistas sociais começaram a destacar grupos humanos que eram recentemente negligenciados pela história. Com isso, a partir da construção de uma narrativa que possibilite a manutenção dos saberes e fazeres dos/das agricultores (as) familiares camponeses (as), a partir da história oral, voltada para o registro das memórias desses atores sociais, foi possível conhecer melhor outros elementos centrais e particulares da história em construção, oportunizando aos agricultores (as) o reconhecimento devido.

A partir dessas premissas, buscou-se apresentar aspectos da formação social, histórica e territorial dos/das agricultores (as) familiares de Passo do Sobrado-RS, da segunda metade do século XX, a partir de suas memórias e da relação com a sucessão familiar rural dos referidos camponeses, destacando os elementos que auxiliaram na construção desta configuração social camponesa, ao longo da história contemporânea do Estado.

Nessa perspectiva, faz-se pertinente destacar a sua importância no processo de resistência à agricultura predatória, identificando, a partir de ações sustentáveis, as trajetórias desse importante ator social, tendo-se em vista que, até recentemente, não existia uma narrativa que abordasse a sua relevância na história brasileira.

Essa transformação do conhecimento histórico, alicerçada pelo processo de mudança da sociedade e pela necessidade do ser humano em se conhecer, promoveu a construção de diversas narrativas históricas, a partir de diferentes perspectivas, cada uma delas objetivando enriquecer ainda mais o entendimento das ações da

humanidade. Por isso, faz-se pertinente destacar que o processo de consolidação de posse da terra no RS ocorre em moldes diferentes de todo o Brasil.

Em algumas regiões do RS, as migrações dos colonos europeus, em especial, alemães e italianos, num contexto de possibilidade da extinção da escravidão, fortaleceram a criação de um grupo social da agropecuária colonial, com mão de obra familiar camponesa. Estabeleceram uma agricultura de subsistência de produtos variados e a geração de renda a partir da venda dos excedentes no mercado regional e, posteriormente, no mercado nacional. A produção de alimentos, pelos (as) camponeses (as) familiares se ampliou em função de sua expansão para diferentes regiões do Estado, proporcionada pelos seus sucessores, já que as famílias eram bastante numerosas.

O processo de ocupação das terras do sul do Brasil, a partir dos interesses governamentais, foi alterado com o processo imigratório, o qual incentivou as migrações de europeus para esse território. Nessa perspectiva, o poder central buscava, a partir da promoção da lavoura, a consolidação de um grupo social que garantisse a posse do território (num contexto de disputa com os castelhanos), ampliar a produção de gêneros alimentícios e reduzir o poder dos estancieiros no sul do País. Os colonos foram organizados por grupos privados e supervisionados pelo Governo Provincial, estabelecendo-se em pequenas propriedades, tendo como base uma economia agropecuária colonial com mão de obra familiar, baseada na agricultura de subsistência e na geração de renda, com a venda dos excedentes no mercado regional e, posteriormente, no mercado nacional (Herrlein Júnior, 2000).

A ocupação não indígena do território que atualmente integra o Município iniciou-se há cerca de dois séculos. Inicialmente, suas terras foram colonizadas por luso-brasileiros, que partiam de Rio Pardo para povoar a área que era conhecida por Couto e servia como ponto de descanso para tropeiros. A partir de meados do século XIX, famílias de origem germânica também se instalaram na localidade, misturando-se à população de origem lusa e aos descendentes de escravos africanos que trabalhavam na criação de gado e nas roças existentes.

Passo do Sobrado se emancipou em 1992, e tem sua base econômica vinculada à produção de soja em pequenas, média e grandes propriedades familiares. O Município possui uma população total de 6.025 habitantes, distribuídos em uma área de 265.133 km² de território, densidade demográfica de 22,72 hab/Km² (IBGE, 2022).

A taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais é de 5,92%, havendo uma expectativa de vida de aproximadamente 76 anos. Além disso, há um coeficiente de mortalidade infantil de 17,54 por mil nascidos vivos, PIB de R\$ 172.013,59, PIB per capita de R\$ 27.936,65 e exportação total de U\$ FOB 470.310 (IBGE, 2022).

Conforme o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, de 2017 (IBGE, 2017), a população rural do município pesquisado é de 4582 habitantes, o que representa 76,23% da sua população total. Ainda segundo o censo, o Município possui 1079 estabelecimentos agrícolas, que são propriedades familiares camponesas, onde, em sua maioria, predomina a cultura da soja, seguida pelas culturas do tabaco, milho e feijão.

A pesquisa utilizou como método de abordagem as fontes orais. Na história, a partir de uma perspectiva oral, o objeto de estudo do historiador é recuperado e recriado por meio das memórias dos informantes, as quais norteiam as reflexões da história, trazendo desdobramentos teóricos e metodológicos de suma importância (Ferreira e Amado, 2006, p. 15). Assim, na coleta dos dados para a efetivação desta pesquisa, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, agendadas previamente com os/as agricultores (as) familiares, utilizando roteiros semiestruturados (apêndice A). Os critérios de escolha foram o tamanho da propriedade (até 25 hectares) e os herdeiros (no mínimo 1). Faz-se importante salientar que os/as entrevistados (as) foram prospectados (as) de um banco de dados da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater, onde o pesquisador previamente os/as selecionou conforme os critérios.

Além destas, foram realizadas mais duas entrevistas, totalizando 13. Destas duas entrevistas adicionais, uma foi com um extensionista da Emater, e outra, com uma sindicalista – presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município. Outras cinco entrevistas foram realizadas com agricultoras familiares camponesas e outras seis, com agricultores familiares camponeses, buscando atingir todas as faixas etárias em relação ao gênero.

Nesse contexto, as memórias possuem um papel de legitimador nos processos identitários. A partir desse processo de construção das identidades dos coletivos, geralmente em situações complexas ou de tensão, que elas alcançarão uma maior importância. Com relação à sucessão familiar rural, essa construção das memórias fica ainda mais latente, pois as dificuldades encontradas pelos (as) agricultores (as)

familiares camponeses (as) ao longo das últimas décadas indicam a necessidade dessa construção coletiva para reduzir a incidência do êxodo rural.

A história oral se apresenta e se consolida como o método de abordagem que busca a construção de um registro histórico capaz de produzir fontes e documentos de pesquisa, tendo como ponto de partida, narrativas, testemunhos, histórias de vida, versões e interpretações dos atores sociais relacionados a determinados grupos (Ferreira e Amado, 2006).

Portanto, a dissertação está dividida em três capítulos, nos quais se estruturam as ideias que envolvem as trajetórias do processo de sucessão familiar camponesa a partir das memórias destes atores sociais. A introdução – que inseriu os principais conceitos a serem trabalhados ao longo da narrativa, bem como as questões conceituais para se alcançar os objetivos propostos. O capítulo dois, intitulado Memória e Sucessão Familiar Rural: Bases Teóricas para a Análise das Memórias Camponesas, é dedicado a uma reflexão crítica das memórias como fenômeno social do processo de estruturação da agricultura familiar camponesa em Passo do Sobrado, dos saberes e fazeres dos/das agricultores (as) rurais camponeses (as), destacando a importância das memórias no processo identitário do/da agricultor (a) familiar camponês (a) no Município. Ainda aborda uma discussão teórica sobre como se dá o processo de sucessão familiar rural e, por fim, uma discussão teórica sobre território e territorialidade. O terceiro capítulo, intitulado Trajetórias da Sucessão Familiar Rural: Um Olhar Sobre as Memórias dos/das Agricultores (as) Familiares Camponeses (as), dedica-se a uma reflexão sobre o processo de sucessão familiar, trazendo as dificuldades relacionadas à permanência na propriedade. Também apresenta uma reflexão sobre as narrativas dos atores sociais, analisando a importância das memórias para a sucessão familiar rural e a permanência dos jovens na propriedade, além dos desafios com relação à sucessão familiar rural no século XXI e a importância do contraponto entre a tradição e a modernização como elemento fundamental para a consolidação dos saberes e fazeres familiares camponeses.

Assim, a dissertação analisou as trajetórias do processo de sucessão familiar rural a partir das memórias dos/das agricultores (as) familiares camponeses (as), no Município de Passo do Sobrado especificamente, compreendendo o processo na perspectiva do desenvolvimento regional, identificando a realidade dos/das agricultores (as) e registrando as suas memórias sobre sucessão familiar rural.

O próximo capítulo, intitulado Memória e Sucessão Familiar Rural: Bases Teóricas para a Análise das Memórias Camponesas, é dedicado a uma reflexão crítica das memórias como fenômeno social do processo de estruturação da agricultura familiar camponesa em Passo do Sobrado, dos saberes e fazeres dos/das agricultores (as) rurais camponeses (as), destacando a importância das memórias no processo identitário deste (a) agricultor (a) no Município. Ainda, abordará uma discussão teórica sobre como se dá o processo sucessório e, por fim, uma discussão teórica sobre território e territorialidade.

2 MEMÓRIA E SUCESSÃO FAMILIAR RURAL: BASES TEÓRICAS PARA A ANÁLISE DAS MEMÓRIAS CAMPONESAS

Com o presente capítulo, será realizada uma reflexão acerca da memória e da sucessão familiar rural, apresentando conceitos e bases teóricas para a análise das memórias dos/das agricultores (as) familiares camponeses (as) do município pesquisado. Nessa perspectiva, faz-se fundamental destacar que a memória individual é um construto social de diversas memórias. Ele é fruto de um coletivo de saberes e fazeres que perpassa a questão temporal e influencia e é influenciada pela sociedade em geral. Para a análise dessas memórias, principalmente do ponto de vista social, é fundamental o entendimento do conceito de memória como um todo.

A memória arremete a capacidade do ser humano de adquirir, armazenar e buscar informações vividas ou aprendidas ao longo da vida, porém, via de regra, o processo não é tão simples. A memória está relacionada com a identidade pessoal dos indivíduos, além de outras funções corticais de suma importância, tais como a função executiva e o aprendizado (Gazzaniga, Ivri e Mangun, 2006).

Apresenta-se conectada com as funções cognitivas, relacionando-se também com os campos de conhecimento, em especial com as funções executivas e de aprendizado. Além disso, segundo Le Goff (1990, p. 367), a memória ou o ato mnemônico é estrutura fundamental no que diz respeito ao comportamento narrativo, já que a comunicação de uma informação na ausência dela ou do objeto que se consolida como motivo desta possui o papel social de reproduzir o acontecimento às outras pessoas.

Segundo Le Goff (1990, p. 366), o estudo da memória possui relação com outras ciências, tais como a psicologia, psicofisiologia, a neurofisiologia, a biologia e a psiquiatria. A psiquiatria é a ciência que estuda a memória, e a amnésia consolida-se como a sua principal perturbação. A memória aproximava-se de diversos campos de estudo, em especial o psicanalítico, porém, com a renovação do campo do conhecimento histórico, foi recebendo diversas abordagens a partir de meados do século XIX, oportunizando um estudo de segmentos sociais até então marginalizados pela história.

Tradicionalmente, a história priorizava a elite, marginalizando os atores sociais de menor evidência, delegando a estes um papel secundário, pois os vultos e as

figuras tidas como importantes protagonizavam esse processo. Com as mudanças do conhecimento histórico, outros grupos sociais tidos como de menor importância, passaram a receber um olhar diferente, saindo da invisibilidade e passando também a protagonizar os campos de estudo das mais diversas áreas do conhecimento. Dentre as mudanças, está o uso de novas metodologias, as quais permitiram conhecer aqueles até então excluídos. Assim, passou a ser utilizada a história oral, uma vez que a maioria não tinha tido a preocupação de produzir documentos da sua existência e ação social.

A história oral permite fazer uma história do tempo presente, e essa história é muito contestada. Há vários tipos de hostilidades. Por exemplo, há uma oposição entre fontes clássicas, legítimas, e fontes que estão adquirindo nova legitimidade. (Pollak, 1992, p. 210)

Dentro dessa perspectiva, a construção de uma narrativa que valorize a história oral e problematize as memórias desses atores é imprescindível para que eles deixem de ser coadjuvantes e passem a ser os atores sociais principais dessa história em construção. Nesse sentido, Pollak (1992, p. 210) chamou a atenção que

O historiador estava se restringindo aos arquivos, e, de repente, está se confrontando com a realidade concreta. Numa atitude quase militante, quer dar a palavra àqueles que jamais a tiveram, daí essa vontade de reabilitar o subjetivo frente ao objetivo. Cria-se assim uma oposição entre história oral e história social quantificada, enquanto eu, por mim, não vejo oposição, e sim continuidade potencial. (Pollak, 1992, p. 210)

Segundo Le Goff (1990, p. 11), essa perspectiva fundamenta-se pelo fato de que a história é a ciência da evolução das sociedades humanas, e, com isso, recondiciona-se conforme vai sendo reescrita, sendo alterada e buscando novas ressignificações. Ainda segundo o autor, cabe aos historiadores modernos observarem essas mudanças adaptando o conhecimento histórico às novas formas de pensar que essa sociedade preconiza.

As reflexões acerca da memória potencializam uma discussão bastante ampla, pois a memória é assunto cotidiano, tendo-se em vista que todas as pessoas a possuem, e ela está conectada à relação que as pessoas têm com o seu cotidiano, seja este individual ou coletivo.

A memória será abordada como fonte de referentes identitários, como pilar a partir do qual se edificam as identidades, cujas vigas mestras são evocadas do passado, sob a forma de lembranças. Contudo, antes será necessário situar o tema da memória no plano teórico para, em seguida, refletir sobre seu caráter resignificador e sua atuação como instrumento capaz de fazer emergir o passado como matéria-prima para a construção do presente. (Souza, 2014, p. 99)

Conforme Halbwachs (2004), citado por Pollak (1989), para que a memória individual de determinada pessoa se beneficie

Faz-se necessário que ela concorde em alguns aspectos com estas memórias, havendo entre elas pontos de contato suficientes para que essa memória individual seja reconstruída a partir de uma base comum, e mesmo que não concorde em todos os aspectos com essa memória coletiva, produza pontos de convergência onde elas irão se encontrar. (Pollak, 1992, p. 3-4)

Nessa mesma direção, pensando na ideia da base comum e nos pontos de convergência, um dos aspectos a ser destacado, conforme aponta Zanini (2008), é o estilo de vida, que leva a um sentimento de pertencimento.

Observei que o culto à ancestralidade estava presente, senão personificado nos descendentes, mas visível enquanto um estilo de vida e de consumo que denotava pertencimento e gosto específico. Dessa forma, pela descoberta das origens, ou seja, de onde provinham seus ancestrais, o quê faziam, o quê comiam, como se vestiam, de que forma rezavam, como casavam, com quem casavam etc., era montada, por um ou vários membros familiares, a história da família que, como processo legitimado pelos descendentes daquele tronco, se tornava a versão oficial da saga familiar. (Zanini, 2008, p. 56-57)

As lembranças, muitas vezes, são processos de caracterização da coletividade, pois mesmo não sendo lembradas, permanecem no inconsciente, emergindo por meio das ações coletivas. São essas ações que irão reger a sua forma de agir e de pensar, expressando-se nos saberes e fazeres coletivos relacionados à agricultura familiar camponesa (Halbwachs, 2004).

Assim sendo, mesmo que de forma inconsciente, as memórias coletivas produzidas pelas sociedades que antecedem o indivíduo unem-se às suas memórias individuais, ou embasam a sua existência de forma a promover a construção de sua identidade individual a partir das memórias coletivas de seus antepassados. A memória confere consistência às experiências que não possuíam sentido, trazendo um olhar do presente com relação ao passado e promovendo, a partir dessa ação,

uma reflexão sobre o futuro, uma transição dessa memória ao longo dos mais diversos tempos, possibilitando perceber “o passado diante de nós” (Amado, 1995, p. 132).

A memória é uma das áreas que mais instiga os analistas das áreas sociais e humanas, já que ela apresenta abordagens quase ilimitadas do campo social, político, cultural, entre outros, apresentando inúmeras alternativas para se adentrar ainda mais em campos de conhecimento que outrora poderiam não ser alcançados. Essas abordagens possibilitam trazer ao debate questões de suma relevância, que passaram a ser debatidas há pouco tempo e permitem compreender os aspectos que, segundo os/as agricultores (as) familiares camponeses (as), criou-lhes condições para a permanência em sua propriedade. Nesse sentido,

A memória, pela sua capacidade de formar um elo entre o passado e o presente, constitui-se numa ferramenta para desvendar a identidade dos atores e, desta forma, memória e identidade são importantes aliadas para que sejam atribuídos novos significados ao território que esses atores pertencem. (Kieling, 2018, p. 7)

Portanto, são concepções que orientam o entendimento de como o passado criou condições para a realidade atual, onde tais atores construíram suas identidades em seus respectivos territórios. Um aspecto central é que, na sucessão familiar rural, a memória também possui papel fundamental, ao valorizar os laços familiares como forma de promover a reprodução social.

A família compreendida enquanto patrimônio advém desse processo de construção das memórias em que se refaz todo um itinerário por meio do qual se procura valorizar determinada “raça” ou “sangue”, como designam os descendentes. Como se dá esse processo? A família se torna patrimônio simbólico que agrega valor a seus membros. (Zanini, 2008, p. 57)

Com relação ao/à agricultor (a) familiar camponês (a), o processo de construção de uma narrativa que valorize sua memória oportuniza o entendimento do seu processo identitário. As memórias são um fator essencial no que diz respeito à construção das suas identidades. Faz-se pertinente destacar que o/a agricultor (a) não apresenta características homogêneas, mesmo tomando-se por parâmetro o/a agricultor (a) familiar camponês (a) do município estudado, evidenciando-se peculiaridades com relação a diversos fatores potencializando pluralidades. Assim

sendo, valorizar essa memória, tendo-se em vista que ela não é uma construção individual, mas, sim, um fenômeno social se faz necessário.

2.1 A memória como fenômeno social

O conceito memória é abordado com frequência por diversos autores nas mais variadas perspectivas, dentre elas, pode-se observar abordagens neurofisiológicas e abordagens psicanalíticas, podendo também ser observado como um fenômeno social.

A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas. (Le Goff, 1990, p. 366)

A memória consolida-se como a capacidade humana de conservar informações que perpassam o plano individual, conectando essas memórias individuais a outras tantas coletivas que estão intrinsecamente ligadas às vivências e ao aprendizado deste indivíduo. É pertinente destacar que muitas dessas memórias podem ser imperceptíveis ao seu detentor.

Quando nos indicam com precisão o caminho que tínhamos seguido, aquelas marcas sobressaem, nós as ligamos uma à outra, elas se aprofundam e se religam por elas mesmas. Elas já existiam, mas estavam mais marcadas na memória dos outros do que em nós mesmos. Sem dúvida nós reconstruímos, mas esta reconstrução se faz seguindo as linhas já marcadas e desenhadas por outras lembranças, nossas ou de outros. (Halbwachs, 2004, p. 65)

Conforme Halbwachs (2004), a memória é um dos fatores que caracteriza o ser humano e possui uma relação entre o individual e o coletivo. A memória possui a capacidade de transformar a história tanto do indivíduo quanto da sociedade, pois exerce influência sobre a política, sobre a cultura e, porque não dizer, sobre o processo de construção da identidade tanto individual quanto coletiva de um espaço urbano.

A priori, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa. Mas [...] deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído

coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes. (Pollak, 1992, p. 201)

Segundo essa perspectiva, a memória aglutina saberes, reunindo os conhecimentos ancestrais prévios aprendidos desde a infância pelos indivíduos, seja em família, seja nos grupos sociais, com suas vivências pessoais, produzindo uma memória individual que é indissolúvel de uma memória coletiva, salvo quando analisada fora do contexto.

Se podemos dizer que, em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade. Aqui o sentimento de identidade está sendo tomado no seu sentido mais superficial, mas que nos basta no momento, que é o sentido da imagem de si, [...] a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros. (Pollak, 1992, p. 204)

Entende-se como outro contexto, nesse caso específico, uma mudança de espaço geográfico em que os costumes sejam diferentes ou uma análise temporal fora do contexto da memória, onde o sujeito cria prismas a partir dos conceitos sociais em que vive naquele período para suprimir ou exaltar determinadas memórias, mesmo que de forma subjetiva.

Além disso, faz-se pertinente destacar a observação de Halbwachs sobre o espaço urbano, que era seu campo de pesquisa naquele contexto, mas que se aplica com coerência em relação à memória também no que diz respeito aos grupos e estruturas sociais relacionadas ao meio rural.

Há de se ter cuidado, contudo, para evitar conclusões simplistas e superficiais que apontem para a homogeneização desses espaços. Mesmo que haja maior fluidez e inter-relação entre o rural e o urbano, permanecem distinções e contradições que se expressam por peculiaridades, como a temporalidade e o relacionamento com a terra, que guardam diferenciações que se manifestam no cotidiano desses grupos sociais e, por conseguinte, no seu modo de vida. (Kieling, 2018, p. 55)

Nessa perspectiva, evidencia-se a ideia de que a memória perpassa o tempo cronológico, enraizando muitas vezes memórias coletivas subjetivas em grupos sociais específicos, conforme saberes e fazeres ancestrais, que vão se remoldando

conforme a sociedade vai se transformando. A memória, muito mais do que organizar o espaço de convivência familiar, potencializa os saberes e fazeres que envolvem toda a organização coletiva, formatando as bases de identidade desse sujeito.

Podemos, portanto, dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (Pollak, 1992, p. 204)

Ainda conforme Halbwachs (2004, p. 72), as memórias dos indivíduos não estariam em seus corpos ou mentes, e sim na sociedade da qual esses indivíduos faziam parte, já que, para recordar, estes indivíduos necessitam de certas convenções sociais que estão intrinsecamente conectadas aos grupos que compõem seu ciclo social, ou seja “o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado de seu meio”. A confiabilidade da memória passa também pelo plano coletivo, já que, para buscar a legitimidade dessas memórias individuais, é necessário recorrer à memória do outro.

Se assimilamos aqui a identidade social à imagem de si, para si e para os outros, há um elemento dessas definições que necessariamente escapa ao indivíduo e, por extensão, ao grupo, e este elemento, obviamente, é o Outro. Ninguém pode construir uma autoimagem isenta de mudança, de negociação, de transformação em função dos outros. A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros. Vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo. (Pollak, 1992, p. 204)

Todas as sociedades encontram-se impregnadas de tradições, e são essas que vão ditar, a partir de rituais, como as próximas sociedades irão agir. Com relação aos/às agricultores (as) familiares camponeses (as), os saberes e fazeres relacionados às atividades rurais e também as tradições e ritos realizados em suas interações consolidam-se como parte de uma memória social e coletiva, que corresponde à legitimação de uma cultura que perpassa o ambiente físico e os acompanha mesmo quando deixam a propriedade.

Essas tradições, alicerçadas por uma mudança na forma como o mundo é descrito, a partir de uma valorização recente de algumas culturas que se emponderaram do espaço vital e passaram, a partir de muita luta, a se inserir como protagonistas na sociedade, transformaram a sociedade e, conseqüentemente, o conhecimento histórico. Essa transformação do conhecimento histórico, alicerçada pelo processo de mudança da sociedade e pela necessidade do ser humano em se entender, promoveu a construção de diferentes narrativas históricas, a partir de diferentes perspectivas, cada uma delas objetivando enriquecer ainda mais o entendimento que se tem das ações do homem.

Conforme Halbwachs (2004), citado por Fetter; Gevehr; Karpinski (2021, p. 91), os lugares desempenham um importante papel na construção da memória coletiva, já que eles lembram fatos ocorridos no passado, contribuindo para a construção da memória. A eleição de lugares de memória pela comunidade é condicionada aos elementos étnicos que promoveram essa condição.

Assim, surgiu a necessidade de se abordar diferentes fontes, dentre as quais, as fontes tradicionais recebem menos enfoque, enquanto algumas que, até bem pouco tempo atrás, não possuíam um caráter científico, passam a ter uma maior evidência. Dentre essas fontes, pode-se citar as orais individuais e/ou coletivas (Le Goff, 1990).

Partindo-se dessa premissa, o/a agricultor(a) familiar camponês(a) apresenta-se como um importante ator social na construção dessa história, tendo-se em vista que a memória dos saberes e fazeres reproduzidos por seus ancestrais são instrumentos de resistência para sua permanência em sua propriedade, servindo como arcabouço ideológico, mesmo que algumas vezes de forma imperceptível, para que ocorra a sucessão familiar, a reprodução social e, conseqüentemente, a sobrevivência da agricultura familiar camponesa. As fontes orais, nessa perspectiva, claramente se consolidam como instrumento de resistência com relação à permanência dos/das agricultores (as) familiares camponeses (as) em suas propriedades, já que é a partir do senso de coletividade e dos saberes e fazeres comuns a esse grupo social que a perenidade do processo se solidifica.

Nessa perspectiva, a memória do indivíduo perpassa o plano individual e torna-se uma memória coletiva, conectada imperceptivelmente com os saberes e fazeres de seus ancestrais a partir de experiências ouvidas ou vividas. Essas experiências, além de ressignificar o passado individual e coletivo, norteiam as ações do presente.

A memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória. Isso é verdade também em relação à memória coletiva, ainda que esta seja bem mais organizada. (Pollak, 1992, p. 204)

Essas características encontram, como plano de apoio à sua consolidação, a memória e o tratamento que ela vai receber a partir da análise minuciosa das fontes orais por parte do pesquisador, trazendo ao processo identitário dos/das agricultores (as) familiares camponeses (as) uma sensação de pertencimento, e um enraizamento com relação às suas propriedades, com suas comunidades e com os saberes e fazeres que permeiam suas resistências.

Como forma de se entender o processo de formatação do identitário, é fundamental compreender a ideia de coletividade e de memória social. Esse processo de construção perpassa a visão do sujeito individual. Entende-se o processo de memória como um processo de apropriação coletiva, permeado por várias identidades, e são essas identidades que irão formatar o eu coletivo.

Para Jacques Le Goff (2003), citado por Gevehr (2016, p. 950), a memória faz parte da identidade, indiferente dela ser individual ou coletiva, e sua busca é uma das atividades fundamentais das pessoas e da própria sociedade. Assim sendo, a memória não se consolida apenas como uma conquista, podendo ser considerada um instrumento de poder, já que a recordação desta e a construção das tradições estão intrinsecamente condicionadas ao que deve ser lembrado e ao que deve ser esquecido.

A memória social possui uma abordagem diferente da memória coletiva, trazendo relação não apenas com as pessoas, mas também interação entre elas e as instituições sociais que regem suas relações. Essas relações ficam implícitas no modo de agir coletivo dos/das agricultores (as) familiares camponeses (as), trazendo problemas muitas vezes não seus, mas que estão indivisíveis do seu eu coletivo.

Essa abordagem, porém, não minimiza a importância da memória coletiva dos grupos tidos como minorias, tendo em vista que os/as agricultores (as) familiares camponeses (as), nesse sentido, precisam legitimar sua história como forma de se consolidarem a partir desse processo de construção das memórias.

A memória mobilizada para reformular ou reafirmar uma identidade pressupõe a memória familiar, pois envolve o trabalho memorial de organização e releitura do passado compartilhado pela família. Implica, assim, unificação do passado em torno do sujeito, que se põe em relação com o outro, de forma a perceber as diferenças e as fronteiras entre o Eu e o Outro. Dessa forma, a narrativa biográfica perpassa a familiar, pois é no espaço familiar que estão as bases identitárias do sujeito. É nesse espaço que inicia, pois, o processo de diferenciação, e também onde as primeiras delimitações identitárias são elaboradas. (Souza, 2014, p. 113)

Com relação à memória, faz-se pertinente destacar que ela não é um processo individual, pois também se baseia na seletividade do coletivo, ultrapassando o ambiente familiar e perdurando por toda a comunidade na qual os/as agricultores (as) familiares camponeses (as) estão inseridos (as).

Sendo que recordar é um acto eminentemente individual, durante muito tempo se negligenciou a base social da memória e, só muito recentemente, as ciências sociais têm dedicado uma maior atenção a esta matéria. No entanto, e apesar do manifesto desinteresse por este tópico ao longo da maior parte do século XX, já desde o século XIX que a memória se havia tornado objecto de investigação científica. (Peralta, 2007, p. 5)

A memória não é abordada como uma simples lembrança do passado, mas, sim, como uma construção a partir das perspectivas que uma pessoa ou grupo de pessoas possuem no presente. Assim sendo, os/as agricultores (as) familiares camponeses (as) ressignificam aspectos de seu passado e do passado de seus antecessores no presente, adaptando-se a este a partir dos conhecimentos repassados intergeracionalmente.

A memória permite transportar o passado para o presente e pode fazê-lo de duas formas: mediante a acção ou através da recordação. No primeiro caso, estamos perante memória-hábito, que se refere à capacidade de reproduzir uma certa performance. No segundo caso, ao contrário da memória-hábito, é necessária uma construção sobre o passado que, assim, adquire uma distância crítica em relação ao presente. [...]. Ambas, claro está, coexistem num mesmo período, não se podendo dizer que uma substituiu a outra. (Peralta, 2007, p. 9)

Além disso, dentro dessa perspectiva, as memórias trazem elementos relacionados aos saberes e fazeres de uma comunidade ou grupo de pessoas, suas trajetórias, suas tradições, enfim, suas essências. A partir das contribuições

individuais e coletivas do passado, os agricultores familiares camponeses vão fazer a ressignificação de seu presente.

Também se faz pertinente identificar as significações materiais e coletivas que irão reger o processo de identidade dessas comunidades, pois é a partir desses processos que as comunidades irão formatar sua forma de ser, consolidando-se e reformulando-se a partir da ideia de pertencimento.

O estudo da memória social é bem mais complexo do que as generalizações dos teóricos do nacionalismo parecem fazer crer. Estudos posteriores sobre a memória social têm vindo, precisamente, a conceptualizar a possibilidade de confrontação das versões do passado emanadas pela ideologia dominante por parte de certos grupos e segmentos sociais que não aderem às representações oficiais do passado. (Peralta, 2007, p. 11)

A memória, assim, apresenta-se como uma construção de um conhecimento individual, a partir de uma organização que perpassa o plano físico, pois já está enraizada nas ações coletivas de determinado grupo. No caso dos/das agricultores (as) familiares camponeses (as), é seu instrumento de resistência e a forma mais simples de mantê-lo em sua propriedade.

Refletir sobre questões pertinentes à comunidade, por meio de relatos orais de sujeitos que a habitam, fundamenta-se na literatura de Queiroz (1988), que os coloca como sendo a base de toda a pesquisa, já que o indivíduo relata aquilo que vive e vivenciou. Essas vivências e a memória delas criam uma coletividade com relação ao pertencimento e ultrapassam a estrutura pessoal do sujeito e da propriedade, criando laços de compadrio e parentela e ampliando toda a comunidade em que os/as agricultores (as) familiares camponeses (as) estão inseridos (as) de forma intrínseca ao seu eu.

Assim sendo, o indivíduo, mesmo desconhecendo o sentido de memória coletiva, carrega para sua memória individual uma série de concepções preestabelecidas pelo meio em que vive, havendo relação entre estas memórias no que diz respeito ao condicionamento e à forma como o sujeito vai lembrar de determinados fatos.

A memória toma as experiências inteligíveis, conferindo-lhes significados. Ao trazer o passado até o presente, recria o passado, ao mesmo tempo em que o projeta no futuro; graças a essa capacidade da memória de transitar livremente entre os diversos tempos, é que o passado se torna verdadeiramente passado, e o futuro, isto é: dessa capacidade da memória brota a consciência que nós, humanos, temos do tempo. Esta, por sua vez,

permite-nos compreender e combinar, de muitos modos, as fases em que dividimos o tempo, possibilitando-nos, por exemplo, perceber 'o passado diante de nós'. (Amado, 1995, p. 132)

Segundo Le Goff (1990), para se analisar o conceito de memória, faz-se imprescindível aprofundar o enfoque, já que, dentro de um recorte temporal, em especial quando se quer privilegiar as memórias coletivas, o ser humano tende a atualizar impressões ou informações passadas, excluindo ou alterando, conforme sua necessidade, algumas informações, podendo abordar, a partir das concepções do presente, essas informações, codificando-as em seu subconsciente, de forma que as memórias que lhe causem desconforto sejam esquecidas ou substituídas.

Se é possível o confronto entre a memória individual e a memória dos outros, isso mostra que a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos. Todo mundo sabe até que ponto a memória familiar pode ser fonte de conflitos entre pessoas. [...]. Não se trata apenas de herança no sentido material, mas também no sentido moral, ou seja, do valor atribuído a determinada filiação. Sabemos que as memórias, bem como o sentimento de identidade nessa continuidade herdada, constituem um ponto importante na disputa pelos valores familiares, um ponto focal na vida das pessoas. (Pollak, 1992, p. 205)

A construção de uma memória coletiva ou o ato de lembrar diferentemente do que se pensa não é a ação de trazer memórias pessoais intactas do passado, mas, sim, são lembranças produzidas por um ser do presente, ressaltando as qualidades e esquecendo, mesmo que de forma inconsciente, as falhas do passado.

A memória, pela sua capacidade de formar um elo entre o passado e o presente, constitui-se numa ferramenta para desvendar a identidade dos atores e, desta forma, memória e identidade são importantes aliadas para que sejam atribuídos novos significados ao território que esses atores pertencem. (Kieling, 2018, p. 7)

Assim sendo, uma memória não se apresenta intacta, mesmo porque a sua construção não é realizada individualmente. O sujeito responsável pela criação de uma memória está alicerçado pelas comunidades e saberes que anteviram a sua memória e que, de uma forma ou de outra, auxiliaram na construção dessa coletividade.

A memória consolida-se como uma estrutura contemporânea, que traz elementos do passado como forma de entendê-la. Dessa forma, é fundamental

destacar que o processo de memória é coletivo e seletivo, porém é construído no presente. E é nesse presente que os/as agricultores (as) familiares camponeses (as) ressignificam sua essência, adaptando-se às novas realidades trazidas a ele.

Conforme Le Goff (1990, p. 366), o estudo da memória social é uma das melhores maneiras de debater os problemas relacionados ao tempo e à história, tendo-se em vista a necessidade de uma análise criteriosa no que diz respeito ao retraimento e ao transbordamento dessa memória, já que os indivíduos tendem a suprimir informações que lhe trazem desconforto e a exaltar outras que lhe são satisfatórias. Portanto, o entendimento de que a memória é um processo social que carrega a herança dos antepassados é uma das formas de resistência/ (re) existência.

2.2 As memórias como instrumento de resistência dos/das agricultores (as) familiares camponeses (as)

A memória possui um papel de legitimador nos processos identitários, pois é a partir desse processo de construção das identidades dos coletivos, geralmente em situações complexas ou de tensão, que ela vai alcançar uma maior importância.

Esse último elemento da memória - a sua organização em função das preocupações pessoais e políticas do momento mostra que a memória é um fenômeno construído. Quando falo em construção, em nível individual, quero dizer que os modos de construção podem tanto ser conscientes como inconscientes. O que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização. (Pollak, 1992, p. 204)

Com relação à sucessão familiar rural, essa construção das memórias fica ainda mais latente, pois as dificuldades encontradas pelos (as) agricultores (as) familiares camponeses (as) ao longo das últimas décadas indicam a necessidade dessa construção coletiva como forma de reduzir a incidência do êxodo rural.

Nesse sentido, a agricultura brasileira encontra-se em um processo de constante mudança, em especial devido às dificuldades trazidas com o capitalismo e a agricultura predatória. Os (as) camponeses (as), nesse processo, precisaram readaptar-se para conseguir sobreviver, adaptando-se às nuances ocorridas, como forma de não abandonar por completo seu habitat. Dentre as formas de sobrevivência, estão também o desenvolvimento do comércio relacionado diretamente à agricultura

familiar camponesa, que movimentava as cidades do interior, fornecendo, de forma geral, um pouco de tudo que o/a agricultor (a) familiar camponês (a) necessitava.

Nas diversas localidades, desenvolvia-se também o comércio (“casas de negócio”), com lojas e armazéns de secos e molhados e armarinho. As “casas de negócio” do interior, quando necessário, forneciam aos colonos os artigos de que necessitavam, a crédito, operando-se, assim, uma forma de financiamento, cujo débito seria pago na época da colheita da produção agrícola ou com a venda de animais, particularmente suínos. Exerciam, desta forma, uma dupla intermediação: num sentido, abasteciam a família rural, vendendo-lhe os artigos essenciais para o consumo; no outro sentido, compravam-lhe a produção agrícola ou animal, com destino aos atacadistas nas cidades maiores. (Brum, 1985, p. 89)

Essa constante transformação agrícola trouxe consigo uma gama considerável de novos problemas, mas também proporcionou algumas oportunidades.

O padrão de crescimento urbano que o Brasil vem experimentando nos últimos quinze anos pode tornar-se um trunfo para a revitalização de seu meio rural. As políticas voltadas para o fortalecimento e para a criação de novas unidades familiares no meio rural terão tanto mais sucesso quanto mais importantes forem as oportunidades de intensificação de suas ligações dinâmicas e diversificadas com as cidades. (Abramovay, 1999, p. 1)

Dentre os problemas, pode-se citar o aumento do envolvimento dos/das residentes com atividades não agrícolas, o êxodo rural, a crise sucessória, o envelhecimento dos/das residentes, a inserção de novos (as) moradores (as) e a masculinização da população rural.

A concepção dada aos camponeses perpassa pelas questões capitalistas, não perdendo, entretanto, os valores sociais relacionados à luta pela permanência na terra.

[...] é aceitável a concepção de que, “o camponês é expresso como categoria social a partir de relações capitalistas de produção, mantendo, entretanto os valores do modo de vida camponês oferecendo resistência às mudanças impostas pelo mercado”[...] a concepção sobre agricultura camponesa ganha importância, sobretudo enquanto campo de luta permanente que se coloca frente às imposições do capital, fazendo emergir diferentes sujeitos no campo, que por vezes dada às dinâmicas de resistência e enfrentamento, retornam à terra. (Gaspareto, Karnopp e Deponti, 2016, p. 45)

Contraproducente a esse processo, algumas políticas públicas brasileiras colocadas em prática ao longo dos últimos anos buscam assegurar que os/as

agricultores (as) familiares camponeses (as) permaneçam em sua propriedade, evidenciando uma contradição no que diz respeito aos moldes atuais de agricultura, privilegiados pelo capitalismo.

Conforme Coletti, citado por Kroth e Zonin (2021, p. 84)

[...] os estudos e a emergência do conceito de agricultura familiar na década de 1990 teve no debate do desenvolvimento sustentável uma de suas razões e seu principal motivador. É nesse contexto que o modo de produção familiar na agricultura ganha visibilidade como possibilidade de produção mais sustentável: ambiental, econômica e socialmente.

Em contrapartida à agricultura predatória e química, os/as agricultores (as) familiares camponeses (as) apresentam uma forma de resistência contra o agronegócio capitalista, agregando, a partir das memórias de seus antepassados, de suas vivências e da agricultura orgânica, uma excelente condição de permanecer em sua propriedade com algum conforto.

As lutas de resistência e de enfrentamento ao modelo de agricultura química se intensificam nesse período, principalmente pela investida do agronegócio no meio rural brasileiro, trazendo consequências para as famílias que vivem em regime de economia familiar, que se veem cada vez mais prejudicadas pela falta de incentivo público na agricultura e que de certa maneira, não resta alternativa para as mulheres senão a resistência. (Gaspareto, Karnopp e Deponti, 2016, p. 50)

Esses fatores também influenciam com relação ao desenvolvimento rural, já que a agricultura orgânica, além de representar uma facilidade maior com relação a emprego e renda dos/das agricultores (as) familiares camponeses (as), resultando na permanência em sua propriedade, também alavanca políticas públicas responsáveis em alguns municípios onde a merenda escolar, por exemplo, é comprada apenas destes agricultores (as).

As mudanças ocorridas nas atividades agropecuárias brasileiras, em especial nas últimas cinco décadas, impactaram a organização do território brasileiro. Porém, as trajetórias de luta vinculada aos/às camponeses (as), perpassaram a crise agrícola, resgatando, a partir dos/das agricultores (as) familiares camponeses (as), esse viés autônomo frente às imposições do capital.

Neste sentido, entende-se que a agricultura camponesa pode ou não estar inserida no universo da agricultura familiar, o que não se pode afirmar o

contrário. Tem-se dito que uma das questões que diferencia a agricultura camponesa das demais está no seu jeito de se inserir no contexto global do capital, seus objetivos econômicos e as experiências de sociabilidade que ela possibilita [...] O movimento dos camponeses no Brasil passa a se constituir enquanto tentativa de resgate da condição de camponês autônomo frente às determinações e às imposições do capital na agricultura. (Gaspareto, Karnopp e Deponti, 2016, p. 43)

No que diz respeito ao arranjo territorial, essas mudanças fizeram com que os atores sociais desse processo, os (as) agricultores (as) familiares camponeses (as), precisassem se reinventar, bem como sua propriedade, como forma de sobreviver à incidência do agronegócio alavancado pelo capitalismo.

Alicerçada por essas mudanças, uma discussão recorrente em diferentes contextos e perspectivas teóricas vem ocorrendo em diversos cenários. Essa discussão tem como plano de fundo o desaparecimento da agricultura familiar camponesa e dos/das camponeses (as). Isso resulta em uma renovação dessa perspectiva a partir dos novos atores sociais envolvidos nesse processo ou, por que não dizer, da nova roupagem recebida pelos atores na consolidação de agricultores (as) familiares camponeses (as), alicerçado pelo primeiro, mas com elementos do agronegócio e do capitalismo.

A problemática em torno do debate sobre o (des) aparecimento da agricultura camponesa é um tema recorrente e ganha visibilidade em diferentes contextos e perspectivas teóricas com diferentes entendimentos, concepções e percepções. Trata-se de processos que estão em construção, vão sendo (re) significados e (re) elaborados pelos próprios sujeitos que permanentemente “se fazem” nas lutas por diferentes modos de vida e por sua vez, tais construções estão em disputa tanto no mundo acadêmico quanto no mundo político. A partir da década de 1990 os conceitos que tratam sobre camponês e agricultor familiar foram passando por alterações explicitadas por pesquisas e estudos que tratam da temática em diferentes áreas. (Gaspareto, Karnopp e Deponti, 2016, p. 36)

Entretanto, faz-se pertinente destacar a apropriação por parte desses atores sociais de aspectos atrelados ao capitalismo, blindando-o com relação a algumas nuances do mercado, tornando-o mais propenso a proteger-se de algumas crises do sistema capitalista, efetivando-o, com isso, num processo de ressignificação, mesmo que forçada, o que, de certo modo, promoveu sua adaptação a essa nova forma de se pensar a agricultura no Brasil.

Na concepção dos Movimentos alinhados à Via Campesina, alguns destes aspectos permitem pensar que os camponeses/as conseguem se proteger mais das crises capitalistas, porque o jeito de produzir não é tipicamente capitalista. [...] Ele estabelece um paralelo entre o trabalho despendido e a satisfação das necessidades da família, condicionando um ao outro. A diferenciação social será medida pelo tamanho da família, que determina sua capacidade de exploração da terra. A extensão das terras cultivadas, portanto, estará em grande medida, associada à capacidade de trabalho da família. (Gaspareto, Karnopp e Deponti, 2016, p. 42)

Partindo-se dessas premissas, diversas ações precisaram ser realizadas para que esses (as) agricultores (as) familiares camponeses (as) não necessitassem deixar suas propriedades, e que, a partir do desenvolvimento rural, pudessem se reorganizar para permanecerem vinculado (as) as suas propriedades rurais. Fica evidente com isso que as últimas décadas foram cruciais para que a agricultura familiar camponesa não desaparecesse. Ainda mais evidente é que essas ações precisam ser ampliadas para manter esses atores sociais em suas propriedades.

Conforme Coletti, citado por Kroth e Zonin (2021, p. 87):

Essa lógica de agir das formas familiares de produção agropecuária faz com que o processo descrito de “industrialização do campo” não ocorra do jeito previsto pela literatura sobre o tema. O avanço da indústria na produção agropecuária e nos espaços rurais não significa necessariamente o fim das formas familiares de produção. Pelo contrário, em grande parte tem se combinado a integração dessas formas de produção familiar com os processos industriais.

Seguindo por essa linha de raciocínio, não existe como negar a influência que o capitalismo trouxe às propriedades rurais, tornando o processo agrícola refém dos latifundiários e da grande indústria, e as famílias camponesas foram transformadas em consumidoras desses produtos, sobretudo devido à crise agrícola gerada por esse processo (Gaspareto, Karnopp e Deponti, 2016). Porém, esses camponeses não se restringiram a aguardar que o mercado lhes esmagasse, eles passaram a se adaptar para buscar sua sobrevivência.

O agricultor familiar vai surgir quando ocorre a modernização da agricultura. É o antigo camponês que passa a se adaptar às determinações do capitalismo na agricultura. O que ocorre neste momento é a inversão do processo em que agora este mesmo agricultor antes conhecido como camponês que produzia para seu auto sustento e vendia o excedente inverte seu papel e passa a produzir para o mercado consumindo o excedente. Ou seja, a produção é para o mercado. (Gaspareto, Karnopp e Deponti, 2016, p. 41)

Segundo Ricoeur (2012), citado por Gevehr (2016, p. 950), faz-se pertinente destacar que o consumismo pode influenciar, de certa forma, a maneira que as pessoas veem o mundo, já que a imposição e a manipulação das memórias de determinados grupos detentores do poder, tanto econômico quanto financeiro, pode acarretar a difusão de visões de mundo e modelos culturais que promovem o consumo de certos produtos e marcas, mercantilizando, assim, as noções de felicidade e bem-estar a seu bel-prazer.

Diversas produções acadêmicas sobre as categorias agrárias que compõem a agricultura familiar camponesa e as contradições vividas por esses (as) agricultores (as) frente às mudanças trazidas pelo avanço do capitalismo no campo. Gaspareto, Karnopp e Deponti (2016, p. 36) abordam como a categoria agricultora camponesa tem se “(re) elaborado e (re) significado” a partir da realidade das mulheres do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), tendo em vista que no âmbito do Movimento elas “estudam, buscam compreender e ressignificar aspectos da experiência camponesa de seus antepassados, sobre os quais também vão recriando suas concepções e perspectivas” (Gaspareto, Karnopp e Deponti, 2016, p. 36).

O conceito sobre camponês (camponesa) para o Movimento é uma construção a partir das práticas exercidas em suas propriedades. Em geral, não se destaca a posição específica de cada membro da família, entretanto, as mulheres da roça que estão aí inseridas, desempenham diferentes funções relativas ao processo de trabalho da agricultura familiar/camponesa. (Gaspareto, Karnopp e Deponti, 2016, p. 49)

Precede, porém, ao agricultor familiar camponês, o histórico de luta de classes, de luta pela permanência em sua terra e a busca por uma valorização do seu trabalho, que se representam ainda mais importantes frente à luta quase desleal contra a agricultura exploratória financiada pelo capitalismo.

Esta característica de luta pela terra e por reforma agrária é o principal elemento identitário do camponês que indica continuidade e não fim. Esta concepção está contemplada no paradigma da questão agrária defendida e proposta por autores vinculados ao Centro latino Americano de Ciências Sociais (CLACSO), articulados com a VIA CAMPESINA. Diferentemente do que propõe os autores ligados ao Centro Latino-Americano de Desenvolvimento Rural (RIMISP) vinculados ao Banco Mundial, cuja ideia central é a defesa da expansão do capitalismo de maneira única e homogênea e cujo paradigma concebe que o futuro para o campesinato está

na mudança do camponês para o agricultor familiar. (Gaspareto, Karnopp e Deponti, 2016, p. 40-41)

Fica evidenciado que os/as agricultores (as) familiares camponeses (as), a partir do processo de construção das memórias da sucessão familiar rural, são atores essenciais para reverter a crise que afeta a agricultura familiar camponesa em nosso País, dando ênfase a que os saberes e fazeres oriundos de seu *métier* são os alicerces para que esses importantes personagens sociais permaneçam vinculados ao seu território.

2.3 A Sucessão Familiar Rural: Saberes e Fazeres

Dentre as inúmeras pesquisas que tratam da temática da sucessão familiar rural, a grande maioria cita o processo sucessório como um ponto-chave na reprodução social. Brumer (2007) considera o processo de sucessão como a base para a reprodução futura das unidades familiares. E assim, trata o processo de sucessão familiar rural como fundamental para a reprodução futura das propriedades familiares, apontando a essencialidade desta forma de agricultura para o setor agrícola brasileiro.

Embora a agricultura familiar camponesa seja parte importante do processo de produção agrícola, Mendonça (2008) analisou que, após os anos 1990, os/as possíveis sucessores (as) dos/das agricultores (as) começaram a deixar as propriedades familiares atraídos pelas oportunidades de geração de renda existentes no meio urbano. Segundo Bieger (2013), aconteceram várias alterações no setor agrícola moderno. Elas, possivelmente, afetaram as formas tradicionais que as famílias utilizavam para a concepção de seus planos futuros no que diz respeito ao processo sucessório.

No entanto, deve-se ressaltar que a sucessão familiar sempre esteve entre os assuntos tratados nas famílias, porém em duas situações diferentes. Algum tempo atrás, podia-se escolher um sucessor entre vários filhos, atualmente está ocorrendo uma busca para que pelo menos um filho permaneça na propriedade e continue o negócio familiar (Costa, Bezerra e Mendonça, 2012). Camarano e Abramovay (1999) afirmam que a juventude rural é atraída para o meio urbano e que o primeiro motivo para a saída do jovem é estudar. Os autores ainda asseguram que, na maioria dos

casos em que jovens buscaram a cidade para estudar, apenas uma minoria retorna ao campo para dar prosseguimento ao negócio familiar, deixando, assim, muitas propriedades sem sucessores.

O meio rural pode ser (re) significado a partir da valorização da memória dos atores associada ao modo de vida de seus antepassados. Isso se manifesta na vida cotidiana dessas famílias e nas demais relações coletivas, como um elo vivido no presente que permite a reprodução, a manutenção de conhecimentos e de experiências, sendo, assim, importante para o reconhecimento da própria identidade desses indivíduos e grupos sociais. (Kieling, 2018, p. 16)

A modernização agrícola que ocorreu a partir da década de 1970 transformou drasticamente a matriz produtiva. Com a Revolução Verde, ocorreu uma alteração do modelo produtivo utilizado até então, havendo uma inovação tecnológica aliada a uma produção monocultora, em áreas cada vez maiores de terra. A dificuldade financeira dos camponeses para terem acesso a terras e a essas tecnologias promoveu um processo migratório das populações do campo para a cidade. Além dessas dificuldades, a ausência de políticas públicas que facilitassem o acesso dos camponeses alavancou esse êxodo (Silva, *et al*, 2021, p. 4).

Esse processo de urbanização tem reflexo na redução da disponibilidade de mão de obra familiar para as atividades agropecuárias e, especialmente, na sucessão familiar. Os dados do IBGE (2010) nos mostram que apenas 15,61% dos jovens com idade entre 15 a 29 anos, residem no meio rural RS. (Pasquetti e Hilleshein, 2014, p.269)

Devido a essa transformação na atividade rural, os agricultores familiares camponeses precisaram alterar o seu modo de produção, adaptando-se como forma de sobrevivência. Essa readaptação trouxe ao campo de pesquisa científica diversas novas perspectivas, além de uma quantidade razoável de estudos, cada qual a partir de diferentes interpretações. Com isso, houve divergências a partir da perspectiva de alguns autores sobre como ela ocorre, mas um consenso com relação à importância da sucessão familiar rural.

As dinâmicas socioeconômicas do campesinato e da agricultura familiar são objetos de diferentes interpretações. Estudos clássicos sobre o campesinato observaram que com o avançar do capitalismo no campo o seu fim era iminente, tendo em vista as supostas desvantagens econômicas da unidade

familiar camponesa quando confrontada com a concorrência das empresas capitalistas na agricultura. (Tiherrro, Picolotto e Dalcin, 2021, p. 2-3)

Nos últimos anos, ocorreram mudanças que alteraram a estrutura agrária familiar. Segundo Prieb (2005), houve uma queda gradativa do número de trabalhadores rurais e famílias dedicadas exclusivamente às atividades agrícolas. Faz-se pertinente enfatizar que essas alterações afetaram o *modus operandi* dos agricultores familiares camponeses, que, como forma de sobrevivência, precisaram se readaptar para não abandonar por completo suas propriedades.

Essas mudanças transformaram o cenário do campo, afetando sobretudo a agricultura familiar camponesa, em especial no que diz respeito ao processo de sucessão familiar rural das propriedades. Assim sendo, colocou-se em pauta um debate em diversos setores da sociedade com o intuito de identificar formas de promover a manutenção desse ator social em seu habitat, bem como a sua sobrevivência com alguma qualidade de vida.

Conforme Pasqualotto, Kaufmann, Wizniewsky et al. Citado por Silva, *et al*, (2021), a agricultura familiar camponesa é de suma importância para a produção de alimentos para o mercado nacional, tendo-se em vista que o risco de esvaziamento do campo traz consigo uma preocupação em especial ao que diz respeito a alimentação saudável.

Esse processo de êxodo da população rural para as cidades, em especial dos mais jovens, relaciona-se com a busca por uma maior formação, com a desvalorização econômica, social e cultural das populações camponesas, com as dificuldades com relação ao trabalho e com as comodidades das cidades.

O efeito desse conjunto de fatores repercute nas representações dos agentes sobre o modo de vida rural e agrícola, especialmente entre os filhos. Os filhos vão percebendo e internalizando as comparações entre os modos de vida rural e urbano, acionando um comparativo entre os dois mundos ou modos de vida, podendo ocasionar uma visão majoritariamente negativa da condição agrícola. Nesse caso, os filhos podem querer ou não querer reproduzir a ocupação dos pais, podendo optar pela saída do meio rural ao perceberem as ocupações urbanas como melhores e mais bem remuneradas, quando comparadas com a agricultura. (Spanevello, 2008, p. 55)

Além disso, é frequente que o pai permaneça no comando da propriedade, delegando funções auxiliares aos filhos até que não possa mais comandar ou até que os filhos estejam “preparados” para assumir esta função. Essa manutenção patriarcal

e hereditária ocorre principalmente devido ao tamanho da propriedade e a lucratividade dela, pois, não havendo muito para se deixar, no caso de mais de um filho, esse processo pode ser bem complexo.

Em propriedades maiores ou mais lucrativas, esse processo pode ocorrer mais cedo, porém, geralmente, o patriarca não abandona suas funções, gerenciando sua propriedade e opinando de forma ativa nas decisões do sucessor, até que tenha certeza de que esse sucessor está apto para desempenhar sozinho suas funções. Segundo Gasson e Errington (1993) citado por Kroth e Zonin (2021, p 28):

O termo sucessão, como o próprio nome sugere, relaciona-se à possibilidade de continuidade das atividades desenvolvidas na propriedade familiar, com a presença dos pais ou não na unidade de produção. Compreendido também como a transferência do patrimônio e a continuação da atividade profissional paterna, no momento em que as gerações mais velhas saem do comando sobre o negócio.

O processo de sucessão familiar rural consolida-se como um dos momentos mais importantes da perspectiva da continuidade da propriedade rural, já que é nessa ocasião que o herdeiro irá se consolidar no negócio da família. Dentro de uma perspectiva mais ampla, é nesse momento em que ele irá colocar em prática os saberes e fazeres de todos os seus antepassados, consolidando-se e identificando-se a partir das suas vivências. Entretanto, esse não é um momento fácil, pois, devido geralmente à baixa lucratividade, a propriedade não comporta autossuficiência com qualidade de vida no caso de mais de um sucessor. Com tal finalidade, faz-se fundamental um planejamento detalhado para que esse processo não comprometa a sobrevivência e a permanência desses sucessores na propriedade.

Essa sucessão familiar rural, entretanto, não se dá de forma tão simples. Em alguns casos, as propriedades são pequenas, existem vários herdeiros e o não planejamento dessa sucessão pode ocasionar diversos problemas, entre os quais, o êxodo rural.

Diversos fatores influenciam na não permanência dos mais jovens na propriedade rural. O desinteresse dos filhos em permanecer nas atividades rurais pode ser percebido pela crescente saída dos mais jovens para exercer ocupações urbanas.

Diversos são os fatores que provocam o êxodo rural. Dentre eles, a saída da dos jovens do campo e o conseqüente envelhecimento da população desse segmento dificultam o processo de sucessão familiar. Com isso, emerge a possibilidade do abandono das terras, ou dos estabelecimentos familiares acabarem sem sucessores.

As implicações do esvaziamento demográfico do meio rural, especialmente pela saída da população jovem, é a falta de sucessores para dar continuidade aos estabelecimentos familiares, além do aumento progressivo do envelhecimento da população rural. A ausência de sucessores, devido à migração dos jovens, ainda não é um problema efetivamente estudado na agricultura familiar brasileira. Os estudos, na sua essência, tratam das perspectivas dos jovens entre ficar e sair do meio rural e apontam para as possíveis dificuldades em torno da sucessão dos estabelecimentos familiar. (Spanevello, 2008, p. 17)

Outros fatores importantes nesse processo de não permanência do jovem na propriedade rural é a falta de incentivos para a agricultura familiar camponesa, a burocratização dos incentivos financeiros e fiscais e a precariedade da infraestrutura, que dificultam o seu trabalho, tornando, muitas vezes, inviável a sua permanência na propriedade rural.

Além disso, questões referentes ao gênero também podem ser percebidas, pois o êxodo também é seletivo (Carneiro, 2001). Essa constatação fica evidente com relação à masculinização da população familiar camponesa, já que, prioritariamente, o processo de sucessão familiar rural dá privilégio ao filho mais velho do sexo masculino e, em muitos casos, quando a única sucessora direta é do sexo feminino, prioriza-se a venda da propriedade. Em pouquíssimas propriedades a sucessão é feita para as filhas e, quando isso ocorre, geralmente quem assume o gerenciamento é seu marido, ou seu sucessor masculino mais velho, indicando que o meio rural ainda apresenta uma estrutura patriarcal e essencialmente machista.

Se o êxodo por si só se torna um processo de entrave à continuidade da população rural, a situação se agrava quando a migração é seletiva. Desde a década de 1970, a saída da população jovem feminina foi superior à masculina [..] A predominância da migração feminina atinge em maior proporção a faixa etária dos 15 -19 anos. A consequência é o maior número de jovens do sexo masculino no meio rural, numa proporção que passou de 1,0, em 1970, para 1,10 em 2000. Por outro lado, no meio urbano, o que se observa é uma feminização, permanecendo em 0,9 a razão de sexos no mesmo período. (Spanevello, 2008, p. 17)

O êxodo seletivo percebe-se em especial devido à dificuldade da população feminina em alcançar algum espaço na administração das propriedades, pois, apesar da evolução do meio rural, algumas características identitárias relacionadas à questão do gênero ainda são muito acentuadas.

Por outro lado, as implicações migratórias também podem se estender sobre os estabelecimentos com sucessores. Nesses casos, embora haja filhos dispostos a permanecer como agricultores, a migração jovem feminina fortalece o processo de masculinização no meio rural, pois o número de homens que permanecem no meio rural é maior em relação ao de mulheres. Essa condição coloca barreiras ao estabelecimento de relacionamentos e criação de novas famílias pelos futuros sucessores, em razão da falta de parceiras no meio rural e das poucas chances de vinda de moças de fora (meio urbano), tendo em vista a não atração pelo modo de vida rural. (Spanevello, 2008, p. 17)

O êxodo seletivo fica ainda mais evidente quando a sucessão da propriedade da família fica para o filho homem mais velho, tornando claro que algumas discussões ainda precisam ser feitas, pois o ambiente rural ainda é essencialmente machista e patriarcal.

Geralmente, são os filhos que detêm o domínio do saber fazer da atividade, em razão da maior socialização e participação no trabalho agrícola, enquanto as filhas se dedicam ao doméstico e, por isso, são menos conhecedoras das questões relativas à atividade agrícola e de gestão do estabelecimento. O fato de os filhos estarem mais acostumados com o trabalho, de entender mais da atividade os credencia à sucessão do estabelecimento. Nesse sentido, apesar dos agricultores admitirem oportunidades iguais foi possível contextualizar o viés de gênero existente na sucessão dado pelo maior incentivo ao filho homem. (Spanevello, 2008, p. 165)

Além das considerações mencionadas, o fator financeiro também é considerado um entrave para a permanência no campo, pois as comodidades do meio urbano e o trabalho assalariado, ainda que mal remunerado, apresentam um status de dignidade, enquanto as agruras da labuta no campo, maximizadas pelo preconceito latente na sociedade com relação a esses fatores, dificultam ainda mais a permanência do/da agricultor (a) familiar camponês (a) em sua propriedade. Contraproducente a isso, o incentivo à permanência deve ser estimulado desde cedo, já que a apropriação de algumas comodidades urbanas, como o acesso à internet e a redução do esforço físico, é fundamental para a valorização da qualidade de vida e, conseqüentemente, para a permanência desses (as) agricultores (as) junto a suas propriedades.

Os estímulos para os filhos tornarem-se agricultores devem-se, sobretudo, às condições objetivas favoráveis (como as econômicas, produtivas) em estabelecimentos capitalizados, capazes de fazer os pais demonstrarem aos seus filhos que a agricultura também é rentável e pode ser desenvolvida com menor esforço físico e penosidade. Diante dessas possibilidades, os agricultores repassam o “gosto” pela profissão de forma objetiva (recursos), mas também subjetiva (valorização da ocupação), porque acabam transmitindo aos filhos o estímulo para permanecer na ocupação paterna. (Spanevello, 2008, p. 167)

Assim sendo, algumas políticas públicas para a permanência dos jovens camponeses foram tomadas, alcançando algum êxito. A facilitação do acesso a recursos tecnológicos, financeiros e à educação vêm alcançando êxito nesse segmento, valorizando e promovendo uma maior qualidade de vida aos/às agricultores (as) familiares camponeses (as), a partir de uma potencialização da lucratividade de seus produtos e de uma preocupação com relação à produção saudável e sustentável de alimentos por boa parte da sociedade, trazendo, com isso, novas perspectivas a esse ator social, além de condições menos penosas.

Algumas ações tomadas têm demonstrado eficácia no seu objetivo, como a elaboração de políticas públicas de incentivo à permanência no campo e criação de escolas do campo, a exemplo das Casas Familiares Rurais. No entanto, o tema é muito mais abrangente e envolve um conjunto de elementos objetivos e subjetivos que merecem um estudo. Entre eles pode-se verificar uma mudança na percepção sobre o valor da vida no campo, a partir de uma maior exposição e visibilidade, melhora nas condições de acesso à educação e à tecnologia, as dificuldades no acesso ao emprego formal na cidade e, mais recentemente, as mudanças na previdência pública. Por essas razões, corroborada pela valorização comercial dos produtos agrícolas e o acesso a novas tecnologias de produção, bem como a necessidade de produção de alimentos saudáveis para garantir a segurança alimentar do país, podemos estar vivendo um novo momento, de valorização do meio rural, que crie as condições para a permanência dos jovens no campo, bem como o retorno de emigrados para desenvolver a atividade agrícola. Há um movimento lento, porém perceptível de retorno ao campo, muito embora que em condições diferentes das existentes anteriormente, que merece ser observado. (Silva *et al*, 2021, p. 5)

Não menos importante nesse processo é a utilização de estruturas denominadas Casas Familiares Rurais, que são escolas do campo que objetivam oportunizar planejamento e eficiência produtiva às propriedades como forma de promover a manutenção do/da agricultor (a) familiar camponês (a) junto a sua propriedade.

Outra proposta que busca contribuir com a permanência dos jovens do campo, com construção de conhecimentos, reconhecimento de sua

identidade e criação de oportunidades de inserção qualificada junto à família, é das Casas Familiares Rurais, alicerçadas na pedagogia da alternância. Trata-se de uma clara iniciativa de romper com a falta de comprometimento que existiu entre a educação e o meio rural, assim como entre a educação e a valorização do trabalho que é realizado pelo homem do campo. Tais instituições bem como diferentes entidades representativas da agricultura familiar voltam seu olhar à preocupação com a sucessão familiar rural e à valorização dos jovens que escolhem o meio rural como modo de vida. Entretanto, importa que esta sucessão ocorra de forma que se estabeleçam relações harmônicas e sustentáveis entre os meios produtivos, social e ambiental, de modo que seja benéfica para as famílias rurais e para toda a sociedade. (Silva *et al*, 2021, p. 9)

Indiferentemente da forma como será colocado em prática, se a partir de política pública ou do planejamento familiar, é fundamental que ações sejam tomadas como forma de assegurar a permanência sustentável desses jovens em sua propriedade. Tendo-se em vista isso, utilizar-se das estruturas que possuem experiência com essas ações é uma iniciativa sensata, mas, mais que isso, faz-se fundamental identificar a contribuição trazida a partir dessas instituições, identificando soluções para essas demandas, sempre enfatizando que as peculiaridades de cada região devem ser respeitadas, tendo em vista que a sucessão familiar rural é fundamental para a valorização do/da agricultor(a) familiar camponês(a) e, conseqüentemente, para a permanência em sua propriedade. Segundo Mishra e El-Osta (2008) citado por Kroth e Zonin:

O planejamento sucessório é uma parte do desenvolvimento de um plano de negócios mais completo para a operação de uma propriedade. Segundo os autores, as variáveis que podem influenciar, significativamente, para uma propriedade ter um sucessor conhecido (membro da família, que vai efetivamente garantir o ambiente operacional) incluem fatores como a educação, o valor líquido do agregado familiar, dívida(s) nos últimos cinco anos, estar envolvido em explorações agrícolas, com atividades que envolvam maior valor agregado aos produtos finais produzidos na propriedade e que exijam relativamente grande montante das despesas de capital e controle gerencial. (Kroth e Zonin, 2021, p. 31)

Dentre as políticas públicas para acesso e permanência, algumas ações, como a desburocratização do acesso a bens e serviços, a facilitação ao pequeno produtor de acesso aos créditos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o apoio ao cooperativismo e a valorização da agricultura familiar camponesa, precisam com urgência entrar em pauta para que este(a) agricultor(a)

familiar camponês(a) não apenas permaneça em sua propriedade, mas que tenha condições de sobreviver com dignidade.

O surgimento de novas atividades no meio rural busca uma integração entre esse meio e o urbano, facilitando a permanência desses jovens no interior. Essas medidas que se relacionam com o acesso ao transporte público, à internet e outros meios de comunicação contribuíram para o crescimento das atividades não agrícolas por parte dos trabalhadores rurais (Tijerro, Picolotto e Dalcin, 2021). Entretanto, outras comodidades precisam ser pensadas como forma de promover a manutenção do/da agricultor (a) familiar camponês (a) em sua propriedade de forma a priorizar a sua qualidade de vida, sabendo-se que dessa manutenção depende a produção saudável e sustentável de alimentos.

Para se estruturar uma reflexão acerca da sucessão familiar rural na sociedade, nesse caso específico dos/das agricultores (as) familiares camponeses (as) no Município de Passo do Sobrado, faz-se fundamental uma breve análise acerca do processo de construção de suas identidades e, para tal finalidade, uma abordagem sobre as memórias se faz fundamental.

Nesse cenário, em que a memória se faz instrumento para a construção identitária, a memória familiar é o primeiro recurso de que o sujeito se vale. Esse é o ambiente em que o indivíduo encontra seus primeiros referentes. A família é o primeiro grupo no qual o sujeito é inserido, por isso é onde inicia sua socialização e as lembranças mais íntimas nascem e são alocadas. É nesse grupo, pois, que o sujeito recebe as primeiras memórias compartilhadas e incorpora em sua bagagem memorial as lembranças herdadas do grupo e vivenciadas com ele, as quais são impregnadas de sentidos identitários. São essas primeiras lembranças que enraízam o sujeito à família e assim surge o sentimento de pertencimento – com relação à comunidade familiar, ao espaço, à cultura e às práticas do grupo. (Souza, 2014, p. 112)

Essa abordagem precisa ter em vista fatores em comum entre esses agricultores (as), mas também as especificidades que cada comunidade apresenta com relação aos saberes e fazeres, destacando assim a importância de uma visão ampla do processo, mas não descartando as peculiaridades da região. Dentro dessa perspectiva, Zanini (2008) identifica a construção de um território familiar onde o indivíduo se utiliza das memórias familiares para reproduzi-las posteriormente.

[...] uma das dimensões mais importantes da luta dos camponeses no Brasil estaria em seu esforço para construir um “território familiar”, o que a autora

denomina um “lugar de vida e de trabalho, capaz de guardar a memória da família e de reproduzi-la para as gerações posteriores”. E ser camponês significa reunir as questões expostas às intervenções do Estado, da economia e das sociedades locais, regionais, nacionais e transnacionais, continuamente. Enfim, uma situação complexa que requer estudos localizados para melhor se compreenderem as dinâmicas dessas populações. (Zanini, 2008, p. 108)

Dessa forma, a identificação das pessoas com o território que habitam transcende a questão física, trazendo elementos culturais, sociais e políticos, formatando características indissolúveis a determinadas populações ou grupos. Partindo-se dessa perspectiva, a territorialização ou a organização dos processos sociais e de trabalho permeiam a existência desses grupos sobre determinada localização espacial (Santos e Rigotto, 2010).

Tendo em vista a questão da sucessão familiar rural, é fundamental identificar, na propriedade e nas relações que ela possui com a comunidade, os laços coletivos que se formam a partir dessas interações. E nesse terreno que os laços irão perpetuar o processo de resistência desses (as) agricultores (as) familiares camponeses (as) com relação a sua permanência na terra.

Nessa perspectiva, a família consolida-se como um dos pilares fundamentais no que diz respeito à reprodução social e à permanência do indivíduo na propriedade.

[...] o elemento central que perpassa todas as características do campesinato apontadas é a família [...] o ponto que diferencia o campesinato de outras unidades de produção agrícola. A exploração familiar, em regra geral, dedica-se ao atendimento das necessidades essenciais de seus membros, o que se dá pela divisão das tarefas entre o grupo doméstico, que formariam uma espécie de equipe de trabalho que asseguraria a subsistência de todos os membros. Essa combinação família-empresa faz com que se estabeleça uma comunidade de posse e uma comunidade de consumo, além da comunidade de trabalho, sob a autoridade de um membro, que é o pai da família. (Kieling, 2018, p. 49)

Assim sendo, o planejamento da sucessão familiar rural passa por uma série de fatores, dentre os quais a qualidade de vida é fundamental. Porém, nesse contexto, a memória é um dos instrumentos de resistência para que esses (as) agricultores (as) familiares camponeses (as) permaneçam junto a suas propriedades, mas ainda mais que isso, para que os mais jovens não necessitem buscar alternativas apenas nas áreas urbanas.

2.4 O Território e Territorialidade na Perspectiva da Sucessão Familiar Rural

Parte-se desse viés, ou seja, dos aspectos e particularidades da formação de uma determinada sociedade ou grupo social, tendo como parâmetro sua territorialidade. Os conceitos de território e territorialidade vêm se adaptando nos últimos anos, conforme a perspectiva trabalhada. Segundo Flores (2006), o conceito de território, em um primeiro momento, era tratado pelas ciências naturais e servia para estabelecer a relação entre o domínio da fauna e da flora com determinada área física. Posteriormente, passou a figurar na pauta de debates da sociologia, antropologia, economia e ciência política.

Ainda segundo o autor, existe uma diferença entre espaço e território, sendo o espaço referente ao patrimônio natural existente em determinada região e o território, a apropriação do espaço a partir da ação social de diferentes indivíduos. O conceito de território está intrinsecamente conectado à disputa pelo poder dos diferentes atores sociais. Essa disputa traz como resultado a definição de uma identidade que se relaciona diretamente ao limite geográfico ou ao espaço determinado.

Por sua vez, a institucionalidade, enquanto conjunto de regras e normas que regulam as ações dos atores locais, o poder estabelecido entre os diferentes grupos de atores, a confiança e a cooperação, é fator que determina a construção social de um território. Esses fatores determinam a capacidade de mobilização local para a construção social e a organização do território. (Flores, 2006, p. 7)

O território é o espaço que determinada população ocupa, sendo a territorialidade ligada às questões sociais, culturais e econômicas, que permitem uma relação de pertencimento àquela localidade. Conforme Santos (2000), o território não pode ser entendido apenas como o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem.

O território [...] pode ser formado [...] por lugares contíguos e lugares em rede. Mas importante ressaltar que são os mesmos lugares que se constituem em continuidades ou em redes. É, portanto, dentro deles que se estabelece uma contradição vivida entre o mundo e o lugar (Santos, 2005, p. 254)

Ainda conforme Santos (2000), o território estabelece as bases para a coletividade, sendo que ele consolida o trabalho e a residência, influenciando sobre

os aspectos materiais, espirituais e da vida, estando esse território relacionado à população que faz uso dele.

Para o autor, a reorganização que a globalização trouxe ao território, redefiniu categoricamente a forma de se pensar o espaço.

No mundo da globalização, o espaço geográfico ganha novos contornos, novas características, novas definições. E, também, uma nova importância, porque a eficácia das ações está estreitamente relacionada com a sua localização. Os atores mais poderosos reservam os melhores pedaços do território e deixam o resto para os outros. Numa situação de extrema competitividade como está em que vivemos, os lugares repercutem os embates entre os diversos atores e o território todo revela os movimentos de fundo da sociedade. A globalização, com a proeminência dos sistemas técnicos e da informação, subverte o antigo jogo da evolução territorial e impõe novas lógicas. (Santos, 2000 p. 79)

Ao encontro da perspectiva de Santos e Flores (2006) entende que o território é um espaço de relações sociais, estando o sentimento de pertencimento dos atores locais desse processo relacionado a uma identidade coletiva construída a partir dos laços de solidariedade entre esses atores.

A construção da identidade, para o pensamento subjetivista [...], é antecedida da construção da diferenciação, a partir de fronteiras que os grupos se determinam, chamadas de fronteiras sociais simbólicas. Na construção territorial, essa fronteira simbólica ganha limites territoriais, cujas identidades estão formadas com base em relações histórico-culturais. [...]. Essa abordagem está muito próxima de perspectivas econômicas baseadas na diferenciação identitária. (Flores, 2006, p. 5)

Nesse sentido, a identidade do homem com o território que ele habita transcende a questão física, trazendo elementos culturais, sociais e políticos a ele, formatando características indissolúveis a determinadas populações ou grupos.

O conhecimento e o saber-fazer local, e a capacidade dos atores locais de promover um desenvolvimento com características endógenas, a partir do sentido de territorialidade presente entre os atores locais, formam o [...] capital cultural e social de um determinado território [...] esse capital é que estabelece o potencial do desenvolvimento do território. (Flores, 2006, p. 5)

Segundo Flores:

A partir dessas formas de articulação, pode ser estabelecida uma relação entre território, identidade, cultura, e o mercado, onde este espaço

geográfico, com uma identidade construída socialmente, pode ser caracterizado por uma definida identidade cultural e por laços de proximidade e de interdependência, e pode significar um espaço de mercado para os sistemas produtivos locais — SPL. Pode ser também um componente aglutinador de qualidade e vantagens para a competitividade dos produtos e dos serviços locais, visando outros mercados, e de desenvolvimento de novas habilidades e capacidades dos atores sociais, relacionados com novas formas de aproveitamento dos recursos disponíveis. (Flores, 2006, p. 8)

Conforme Flores (2006) e Abramovay (2001), o capital social possui uma ligação com os fatores histórico-culturais, determinando a capacidade de ação voltada ao desenvolvimento territorial. Entretanto, essa ideia possui limitações.

[...] o pensamento sobre a construção social do território, destaca-se a consideração de que o espaço-lugar como espaço de suporte das atividades econômicas 'é substituído pela ideia do espaço-território carregado de vida e de cultura, assim como de desenvolvimento potencial'. Desse modo, o território construído passa a ser um espaço de desenvolvimento multidimensional, onde as diferentes racionalidades das sociedades interagem, cujos resultados estão relacionados à potencialidade criada pelo capital social existente, ou que seja mobilizado pela interação com organizações que apoiem o rompimento de impedimentos político-institucionais locais. (Flores, 2006, p. 6)

Para o autor, o capital social não é apenas um atributo cultural imutável. Ele pode ser criado ou redefinido desde que existam organizações bem estruturadas, que apresentem aos indivíduos alternativas diferentes e viáveis aos comportamentos usuais.

[...] é possível se estabelecer formas de fortalecer as territorialidades, 'estimulando laços de identidade e cooperação baseados no interesse comum de proteger, valorizar e capitalizar aquilo que um dado território tem de seu — suas especificidades culturais, tipicidades, natureza enquanto recurso e enquanto patrimônio ambiental, práticas produtivas e potencialidades econômicas'. (Flores, 2006, p. 7)

Seguindo-se por essas premissas, fica evidente que as culturas locais, possuem influência no território, mas podem ser mutáveis. Para Flores (2006, p. 6):

[...] as diferentes culturas são convenções transmitidas socialmente, dinâmicas e mutáveis, e refletem conjuntos de ideias e valores. [...] isso significa dizer que o próprio sentido de tradição cultural, não é nada estanque no tempo, nem que se herda geneticamente. Desse modo, o pensamento sobre território e identidade cultural não está marcado pela ideia de se voltar os olhos para algo que é dado pelo passado, mas que se configura num processo contínuo de transformações proporcionado pelas relações sociais (com o local e o global), significando relações de poder, e na relação destas

com o acesso e uso do patrimônio natural local. Como resultado desses processos de construção social de territórios com identidade cultural surge uma perspectiva multiculturalista [...] a ideia de que a interface entre o saber local e a ação global provoca interpretações locais que se diferem conforme as próprias culturas locais, favorecendo a pluralidade cultural, baseada em redes solidárias.

Para Milton Santos, pela primeira vez na história do homem, pode-se constatar a existência de uma universalidade empírica, estando essa universalidade não apenas no plano abstrato, mas relacionada à experiência individual.

[...] o espaço geográfico, sinônimo de território, usado seja assumido como um conceito indispensável para a compreensão do funcionamento do mundo do presente, este mundo dominado pela globalização, está metáfora que incansavelmente torna míope a realidade da maioria dos habitantes da Terra. (Santos, 2005, p. 252)

A análise dos conceitos de território e territorialização, nesse caso específico, é fundamental para o entendimento das questões levantadas, já que, para caracterizar o perfil dos/das agricultores (as) familiares camponeses (as), faz-se pertinente uma análise das suas memórias, a partir de seu habitat.

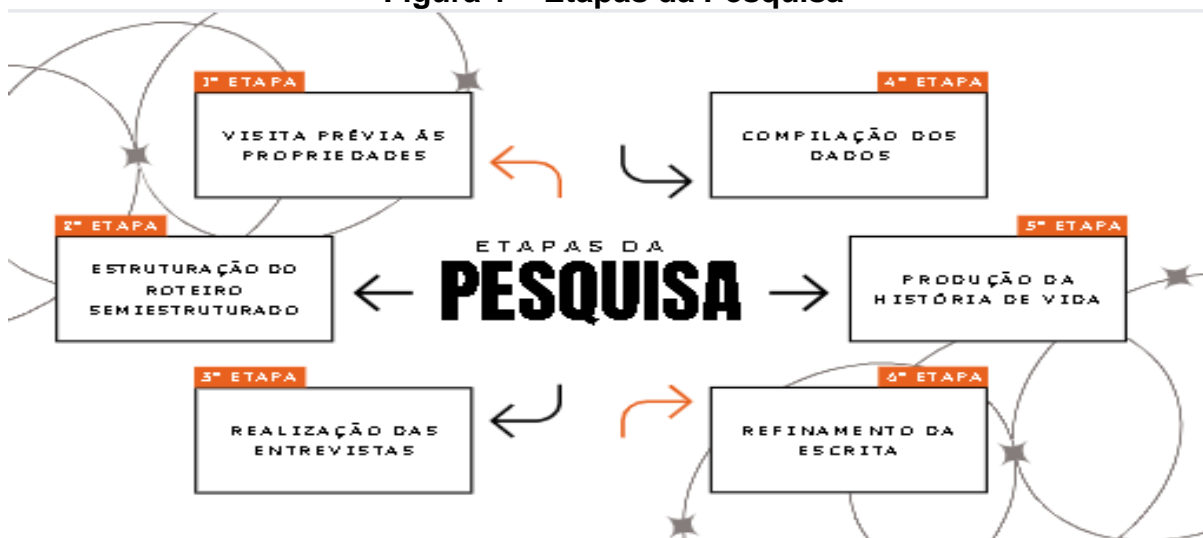
No próximo capítulo, intitulado *Trajetórias da Sucessão Familiar Rural: Um Olhar Sobre as Memórias dos Agricultores Familiares Camponeses*, faz-se uma reflexão sobre o processo de sucessão familiar, trazendo as dificuldades relacionadas à permanência na propriedade, bem como as narrativas dos atores sociais, analisando a importância das memórias para a sucessão familiar rural e a permanência dos jovens na propriedade. Analisa-se também os desafios com relação à sucessão familiar rural no século XXI e a importância do contraponto entre a tradição e a modernização como elemento fundamental para a consolidação dos saberes e fazeres familiares camponeses.

3 TRAJETÓRIAS DA SUCESSÃO FAMILIAR RURAL: UM OLHAR SOBRE AS MEMÓRIAS DOS/DAS AGRICULTORES (AS) FAMILIARES CAMPONESES (AS)

Neste capítulo, foi realizada uma reflexão sobre os processos de sucessão familiar rural, no Município de Passo do Sobrado, tendo como ponto de partida as memórias dos/das agricultores (as) familiares camponeses (as). O processo de sucessão é um dos momentos mais importantes da perspectiva da continuidade das atividades na propriedade rural, já que é nesse momento que os jovens irão se consolidar na propriedade familiar, colocando em prática os saberes e fazeres de seus antepassados e identificando-se a partir das suas vivências.

Nesta pesquisa, fez-se necessária uma análise das memórias dos/das agricultores (as) familiares camponeses (as), como forma de compreender como se dá o processo de sucessão familiar rural do município pesquisado, tomando como parâmetro os conceitos de território e territorialidade. Nesse contexto e com tal finalidade, foram entrevistados um extensionista, uma sindicalista e 11 agricultores familiares camponeses, os quais possuem suas vivências relacionadas à agricultura familiar camponesa, a partir de entrevistas semiestruturadas, com o intuito de conhecer a realidade da agricultura do município em questão. Além disso, para um melhor entendimento acerca dos/das agricultores (as), também foi estruturada uma história de vida. Na figura 1, são apresentadas as etapas da pesquisa.

Figura 1 – Etapas da Pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor.

A análise sobre as memórias dos/das agricultores (as) familiares está vinculada à própria história do Município, tendo como destaque aspectos e particularidades da sua formação social, econômica, cultural e geográfica. Por isso, também serão apresentados aspectos da história do território pesquisado, relacionados ao tema em discussão.

Essa categoria social tem ganhado destaque entre as instituições públicas de desenvolvimento rural pela sua importância socioeconômica e cultural, especialmente no RS. Ela é considerada fundamental para a produção de alimentos, na geração de empregos no meio rural, na manutenção cultural e apresentam características próprias no que se refere à sua reprodução socioeconômica.

[...] a agricultura tradicional se caracterizava pelo cultivo de um conjunto diversificado de produtos agrícolas, com o uso predominante do trabalho braçal e da tração animal e a utilização de instrumentos de trabalho simples geralmente produzidos na própria região. (Brum, 1985, p. 116)

Dentre as características desse modelo de agricultura estão essencialmente o trabalho familiar, a inserção de conhecimentos da cultura popular para o cultivo da terra. Além disso, faz-se pertinente destacar que o objetivo fundamental da propriedade é a subsistência da unidade produtiva, sendo o excedente comercializado.

A partir das discussões do campo do desenvolvimento regional, percebe-se que as desigualdades geradas a partir da produção capitalista são oriundas da concentração de capital e rendas, gerando processos de exclusão social e geográfica. Nesses processos, destaca-se a não vinculação dos mais jovens à propriedade familiar rural, relacionado às dificuldades da vida no campo e à desvalorização tanto financeira quanto sociocultural. Isso gera grandes preocupações em relação ao desenvolvimento rural, resultando numa preocupação futura, pois a não permanência dos jovens nas propriedades familiares tende a afetar consideravelmente a situação de desenvolvimento do Município. Portanto, pesquisas sobre a sucessão familiar rural merecem ser ampliadas e aprofundadas, uma vez que a sucessão é vital para a sobrevivência da agricultura familiar camponesa.

O processo de modernização da agricultura no Rio Grande do Sul e no Brasil teve início na região do planalto gaúcho, depois da segunda guerra mundial. Enquadra-se ele na nova estratégia do capitalismo internacional, no pós-guerra. Com a modernização, a agricultura se internacionalizou, integrando-se ao projeto de desenvolvimento do complexo agroindustrial, sob o comando das corporações transnacionais e dos países centrais, principalmente os Estados Unidos. (Brum, 1985, p. 93)

Nesse sentido, a sucessão familiar rural é fator crucial no que diz respeito à sobrevivência da agricultura familiar camponesa, estando o processo sucessório intrinsecamente relacionado com a reprodução social e, conseqüentemente, com a perpetuação das propriedades familiares. O Município pesquisado não foge à regra, tendo como uma das características centrais a agricultura familiar, centrada na produção de tabaco e de alimentos. Entretanto, uma das dificuldades enfrentadas pela população local é quanto aos processos sucessórios das pequenas propriedades rurais. As trajetórias da sucessão familiar rural demonstram que, cada vez mais, está diminuindo o número de jovens que permanecem nesse tipo de atividade. Com isso, ocorre o envelhecimento no espaço rural, conforme o relato de nossos entrevistados e dados pesquisados no IBGE referente ao censo agropecuário de 2017, que aponta que 70% da população que reside no espaço rural tem mais que 45 anos e somente 30%, tem menos que essa idade (IBGE, 2017).

A partir das premissas supracitadas, observa-se que as memórias dos/das agricultores (as) familiares camponeses (as) do município pesquisado se entrelaçam com a própria história da agricultura familiar camponesa no Estado, apresentando evidências de que, mesmo havendo diferenças de uma região para outra, com relação aos cultivos agrícolas. É fundamental fazer uma análise do território pesquisado, neste caso, o Município de Passo do Sobrado, para entender como se dá esse processo de sucessão de familiar nas propriedades.

3.1 O Território Pesquisado

Passo do Sobrado se emancipou em 1992, porém sua história é bem mais antiga e remonta ao seu município-mãe, Rio Pardo. A ocupação não indígena do território que atualmente integra o Município começou na metade do século XIX. Inicialmente, suas terras foram colonizadas por luso-brasileiros, que partiam de Rio Pardo para povoar a região que era conhecida por Couto, e servia como ponto de descanso para

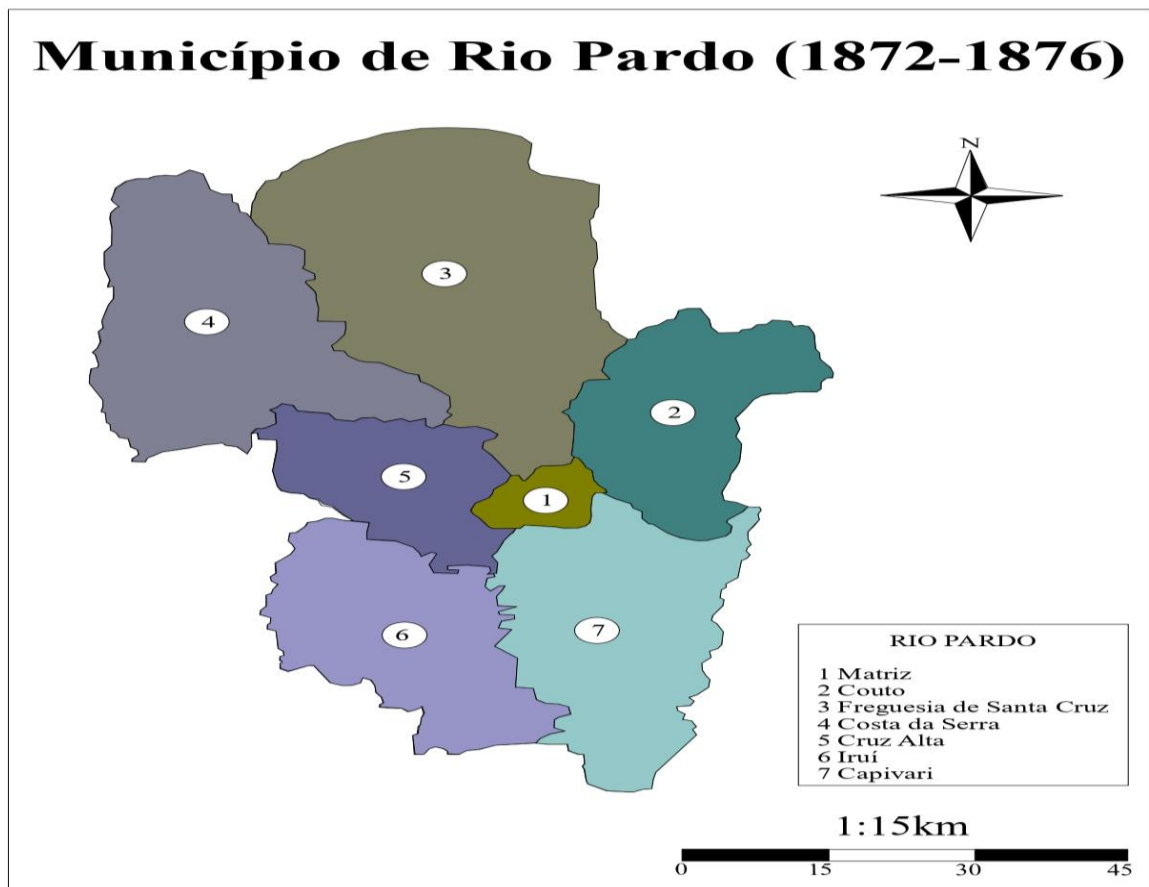
tropeiros. A partir de meados do século XIX, famílias de origem germânica também se instalaram na região, misturando-se à população de origem lusa e aos descendentes de escravos que trabalhavam na criação de gado e nas roças existentes.

Segundo Vogt e Romero

[...] mesmo sendo recente, o município tem uma história que remonta mais ou menos a 1840, quando começou a colonização. Os colonos alemães vieram em busca de terras planas para a agricultura. Já os colonizadores lusos, que chegaram primeiro, vieram atrás de terras para criação de gado e, sobretudo, para encontrar um lugar seguro onde enfrentarem a Revolução Farroupilha. (Vogt e Romero, 2010, p. 78)

De acordo com Spenner (2013), por volta de 1876, o Município pertencia ao 2º distrito do Couto, na subdivisão do vasto território de Rio Pardo. Essa informação pode ser visualizada a partir da Figura 2.

Figura 2 - Município de Rio Pardo – RS (1872-1876)



Fonte: Costa (2006, p. 93).

Com o passar do tempo, a localidade foi crescendo e novas famílias foram se estabelecendo no distrito. Dessa forma, o comércio e a região foram se desenvolvendo. Atestando o aumento populacional e a importância adquirida pela localidade, a capela existente foi elevada à categoria de matriz, em 1939 (Livro Tombo, 1939-1977).

Já conforme os relatos de Rita Borba Frantz (Jornal Gazeta do Sul), moradora da localidade de Passo do Sobrado, a vila possuía poucos moradores por volta de 1910. E que, em 1928, começou a construção da igreja matriz, que foi planejada pelo arquiteto Simon Gramlich. Além da construção da matriz Nossa Senhora do Rosário, ele também foi responsável pela construção das igrejas católicas dos municípios de Sinimbu, Venâncio Aires e a atual catedral São João Batista, de Santa Cruz do Sul (A PARÓQUIA, 1984).

Assim como na maioria dos municípios brasileiros, em Passo do Sobrado as forças de dominação estavam entrelaçadas, onde política, religião e justiça caminhavam lado a lado, fundamentando-se entre si e criando valores a serem seguidos pela sociedade. Nesse processo, era comum que os eventos sociais e religiosos contassem com a presença de autoridades civis, eclesiásticas e militares (Livro Tombo, 1939-1977).

A concentração de pessoas da elite rio-pardense num evento realizado em Passo do Sobrado ressalta a importância da localidade para o Município, bem como a importância da religião católica. Esse processo de legitimação da comunidade, a partir da criação da paróquia, fica claro com a leitura do decreto de sua criação e da posse solene do reverendo, padre José Reinaldo Rauber, que foi o primeiro vigário da Paróquia Nossa Senhora do Rosário de Passo do Sobrado (Livro Tombo, 1939-1977).

Esse cerimonial evidencia a importância da criação, em 1939, da referida paróquia, para a formação territorial da futura sede do Município de Passo do Sobrado. Essa referência em relação à Paróquia se faz necessária, visto que, no Estado do RS, a grande maioria dos municípios tem como ponto de partida a fundação de uma capela ou a criação de uma paróquia. É normalmente em torno do templo que a povoação se expande.

A Figura 3 retrata uma celebração religiosa, uma missa na primeira capela do segundo distrito, por volta de 1910. Além disso, demonstra a presença de inúmeros

fiéis na celebração, enfatizando a religiosidade dos munícipes no início do século XX, os quais, anos após, auxiliaram na construção da matriz Nossa Senhora do Rosário.

Figura 3 - Primeira capela de Passo do Sobrado



Fonte: Boletim Lembra a luta (2014).

A partir da criação da Paróquia, a localidade de Passo do Sobrado passou a se organizar e a progredir gradativamente, sendo que, devido à necessidade sentida pelas pessoas da localidade, outras instituições foram se estruturando e passaram a funcionar no distrito, como é o caso da escola Estadual de Ensino Médio Alexandrino de Alencar.

A primeira escola estadual da localidade foi criada em 29 de setembro de 1937, por meio do decreto n.º 6772 (Projeto político pedagógico), como Grupo Escolar “Flores da Cunha”, do então 2º distrito de Rio Pardo. Entretanto, o educandário só começou suas atividades em 13 de maio de 1938. Até o ano de 1962, as aulas ocorriam em dois prédios vizinhos, que eram alugados de particulares pelo Estado e se localizavam na rua em frente à Igreja Nossa Senhora do Rosário. Somente no dia 13 de fevereiro de 1963, a escola recebeu da Delegacia de Educação um prédio de alvenaria destinado ao funcionamento do Grupo Escolar Alexandrino de Alencar (Escola Estadual de Ensino Médio Alexandrino de Alencar, 2016).

A Figura 4 refere-se a um desfile em comemoração à independência do Brasil em 1985. A escola Estadual de Ensino Médio Alexandrino de Alencar participou do desfile com seus alunos, professores e funcionários. O desfile ocorreu em frente ao antigo prédio que abrigava a instituição até 1962.

Figura 4 - Desfile Cívico da Escola Alexandrino em 1985 em frente ao prédio da primeira escola do Município



Fonte: Escola Estadual de Ensino Médio Alexandrino de Alencar

Além da escola, outras instituições foram fundadas com o intuito de suprir as necessidades da população da localidade, sendo de suma importância para o progresso de Passo do Sobrado a criação de um hospital. Realizou-se, no dia 24 de fevereiro de 1946, uma reunião na Igreja para tratar da fundação e manutenção de um hospital na localidade (Livro Tombo, 1939-1977).

A Figura 5 é da fachada do Hospital Nossa Senhora do Rosário em 1980. Importante instituição para constituição do Município pesquisado e para sua emancipação e para população no século XX.

Figura 5 - Fachada do Hospital Nossa Senhora do Rosário - 1980



Fonte: Hospital Nossa Senhora do Rosário

A reunião, além de contar com a participação de lideranças locais, teve ainda a presença do reverendo Cônego Albino Juchem e de membros da direção do hospital São Sebastião Mártir, do Município de Venâncio Aires. A ideia da construção de um hospital foi aceita pela comunidade. Logo após, houve o parecer favorável do prefeito de Rio Pardo, Ernesto Protásio Wunderlich, que foi convidado para a presidência dos trabalhos.

Além disso, foi delineada a constituição de uma sociedade civil, sendo que os sócios deveriam contribuir com uma quantia não superior a duzentos cruzeiros. Em seguida, foi aclamada a seguinte diretoria provisória: Guilherme Preuss, primeiro secretário; Guilherme G. A. Ruppenthal e sua esposa Hilda Torres Ruppenthal, respectivamente, os segundos secretários; e Theobaldo Frantz e Theodora Saubertidessimo, como primeiro e segundo tesoureiros.

Além disso, também foi proposto que a construção do hospital deveria ser realizada nas proximidades da igreja. O terreno visado situava-se atrás do prédio da Matriz, numa coxilha, sendo que todos acolheram a ideia. Em seguida, seria enviado um requerimento à Cúria Metropolitana, fazendo o pedido de doação do terreno para a construção do hospital (Livro Tombo, 1939 -1977).

A Figura 6 é da casa comercial dos Cunhas, por volta de 1933, localizada na Capela dos Cunha. Na foto, estão os senhores Manoel Alcides da Cunha, dono do estabelecimento comercial, o viajante, seu motorista e os fregueses. Conforme relato da comerciante Adélia Jacobsen, neta do dono do estabelecimento, devido à doação de uma área de terra por parte de seu avô para construção de uma capela, que também abrigava a escola, essa localidade, que na época pertencia ao 2º distrito, passou a se denominar Capela dos Cunha.

Figura 6 - Casa Comercial dos Cunha - 1933



Fonte: acervo pessoal de Adélia Jacobsen.

Em 12 de junho de 1949, foi inaugurada a nova usina elétrica municipal de Rio Pardo, em Passo do Sobrado. A Figura 7 refere-se à inauguração da Usina Elétrica no 2º Distrito, em 1949.

Figura 7 - Inauguração da usina elétrica - 1949



Fonte: acervo pessoal de Evandro Jacobsen.

Conforme Bernardes (1997), no mapa de distribuição da população das cidades e distritos do Rio Grande do Sul de 1950, o Município de Passo do Sobrado, que na época era segundo distrito de Rio Pardo, possuía uma população rural de 3.871 habitantes e uma população urbana de 558 habitantes, totalizando 4.429 habitantes.

Essas informações demonstram a importância da agricultura, em especial a familiar, para o Município supracitado, já que, em 1950, 87% da população residia no espaço rural e, mesmo com a falta de incentivo, atualmente, 76% dos habitantes do Município continuam residindo nesse mesmo espaço (IBGE, 2017).

A Tabela 1 apresenta a população rural e urbana dos anos 1950, 2000 e 2017, demonstrando que, nos últimos 67 anos, a população do Município, em sua grande maioria, sempre residiu na zona rural.

Tabela 01 - População rural e urbana de 1950, 2000 e 2017				
Ano	População rural	%	População Urbana	%
1950	3871	87%	558	13%
2000	4591	82%	974	18%
2017	4582	76%	1429	24%

Fonte: Bernardes (1997) e IBGE (2000 e 2017). Elaborado pelo autor.

Evidencia-se, nessa conjuntura, uma série de fatores que promoveram a valorização da agricultura em Passo do Sobrado, em especial a agricultura familiar camponesa. Dentre esses fatores, pode-se citar a existência de estruturas relacionadas à agricultura, como a Casa dos Cunha, importante centro comercial do Município, que possui suas atividades majoritariamente voltadas para a população do campo. Além deste centro comercial, as indústrias de processamento de tabaco e a Associação de Plantadores de Fumo em Folha também obtiveram destaque ao longo da história do Município.

Conforme Brum (1985), desenvolviam também nas localidades as “casas de negócio”, que forneciam aos colonos os artigos necessários, muitas vezes a crédito, cujos valores eram quitados na época das colheitas ou com a venda de animais, em especial os suínos. Além de fornecerem os artigos básicos aos agricultores, esses comércios também exerciam o papel de consumidor, pois, muitas vezes, compravam

a produção agrícola ou animal com o intuito de revender aos atacadistas nas cidades maiores.

Além disso, o mapa de distribuição da população das cidades e distritos do RS de 1950, mostra que o Município de Passo do Sobrado, na época em que era segundo distrito de Rio Pardo, possuía uma população rural de 3.871 habitantes e uma população urbana de 558 habitantes. Dessa forma, demonstra-se a importância da agricultura familiar camponesa desde essa época para o município pesquisado.

Conforme os subprefeitos no período de suas gestões, o 2º distrito de Rio Pardo não possuía maquinários próprios para realizar a melhoria das estradas. Além disso, também relataram que raramente a prefeitura de Rio Pardo mandava uma patrula à localidade.

Embora a localidade gerasse bastante receita ao Município de Rio Pardo, pois possuía uma agricultura forte, baseada no cultivo de tabaco, arroz e soja, um dos subprefeitos na época acentua que, quando de sua passagem pela subprefeitura, ela possuía apenas quatro funcionários, que trabalhavam na limpeza de bueiros, roçadas e outros serviços manuais no distrito. (Fagundes,2016)

Evidencia-se aqui a importância da agricultura de Passo do Sobrado com relação ao município-mãe Rio Pardo. Mesmo não realizando os serviços essenciais de forma correta, existia a preocupação com relação à não emancipação, já que a maior parte de sua receita nesse período provinha da agricultura, sendo o distrito um dos grandes arrecadadores.

Em função das dificuldades e precariedades em que se encontrava o distrito, a associação de Pró-Desenvolvimento de Passo do Sobrado defendeu a anexação do 2º distrito ao Município de Venâncio Aires. Porém, o prefeito Bertholdo Pritsch, de Rio Pardo, e o presidente da Câmara de Vereadores de Rio Pardo, Negus Costa, eram contrários, pois alegavam que a prefeitura vinha, nos últimos dois anos, fazendo várias obras e benfeitorias neste distrito. Inclusive, em 1967, houve a instalação do serviço telefônico em Passo do Sobrado e, no dia 11 de novembro de 1985, a inauguração do posto do Banrisul, Empresa Brasileira de Correios (ECT) e Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT).

Aparentemente, a desanexação de Passo do Sobrado e sua anexação a Venâncio Aires apenas não ocorreu devido a pressões exercidas pelos políticos de Rio Pardo. Eles alegavam que essas benfeitorias feitas em Passo do Sobrado iriam

onerar o Município de Rio Pardo. Ao mesmo tempo, já havia um pensamento dos moradores da localidade pela emancipação de Passo do Sobrado, porém, também havia contrários à emancipação. De acordo com o último subprefeito, portanto, percebeu-se um anseio que havia na localidade pela emancipação.

Em contrapartida, o vereador Elo Moraes, em abril de 1990, alerta para esse movimento emancipatório dizendo que, mesmo não sendo favorável e nem contrário, as autoridades municipais deveriam dar mais atenção ao assunto, alegando que, por parte da população desta localidade, as tratativas estavam bem avançadas (Fagundes,2016). Como medidas preventivas, foram propostas a interiorização das sessões da Câmara, sendo que o primeiro distrito contemplado seria Passo do Sobrado, além do envio de uma ambulância para o Hospital Nossa Senhora do Rosário, reivindicação antiga daquela localidade.

Entretanto, seguindo um movimento mais amplo do Estado todo, havia uma crescente mentalidade emancipacionista, tendo em vista que a população local estava descontente com a atuação do poder público rio-pardense. Entre os problemas, cabe destacar a precariedade das vias de transporte para escoamento da produção agrícola, o acesso à educação escolar para os filhos dos agricultores e o atendimento à saúde.

Nesse sentido, seguiu uma tendência que ocorria ao longo do século XX. A partir de 1900, o Estado do RS passou a sofrer com o processo de fracionamento de seus territórios, devido, principalmente, ao crescimento populacional e à chegada de novos núcleos étnicos. Esse processo se intensificou no início da década de 1980, devido a alterações na legislação federal, tendo alcançado seu ápice, no que diz respeito às emancipações de municípios, em meados da década de 1990.

Inicialmente o sul do Estado, mais densamente ocupado, apresentou um maior "retalhamento", isto é, seus municípios se comparados aos situados na porção norte apresentavam áreas menores. Essa tendência se manteve até a segunda metade do século XIX, quando o Norte também começou a sofrer um processo de fracionamento. [...]. O crescimento populacional e o fracionamento excessivo das colônias, somados à chegada de novos grupos étnicos, resultou na expansão das áreas coloniais para o norte do Estado. Em 1900 o Rio Grande do Sul possuía 65 municípios, sendo que a maioria ainda se localizava no sul do território. As emancipações foram se intensificando a cada ano, chegando em 1966 a 232 municípios, número que não se alterou por força de lei federal até o início dos anos 80. Durante esta década surgiram mais 100 municípios, 11 em 1982, 29 em 1987 e 60 em 1988. Finalmente, na década de 90, mais 164 municípios foram criados, 94 em 1992, 40 em 1995 e 30 em 1996, somando então, 497 municípios. (Rio Grande do Sul, 2002).

Ainda conforme o informativo da emancipação nº 3, de maio de 2017, elaborado pela comissão de emancipação de Passo do Sobrado, no final do ano de 1990, o segundo distrito sentia-se abandonado pelo município-mãe. Dessa forma, alguns moradores, percebendo isso, começaram a se reunir para discutir saídas para que a localidade pudesse ter pelo menos alguns serviços públicos essenciais. Ainda segundo o informativo, não havia agências bancárias e nem serviços de água potável no segundo distrito. Além disso, a telefonia e a iluminação pública eram precárias e também não havia ruas asfaltadas, transporte escolar e as estradas do interior estavam em péssimas condições. Diante desses diversos problemas alegados, foi criada a comissão pró-desenvolvimento do distrito, sob a presidência do senhor Eraldo Muller.

Apesar das medidas preventivas por parte da prefeitura para não perder seu distrito, as tratativas relativas à emancipação apenas evoluíram.

No dia 10 de novembro de 1991, os eleitores da localidade de Passo do Sobrado, 2º distrito do Couto de Rio Pardo, foram às urnas para o plebiscito que definiria pelo “sim” ou “não” da emancipação. Com 86% dos votos a favor, Passo do Sobrado deu o grande passo para tornar-se um município independente. O ato final foi quando o município foi reconhecido e criado em 20 de março de 1992, pela Lei Estadual n.º 9.545 (Fagundes, 2016).

3.2 Memória e Realidade dos/das Agricultores (as) Familiares Camponeses (as) do Município de Passo do Sobrado em Perspectiva

Após a emancipação, Passo do Sobrado continuou com sua economia baseada majoritariamente na agricultura familiar camponesa. O principal produto, por muito tempo, era o tabaco em folha, mas, mais recentemente, a soja passou a ocupar esse papel.

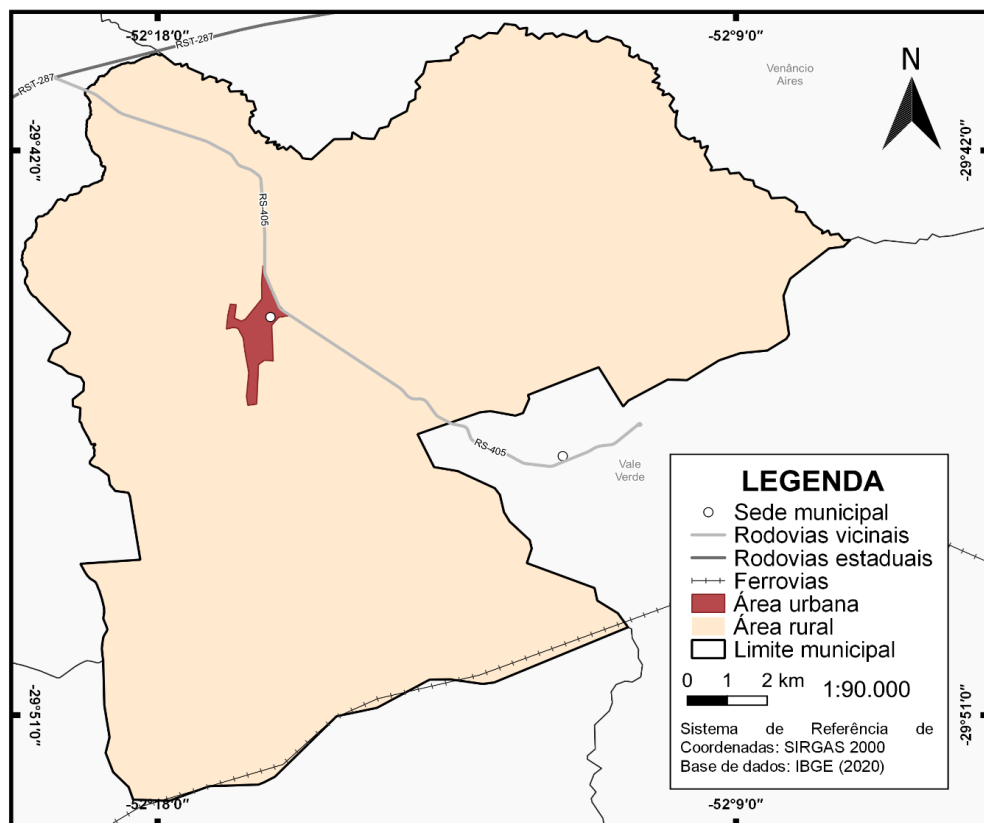
Conforme Brum (1985), a modernização da agricultura foi um processo que trouxe diversas modificações no que diz respeito à produção agrícola, intensificando a utilização de tecnologias, máquinas e insumos, inovando na forma de produzir. De

forma geral, essa modernização afetou o Município gradativamente, ampliando a produção, mecanizando e tecnicando a lavoura.

À medida que o processo de modernização se implanta e avança, a agricultura tende a especializar-se, orientando-se para um ou dois produtos (raramente mais), em cada região. Esta tendência em direção a monocultura, de um lado, dificuldades e estrangulamentos a pequena propriedade rural e aos produtores autônomos e, de outro lado, viabiliza e estimula a empresa rural, grande e média, onde se estabelecem as relações capitalistas de produção, com os proprietários dos meios de produção (terras, máquinas, etc.) assumindo o papel de patrões e os trabalhadores diretos, destituídos dos meios, assumindo a condição de assalariados rurais. (Brum, 1985, p. 94)

Atualmente, Passo do Sobrado tem 32 anos de emancipação político-administrativa, e a sua base econômica é a cultura da soja, seguida pelas culturas do tabaco, milho e feijão. A Figura 8 apresenta o território do Município, destacando a área rural e a urbana. Conforme o censo do IBGE de 2017, a população rural de Passo do Sobrado é de 4.582 habitantes, o que representa 76,23% da sua população total, e mostra a importância dessa categoria social para o Município.

Figura 8 - Mapa de Passo do Sobrado: Área Rural e Urbana

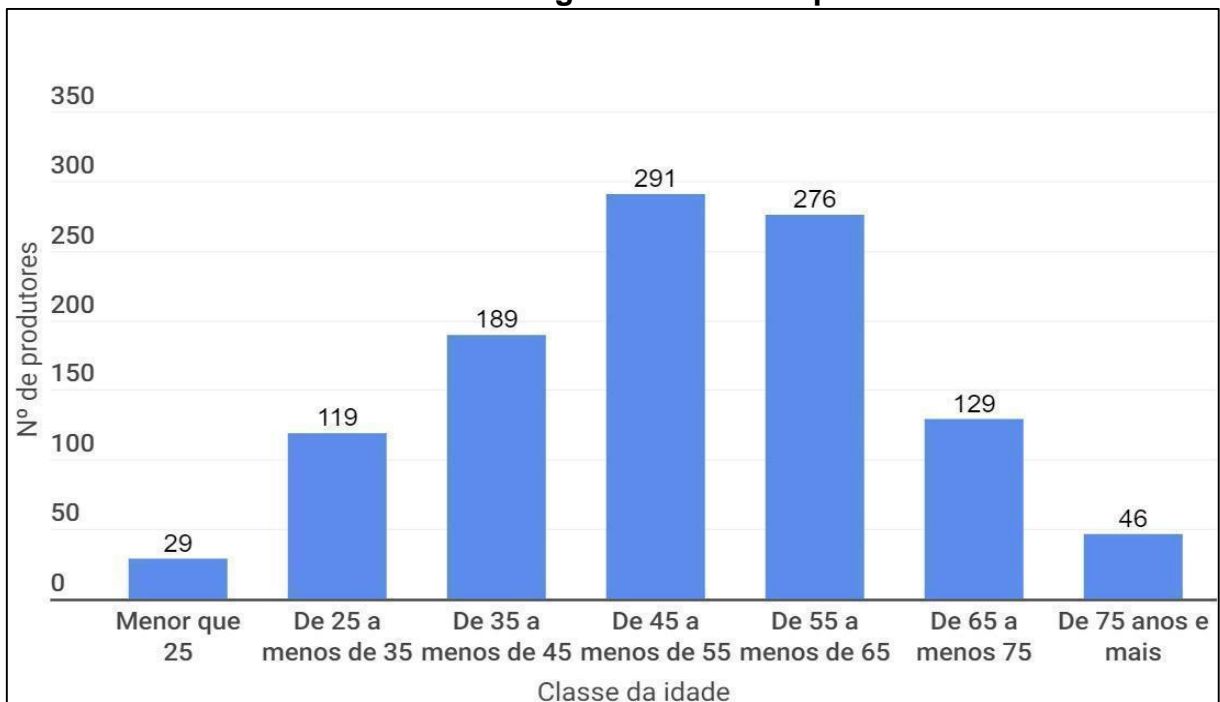


Fonte: IBGE (2017). Elaborado pelo autor.

Dessa forma, para compreender as trajetórias do processo de sucessão familiar rural, a partir das memórias dos/das agricultores (as) familiares camponeses (as), no Município de Passo do Sobrado, é necessário saber como está a composição de sua população. O Gráfico 1 apresenta a população dividida pela sua faixa etária. Conforme o Censo do IBGE realizado no ano de 2022, a população total é de 6.025 habitantes e está distribuída em uma área de 265.133 km² de território, com densidade demográfica de 22,72 hab/Km². O Gráfico 1 mostra que o Município possui 1.079 estabelecimentos agrícolas, dos quais 70% são administrados por agricultores (as) acima de 45 anos. Somente 30% são administrados por agricultores (as) com menos de 45 anos. Isso é algo preocupante para o futuro da agricultura familiar camponesa no território pesquisado, pois essa faixa etária é importante para processo de sucessão familiar rural (IBGE, 2022).

Dentro dessa perspectiva, faz-se pertinente destacar que a faixa etária entre 15 e 29 anos representa apenas 30% da população do campo, o que demonstra que o processo de sucessão familiar, caso não haja uma reversão nesse cenário, pode ser comprometido muito em breve.

Gráfico 1 - Classe de Idade do Agricultor– Município Passo do Sobrado



Fonte: IBGE (2022). Elaborado pelo autor.

Um dos potenciais problemas para o futuro do Município é a questão da redução do número de nascimentos, em especial nas localidades do interior. Quanto menos crianças estiverem no campo, menores as chances de renovação dos trabalhadores ativos na agricultura familiar camponesa.

Já na questão de comando dos estabelecimentos agropecuários do Município de Passo do Sobrado, a pesquisa do censo apontou que 84% são administrados por homens e somente 16%, por mulheres, não destoando muito dos resultados nacionais. A pesquisa também apresenta que 98,3% dos/das agricultores (as) do Município se consideram brancos e somente 1,7% se consideram pretos e pardos. Além disso, a pesquisa do censo do IBGE de 2017 apontou que 1,30% deles nunca frequentou a escola. Já 58% dos/das agricultores (as) do município pesquisado possuem apenas ensino fundamental incompleto e 23,70% possuem ensino fundamental completo. Ainda, 12% deles possuem ensino médio completo e 1,30% possuem ensino técnico. Somente 3,70% possuem ensino superior completo e 0,18% possuem mestrado (IBGE, 2017).

Além disso, ressalta-se a importância da agricultura familiar camponesa para o desenvolvimento do Município de Passo do Sobrado, pois a maioria dos estabelecimentos agrícolas são propriedades familiares camponesas. Ainda conforme relatou o entrevistado (E)¹, a cultura da soja predomina na maioria das áreas plantadas do Município, seguida pelas culturas do tabaco, milho e feijão.

Ainda, conforme relatou o entrevistado (E), alguns fatores podem ter influenciado nesta mudança da cultura do tabaco que antes predominava no Município, para a cultura da soja, e que são observados por ele em seu dia a dia nas saídas para o meio rural do território pesquisado. Os fatores elencados por ele são:

- O envelhecimento da população, com falta de mão de obra para o tabaco. A soja é totalmente mecanizada, uma pessoa pode dar conta tranquilamente de 500 hectares praticamente sozinha, tendo um bom trator e ferramentas;
- O preço atrativo da soja nos últimos anos;
- O aumento de área é proveniente de áreas de campo, que estavam subutilizadas pela pecuária e, também, de áreas de arroz;

¹ Extensionista da Emater de Passo do Sobrado

- Com relação ao arroz e ao gado, a série histórica dos últimos 10 anos apresenta preços não atrativos.

Já conforme o relato da presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Passo do Sobrado, existem diversas dificuldades com relação à agricultura familiar camponesa, em especial a falta de incentivo. Segundo ela:

A sucessão familiar rural é um desafio para o movimento sindical porque é evidente o envelhecimento do espaço rural. O movimento sindical vem debatendo com frequência sobre a sucessão familiar rural e visualiza essa questão como fundamental para a sobrevivência da agricultura familiar camponesa.

É necessário buscar-se incentivos para que os jovens permaneçam no espaço rural. Um desses incentivos é o Pronaf Jovem que já foi uma realidade, mas atualmente não recebe por parte dos órgãos governamentais a atenção que deveria. Além disso, a importância da volta do crédito fundiário, pois houve uma valorização do valor do hectare no município pesquisado, dificultando a permanência e a aquisição de terras por parte dos pequenos produtores. E que o financiamento denominado Terra Brasil financia valores muito baixos, impossibilitando a aquisição de áreas de terra. [...] existe uma luta que já dura algum tempo na busca por mais alternativas para que os jovens permaneçam no espaço rural, sendo este um grande desafio, que prevê ainda diversos debates. A soja avançou o máximo que poderia no município, trazendo diversos prejuízos para o meio ambiente, pois muitos açudes foram destruídos acarretando falta de água para os animais. Porém deve passar por um processo de estagnação, pois houve uma retomada de diálogo com os órgãos do governo o que deve possibilitar um crescimento da agricultura familiar camponesa em especial no que diz respeito à agricultura sustentável. (S)², gravado em 05/06/2023).

Conforme os dados do IBGE, os anos de 2004, 2010 e 2021 apontam um aumento considerável no plantio da cultura da soja e uma diminuição no plantio de tabaco no município pesquisado. A Tabela 2 demonstra um avanço no aumento de hectares plantados da cultura da soja no Município de Passo do Sobrado, bem como o aumento da produção dessa cultura ao longo dos últimos vinte anos, evidenciando, em contrapartida, a redução tanto da produção quanto do número de hectares de tabaco no mesmo período.

Tabela 02 - Crescimento do Plantio da Cultura Soja em Relação ao Tabaco em Passo do Sobrado entre os Anos de 2004 e 2021

Ano	Cultura	Produção	Hectares
-----	---------	----------	----------

²Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Passo do Sobrado.

2004	Tabaco	7.700 t.	3.500
	Soja	1.108 t.	700
2010	Tabaco	4.896 t.	3.400
	Soja	3.321 t.	1.510
2021	Tabaco	4.046 t.	1.700
	Soja	26730 t.	8.100

Fonte: dados do IBGE (2004, 2010 e 2021). Elaborado pelo autor.

A partir dos dados do IBGE dos anos de 2004, 2010 e 2021, pode-se afirmar que o Município de Passo do Sobrado tem como sua base econômica a cultura da soja, que predomina na maioria das áreas plantadas, seguida pelas culturas do tabaco, milho e feijão. Entre 2004 e 2021, os hectares de tabaco plantados reduziram para menos da metade, enquanto houve um aumento de mais de 10 vezes nos hectares de soja plantados. Esse aumento da produção de soja muitas vezes obriga os (as) agricultores (as) a venderem suas propriedades ou arrendarem para os grandes produtores, dificultando, com isso, o processo de permanência na terra e reduzindo as possibilidades de sucessão familiar nas propriedades.

Portanto, essas são algumas características históricas, sociais, políticas e econômicas do território pesquisado. Foram apresentados elementos, desde a sua ocupação até a atualidade, tentando compreender essa formação social que tem a agricultura como base. O que se pretende a partir disso é possibilitar um melhor entendimento acerca dos/das agricultores (as) familiares camponeses (as) do município estudado, entendendo, assim, como a valorização dos seus saberes e fazeres e as suas memórias consolidam-se como fator preponderante no que diz respeito à sucessão familiar rural.

3.3 O Perfil dos Agricultores Pesquisados

Para compreender as trajetórias da sucessão familiar, foram entrevistados um extensionista da Emater e uma sindicalista presidente do Sindicato dos Trabalhadores

Rurais e outros 11 agricultores familiares camponeses, totalizando 13 entrevistas. A partir delas, buscou-se conhecer suas memórias em relação a como se dá o processo de sucessão familiar rural no Município de Passo do Sobrado.

As entrevistas foram uma maneira de identificar aspectos pouco conhecidos porque, geralmente, a história abordava algumas estruturas e priorizava as elites, destacando alguns vultos e figuras importantes e as fontes oficiais. Com a evolução do conhecimento histórico, passou a se preocupar com alguns atores anteriormente invisíveis.

Com relação à agricultura familiar camponesa, essas premissas também são válidas, pois, até bem pouco tempo atrás, não existia uma narrativa que abordasse esses importantes atores sociais da história brasileira. Sendo assim, a memória pode ser um fator essencial no que diz respeito à construção de uma identidade, nesse caso específico, dando voz aos/às camponeses (as). Nesse contexto, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 13 atores sociais de diferentes faixas etárias, gêneros e de diferentes localidades de Passo do Sobrado, com o intuito de registrar as memórias dos/das agricultores (as) familiares camponeses (as) e, a partir dessas memórias, compreender como se dá o processo de sucessão familiar rural no Município.

Tabela 03 – Entrevistados		
Entrevistados	Idade	Profissão
E	41	Extensionista da Emater
S	46	Sindicalista
AFa	38	Agricultora
AFb	22	Agricultor
AFc	56	Agricultora
AFd	34	Agricultor
AFe	54	Agricultora

AFf	24	Agricultora
AFg	31	Agricultora
AFh	66	Agricultor
AFi	45	Agricultor
AFj	87	Agricultor
AFk	83	Agricultor

Fonte: Elaborado pelo autor.

Com relação à construção da entrevista, foram levados em consideração três aspectos fundamentais para a sua estruturação: o primeiro, referente às características da propriedade, o segundo, relacionado à questão da sucessão familiar rural e o terceiro, que elencou as características da produção das propriedades familiares, conforme modelo (Apêndice 1).

Tendo-se essas premissas como parâmetro, buscou-se identificar, a partir das heterogeneidades dos/das Agricultores (as) familiares (AF), uma memória coletiva desse segmento, abordando, a partir das particularidades e especificidades de cada entrevistado (a), o perfil desses (as) agricultores (as) familiares camponeses (as).

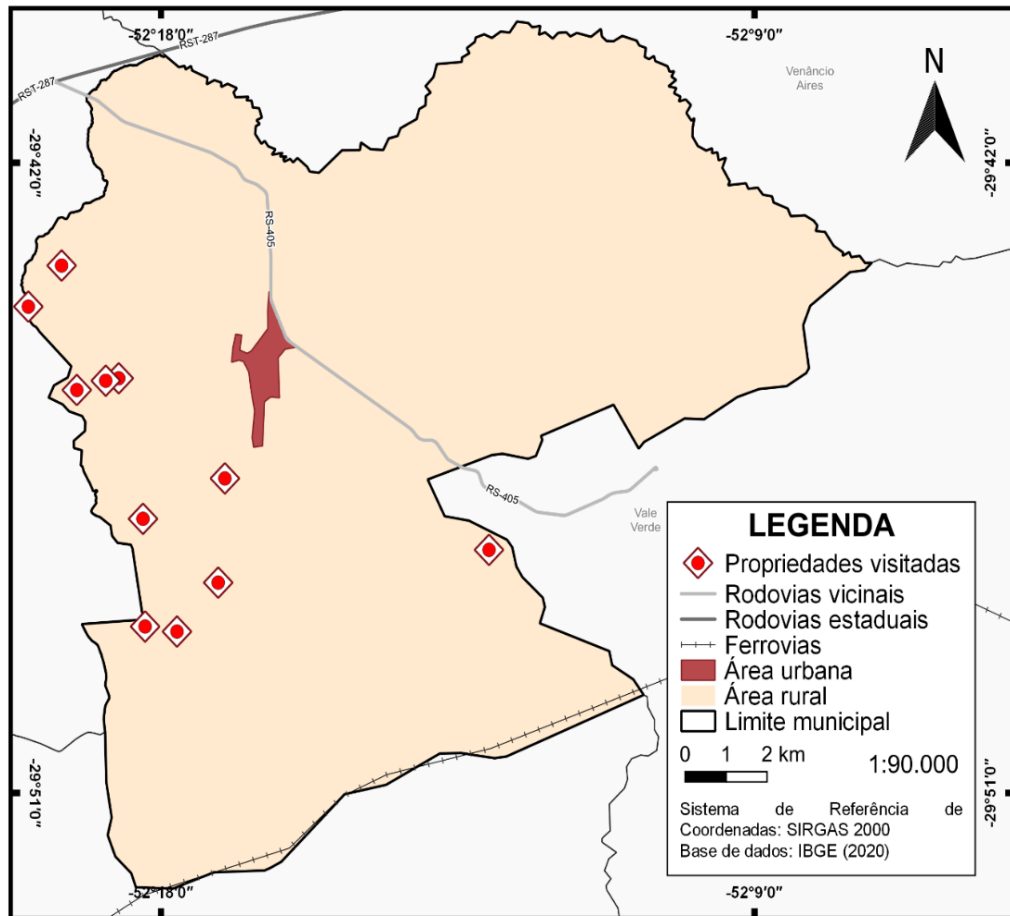
Com relação às propriedades dos/das entrevistados (as), duas localizam-se na localidade de Malhada, uma no Potreiro Grande, duas no Rincão do Sobrado, três no Rincão de Nossa Senhora e três no Passo da Mangueira. As propriedades em sua totalidade apresentam entre 4 hectares e 20 hectares, e na maioria, pelo menos parte da propriedade provém de herança, exceto a propriedade do AFk, que a adquiriu. Das 10 propriedades que foram herdadas, cinco mantiveram a propriedade no tamanho original. Em cinco delas, os proprietários ampliaram a propriedade adquirindo mais hectares. A Tabela 4 demonstra o número de hectares de cada propriedade e número de residentes nelas.

Tabela 04 – Tamanho das propriedades e o número de residentes na propriedade		
Entrevistados	Nº de Hectares	Nº de residentes na propriedade
AFa	12	5
AFb	10	4
AFc	11,8	3
AFd	15	3
AFe	7,8	3
AFf	20	3
AFg	6	3
AFh	4	2
AFi	4	3
AFj	16	7
AFk	9	3

Fonte: Elaborado pelo autor.

A Figura 9 apresenta a organização espacial do município estudado, demonstrando, a partir da sua observação, que a área urbana é bem menor que a rural, o que enfatiza a importância da agricultura, em especial a agricultura familiar camponesa, no que diz respeito à economia do Município. Além disso, traz a localização das 11 propriedades visitadas pelo pesquisador.

Figura 9 - Localização das Propriedades Visitadas



Fonte: IBGE (2017). Elaborado pelo autor.

A faixa etária dos entrevistados varia de 22 anos a 87 anos. Observou-se, a partir das entrevistas, que a questão da escolaridade possui uma relação intrínseca com a época que estudou, já que sete dos entrevistados não concluíram o ensino fundamental. Evidencia-se, nessa perspectiva, que as condições dos/das agricultores (as) familiares camponeses (as) com relação ao acesso e permanência na escola, melhoraram consideravelmente nos últimos anos. Porém, conforme 27% das entrevistas, este talvez seja um dos fatores para os mais jovens não permanecerem em suas propriedades.

Tal aspecto pode ser percebido na fala de Afa, quando afirma que: “Trabalhar uma conversa de se discutir o que jovem realmente gosta de fazer dentro da propriedade, está tentando inovar na produção seria um fator que ele ficaria” (Afa, gravado em 10/03/2023).

Dos cinco agricultores entrevistados com menos de 40 anos, somente um possui formação superior, dois possuem curso técnico, um possui ensino médio incompleto e apenas um, o fundamental incompleto. Uma análise mais aprofundada desses números aponta avanços com relação à escolaridade por parte dos/das agricultores (as) familiares camponeses (as), destacando o transporte e um maior acesso às instituições de ensino técnico e superior como facilitadores para que eles pudessem ampliar seus estudos. Em contrapartida a essa melhoria nas condições de acesso à educação, alguns entrevistados relatam que, devido às dificuldades do trabalho rural, a qualificação deles promove o êxodo.

No que diz respeito à tomada de decisões e à gestão da propriedade, todos os entrevistados, exceto o agricultor familiar camponês AFj, afirmam que as decisões são realizadas em comum acordo entre os agricultores e agricultoras e seus respectivos cônjuges, indicando a importância da participação da família na manutenção da propriedade. AFj relata que parte das ideias era de sua esposa, mas as decisões finais eram tomadas por ele. “O controle de minha propriedade era feito por mim, mas minha esposa podia dar ideias” (AFj, gravado em 22/03/2023).

Porém, a fala de AFg pode ser ainda mais ilustrativa, já que aborda que a avó auxiliava nas decisões do avô, oportunizando um legado que é utilizado até hoje. “Antigamente não existia o que tem hoje, mas eu me criei sempre trabalhando e ajudando e vendo o avô ajudar no fumo seco e me lembro da minha vó também ajudando. E o vô morreu com 98 anos e sempre trabalhando e com os costumes dele e nós continuamos o legado dele” (AFg, gravado em 22/03/2023).

Com relação à permanência dos/das agricultores (as) familiares camponeses (as) em suas propriedades, duas das propriedades é de primeira geração, seis são de segunda geração, duas de terceira geração e uma de quinta geração. Evidencia-se nesses dados que mesmo não havendo um incentivo para a permanência na propriedade rural, os/as agricultores (as) resistem como podem para permanecer. Porém, ainda conforme alguns relatos, os mais jovens, salvo exceções, não permanecem no campo, devido à falta de uma renda mensal e políticas públicas específicas para essa categoria. Seria necessária uma análise na conjuntura situacional como um todo, de forma que a agricultura familiar camponesa recebesse o crédito que merece com relação ao Município. Imprescindível seria um planejamento que envolvesse as esferas governamentais do município, estado e união, com o

aporte técnico dos órgãos responsáveis para buscar soluções para um problema que é latente.

A produção de cinco das propriedades é de monocultura, tendo apenas um produto para comercialização externa. Os principais produtos dessas propriedades são o tabaco em três delas, o mel e o leite. Segundo AFb, o produto mais produzido em sua propriedade é o leite.

São utilizadas muitas tecnologias, existe mecanização na ordenha das vacas, o preparo da área de pastagens é feito com trator e implementos agrícolas, havendo também investimentos em sementes de qualidade nas pastagens. Essa perspectiva fica evidente na fala da entrevistada que pede mais tecnologia e condições financeiras para haver permanência dos jovens no espaço rural”.

Conforme AFh, o produto mais produzido em sua propriedade é o tabaco e as tecnologias são muito utilizadas na plantação e na colheita. Faz uso de trator, de implementos agrícolas e sementes transgênicas, entretanto ele informa que ainda utiliza sementes crioulas. AFg afirma que, em sua propriedade, há utilização de um trator para facilitar o trabalho, porém, o plantio do tabaco é direto. Para AFi, o produto mais produzido em sua propriedade é o mel, quase não utiliza tecnologias, salvo no seu processamento. AFk destaca o tabaco como o produto mais produzido em sua propriedade e afirma que nunca se utilizou de tecnologia, somente trabalho manual.

As outras seis propriedades possuem produção diversificada, elencando diversos produtos para comercializar, porém todas as 11 propriedades produzem outros produtos para a reprodução social familiar. Dentre os principais produtos estão a mandioca, o milho, o feijão, a batata doce e a inglesa, a soja, as frutas, as hortaliças e as flores.

Conforme AFa, em sua propriedade são produzidos o tabaco e as verduras. Não utiliza muitas tecnologias para esta finalidade e a aplicação de agrotóxicos é realizada somente na cultura do tabaco. AFc relata que o produto mais produzido em sua propriedade é o tabaco, como tecnologia é utilizado um tobata para fazer os canteiros das hortaliças e também há um sistema de irrigação. AFe e AFf também possuem como produto principal em sua propriedade o tabaco, mas utilizam-se de algumas tecnologias para facilitar o trabalho. AFj também possui como produto principal o tabaco, passando apenas recentemente a utilizar tecnologias para a produção.

Conforme a AFd, o produto mais produzido em sua propriedade é o milho, e as tecnologias são muito utilizadas em toda a plantação. A colheita é feita com trator e são utilizados implementos agrícolas e agrotóxicos. Além disso, segundo o agricultor, são feitos investimentos em sementes transgênicas na lavoura de milho. Segundo ele, “a produção na propriedade é diversificada, pois produzimos milho e fumo para comercialização externa” (AFd, gravado em 17/03/2023).

Em todas as propriedades, as atividades são realizadas pelos membros da família a partir da divisão das tarefas. As entrevistas apontam que as mulheres que permanecem no meio rural apresentam uma conexão muito forte com sua propriedade, comprometendo-se com as tarefas da propriedade e também com os afazeres domésticos. Além disso, geralmente são elas que incentivam os mais jovens a permanecerem na propriedade. Apenas uma das propriedades apresenta funcionário fixo, sendo que, esporadicamente, algumas delas contratam diaristas para realizar alguns trabalhos.

A assistência técnica é utilizada na maioria das propriedades salvo na de AFd, que relatou que nenhum órgão público ou privado presta assistência técnica em sua propriedade. Três das propriedades utilizam-se de mais de uma assistência técnica, em quatro delas a assistência é realizada pelas fumageiras. A Emater é o órgão que realiza assistência no maior número de propriedades, mais precisamente em seis das 11 propriedades entrevistadas.

As dificuldades para a permanência dos/das agricultores (as) familiares camponeses (as) em suas propriedades são muitas. Dentre as principais estão a desvalorização do trabalho e a falta de incentivos. Conforme a AFa, a agricultura familiar camponesa decaiu muito nas últimas décadas, porém, recentemente, ela voltou a se fortalecer devido à valorização da produção de alimentos saudáveis por uma boa parte da população brasileira. A agricultora ainda ressalta que as propriedades deveriam inovar na produção, o que é um fator de incentivo para a permanência dos jovens no espaço rural. Ela ainda pontua que as condições econômicas, geográficas e tecnológicas são fundamentais para a permanência dos jovens no espaço rural, e deveriam ser criadas políticas públicas que oportunizassem os jovens a ficar.

Hoje as minhas filhas são bem pequenas, mas eu dentro do possível tento levar elas junto nas atividades e mostrar para elas o prazer de fazer e de plantar um pé de flor e de mexer na terra e de colher uma alface e tento levar e mostrar para elas que bom e saudável o alimento que a gente produz. (AFa, gravado em 10/03/2023).

AFa ainda relata que um dos motivos da não permanência dos jovens no espaço rural é a falta de garantia de renda mensal que possibilite sua sobrevivência com qualidade de vida. Além disso, afirma que a falta de políticas públicas de incentivo à permanência destes jovens é outro fator preponderante. Ainda conforme a agricultora, atualmente, os pais incentivam os filhos a procurarem melhores oportunidades nas cidades. Devido a essa questão, o envelhecimento está muito presente no espaço rural. No caso específico de sua comunidade, ela acredita que 70% das propriedades familiares camponesas estão sendo habitadas por casais idosos com pouca ou quase nenhuma produção de alimentos. Para ela, isso é algo preocupante para o futuro da produção de alimentos em nosso País.

Segundo ela, seus pais sempre conversavam com os filhos sobre a permanência e de tomar gosto pelo espaço rural, porém sempre deram a liberdade para decidir se queriam seguir na propriedade ou traçar outro caminho. Ela também relata que o tema sucessão familiar rural sempre foi debatido em sua casa, e que seu pai tinha vontade que as filhas permanecessem no meio rural.

Sempre desde criança o pai e mãe foram muito de conversar nas decisões dentro da propriedade, com isso eles passaram para nós de sempre estar levando nos junto para conhecer. Aqui o pai sempre foi de conversar com a gente sempre de manhã levantava primeira coisa era o chimarrão. Então a parte do diálogo foi muito de levar a gente junto para conhecer e ter gosto do que faz. Ele sempre tentou buscar isso e sempre quis que uma de nós ficasse. Daí então como nós éramos 4 mulheres e uma casou bem jovem e então veio quarta filha, a mais velha não estava mais em casa. Mas a gente sempre foi incentivando a ficar e então cada um foi fazendo suas escolhas e eu estudei mais direcionado nessa parte da agricultura que eu sempre gostei e o que me fez mais ficar na propriedade. (AFa, gravado em 10/03/2023)

A AFa afirma que, se tivesse que começar tudo de novo em sua vida, iria continuar como agricultora, pois ama o que faz. Ela também nos relatou que, quando era adolescente, seus pais, na hora do chimarrão, de manhã bem cedo, antes de começar os afazeres da propriedade, sempre conversavam com ela e suas irmãs sobre sucessão familiar rural, incentivando-as a permanecerem na propriedade e dar continuidade à produção de alimentos. AFa relata que também conversa com

frequência com suas duas filhas sobre a permanência no espaço rural, e que segue transmitindo os saberes e fazeres de seus antepassados.

Segundo AFb, seus pais sempre conversavam com os filhos sobre a permanência no espaço rural, mas sempre deram liberdade de escolha em continuar neste espaço ou ir para espaço urbano em busca de melhores oportunidades. Ainda conforme seu relato, ele não sabe ainda se vai incentivar seu filho a continuar no espaço rural. AFb fala que o tema da sucessão familiar rural nunca foi debatido em sua casa. Segundo ele, a situação da agricultura familiar camponesa é preocupante, pois num futuro próximo haverá a falta de produção de alimentos. Ainda segundo ele, a não permanência dos jovens no espaço rural é devido à falta de incentivos e à desvalorização dos jovens camponeses, além disso, para permanecerem no espaço rural os jovens devem gostar do que fazem.

Conforme AFb, o que contribuiria para permanência dos jovens no espaço rural seriam condições econômicas favoráveis que lhes proporcionassem investir em tecnologia na propriedade. Além disso, o agricultor ressalta a importância da criação de linhas de crédito para os jovens iniciarem atividades no espaço rural. Ainda conforme AFb, em sua comunidade, há muitos casais de aposentados e a predominância de homens solteiros no espaço rural. O agricultor relatou que, se tivesse que começar tudo de novo em sua vida, iria continuar como agricultor, pois se sente satisfeito com o que faz e que, mesmo não tendo aquele incentivo, nem o retorno esperado, é gratificante fazer o que gosta.

AFc relata que seus pais nunca conversaram com ela e os irmãos sobre a permanência no espaço rural, porém ela e o esposo sempre deram liberdade aos filhos em optar pelo que melhor lhes conviesse.

Eu nasci aqui nessa propriedade e estudei até a 5ª série e quando sai da escola a minha mãe já era doente e eu tinha que ajudar o pai a trabalhar e aí gente tinha umas vacas de leite, mas era tudo manual e nada de máquina. E aí gente plantava batata e aipim para vender. E também fazia lenha para vender por metro ou carga e plantava verduras só para o consumo. E isso a gente vendia para quem queria e até às vezes levava lá no hospital de Santa Cruz de carroça de cavalo eu ia com a mãe. Porém, isso dava pouco e a mãe era doente e ninguém era aposentado, então eu e o pai resolvemos plantar fumo. E fomos a cada ano que eu e pai íamos aumentando a quantia de pés de tabaco plantado. E aí no ano que me casei a mãe faleceu e aí pai ficou comigo e eu continuei plantando tabaco. E tudo que aprendi na agricultura foi com meu pai. Ele me ensinou a lavrar e tantas outras coisas. (AFc, gravado em 15/03/2023)

Ela afirma que o tema sucessão familiar nunca foi debatido quando era solteira e morava com os pais, porém, ela e seu esposo conversaram com os três filhos sobre a permanência no espaço rural e até pensaram em comprar mais terras para um deles continuar, mas não houve continuidade. Segundo a agricultora, ela apenas permaneceu no espaço rural porque a sua mãe ficou doente e ela, sendo a filha mais nova, ficou no ambiente para cuidá-la.

Ainda conforme AFc, os grandes problemas da atualidade na agricultura familiar camponesa são a falta de mão de obra e as mudanças climáticas que afetam a produção de alimentos. Para ela, a não permanência dos jovens no espaço rural é causada pela utilização de muito trabalho manual e as tarefas cotidianas que os jovens têm que fazer. Além disso, ainda segundo ela, a não permanência de seus filhos na propriedade ocorre devido à área de terra ser pequena e poucos hectares podem ser cultivados e à falta de tecnologias para diminuir o trabalho manual. A agricultora argumenta que os governos deveriam criar políticas públicas para incentivar a permanência dos jovens nas propriedades, entretanto o jovem precisa gostar do espaço rural e das atividades exercidas nele. Ainda conforme o relato da agricultora, a questão do envelhecimento e da masculinização está muito presente em sua comunidade, podendo trazer consequências drásticas em um futuro próximo, pois irão sobrar idosos e faltar mão de obra. Segundo AFc, existem diversos incentivos para que os jovens estudem e não tem como saber se eles, após conhecer as comodidades do meio urbano, irão voltar para o meio rural.

Ainda segundo o relato da agricultora, se tivesse que começar tudo de novo em sua vida, iria continuar como agricultora, pois gosta do que faz, porém, diz que as oportunidades para estudar em sua época de juventude eram muito difíceis.

AFd relata que seus pais nunca conversaram com os filhos sobre a permanência no espaço rural e nunca influenciaram em suas escolhas profissionais. O agricultor argumenta que não pretende incentivar sua filha a continuar no espaço rural. Ainda conforme o relato do agricultor, o tema da sucessão familiar rural nunca foi debatido em sua casa, nem no tempo de solteiro, quando residia com seus os pais. Segundo ele, a não permanência dos jovens no espaço rural é devido ao trabalho manual e às vantagens que o espaço urbano lhes proporciona. Para AFd, a permanência dos jovens no espaço rural está diretamente ligada a mais incentivos por parte dos

governos. Segundo ele, permaneceu no espaço rural em função de não gostar de trabalhar como empregado, e sim de ter autonomia de si próprio.

Meus pais não influenciaram em minha permanência no espaço rural. Nunca houve com meus pais conversas sobre permanência no espaço rural e eles nunca me perguntaram se eu queria ficar na lavoura. Ela já disse que lavoura não quer. Na agricultura fica quem gosta de trabalhar porque é um serviço bastante judiado e braçal. Não querem trabalhar e os novos não aguentam mais o serviço assim. Eles querem ficar no ar-condicionado e querem mais mordomia. O homem fica, mas ele faz o trabalho braçal, mas a mulher e guria não querem mais vão trabalhar fora. Quando não tivermos mais condições de trabalhar nessa propriedade iremos vender. (AFd, gravado em 17/03/2023)

Ainda segundo AFd, em sua comunidade existem muitos casais de aposentados e também a presença maciça de homens solteiros, pois as mulheres foram buscar melhores oportunidades no espaço urbano. Ele ainda relata que não há nenhum órgão público ou privado que presta assistência técnica em sua propriedade. Por fim, AFd relatou que, se tivesse que começar tudo de novo em sua vida, iria continuar como agricultor, pois no espaço rural é mais fácil de se manter, enquanto no espaço urbano você depende de um salário e tem que comprar todos os alimentos.

AFe relata que seus pais não influenciaram em sua permanência no espaço rural e, da mesma forma, nunca incentivou a permanência dos filhos neste espaço. Ainda conforme seu relato, o tema da sucessão familiar rural nunca foi debatido em sua casa quando era solteira. Conforme AFe, ela morava com uma tia, pois perdeu seu pai quando era bem nova, e sua mãe a entregou para os cuidados desta tia.

Segundo sua opinião, a situação da agricultura familiar camponesa está ruim e não há condições de incentivar um filho ou filha a continuar no espaço rural, sendo um dos fatores da não permanência dos jovens no espaço rural motivado pela falta de incentivo e devido à curta duração das culturas.

A situação está ruim, não tem opção como eu vou segurar um filho em casa, senão tem incentivo para ele permanecer no espaço rural. Eles saem por falta de incentivo e não ter opção e as culturas serem muito curtas e, além disso, os grandes estão tomando conta. Sem renda ninguém vai ficar, isso aqui vai ficar no zero e as propriedades estão virando um asilo e só tende a piorar do jeito que está. [...]. Hoje eu não ficaria na colônia e dava um jeito de ir para cidade achar outra ocupação. (AFe, gravado em 18/03/2023)

Ela relata também que os grandes latifundiários estão se expandindo e adquirindo as terras dos camponeses, sendo o fator financeiro também responsável

pela desmotivação dos jovens, já que, para que os jovens possam permanecer no espaço rural deveria haver um mínimo de incentivo e uma renda mensal razoável. A agricultora familiar também afirma que o jovem tem que gostar do espaço rural e das atividades exercidas nele, visualizando que a questão do envelhecimento e da masculinização do meio rural reduz as chances de permanência destes jovens, em especial as mulheres, que permanecem atreladas ao espaço rural. Ela ainda destaca que, se tivesse que começar tudo de novo em sua vida, não seria mais agricultora, pois iria procurar outra ocupação no espaço urbano.

AFf, em seu relato, aborda que o tema sucessão familiar não era debatido em sua casa, porém sempre tiveram autonomia para escolher se permaneceriam ou não no espaço rural. A agricultora ainda destaca que seus pais sempre lhe deram autonomia com relação às decisões, mas que a influência para que permanecesse nesse espaço partiu deles. Ainda segundo ela, seu filho é incentivado a permanecer nesse meio. O tema da sucessão familiar rural nunca foi debatido nas rodas de conversa da família, porém seus pais sempre tiveram no inconsciente a vontade que os filhos permanecessem no espaço rural.

Influenciaram na questão de exemplo, mas não influenciaram na questão de plantar tabaco porque o fumo dá dinheiro. Isso foi uma questão de escolha minha de não me encaixar em emprego no espaço urbano e única opção que me sobrou foi plantar fumo. Eu acho que se fosse na mesma situação há 10 anos eu seria agricultora, mas se fosse hoje eu não seria mais. Eu acredito que os jovens criados da forma que fui criada tem um pouquinho do gostar de estar aqui na roça e fazendo o que a gente faz. Não tem como tu começas agora na altura que está preço do hectare. Por exemplo, se eu começasse do zero agora um hectare aqui está 35 a 40 mil. Tu vai arrancar esse dinheiro da onde? (AFf, gravado em 21/03/2023)

Nessa perspectiva, a agricultora diz que a questão da saída dos jovens do campo ocorre devido às condições econômicas da família e ao trabalho penoso, sendo que a não permanência dos jovens no espaço rural também se deve à insegurança no preço do produto agrícola ao ser comercializado. A AFf destaca que, para que os jovens permaneçam no espaço rural, é preciso haver condições econômicas, o gosto pelos fazeres do campo e também mais incentivos financeiros por parte do governo federal, pois existe uma lacuna muito grande com relação a políticas públicas nessa área.

Segunda ela, outro fator preponderante é a questão do envelhecimento, que é muito presente em sua comunidade. O espaço rural, conforme seu entendimento, é um asilo atualmente, pois a maioria dos jovens de sua comunidade, em especial as mulheres, foram para o espaço urbano, resultando em uma masculinização de sua comunidade e, conseqüentemente, um envelhecimento que, por norma, não possibilita a sucessão. Outro fator importante no que diz respeito à não permanência das mulheres no meio rural é a desvalorização do trabalho doméstico. E, por fim, a entrevistada relatou que, se tivesse que começar tudo de novo em sua vida, não seria mais agricultora, pois não vê futuro bom no espaço rural devido ao aumento do custo de vida.

AFg afirma que seus pais a influenciaram desde pequena, incentivando-a a permanecer no espaço rural. Ainda conforme seu relato, o tema da sucessão familiar rural nunca foi debatido por sua família. Porém, conforme o relato da agricultora familiar, ela vai incentivar a permanência do filho no espaço rural.

Sim desde pequena me incentivando a permanecer no espaço rural. E aí a gente financiou 5 hectares no Sicredi. Antes a gente arrendava terra para plantar. Estamos na primeira geração nessa propriedade. A gente nunca se reuniu para conversar sobre a permanência no espaço rural que a gente foi criada nessa ideia. Eu sempre ouvia histórias do avô contando que ia vender fumo de carroça e levava dias até chegar lá e aí depois o pai já ia vender, ia de ônibus e depois já ia de carro. (AFg, gravado em 22/03/2023)

Para AFg, a questão da saída dos jovens do espaço rural é porque não há incentivos governamentais para a permanência. Para isso ocorrer, é preciso haver um conjunto de ações, que são: políticas públicas, segurança de preço, seguro agrícola e linhas de crédito. Ainda conforme o relato da AFg, a situação da agricultura está complicada devido às inseguranças com relação ao preço e à falta de incentivo. A agricultora argumenta que a questão do envelhecimento está muito presente em sua comunidade, pois muitas áreas de terra estão sendo alugadas para terceiros plantarem soja, e, segundo ela, o processo de masculinização da população rural também ocorre. AFg ressalta que, mesmo com as dificuldades, se tivesse que começar tudo novamente, permaneceria sendo agricultora, pois no espaço rural possui autonomia.

AFh relata que seus pais conversavam sobre a permanência dos filhos no espaço rural. Ele também, em sua casa com sua esposa, conversou com as filhas

sobre permanência no espaço rural, sempre dando a liberdade de escolha a elas de continuar na propriedade ou seguir os estudos. Segundo o agricultor, a situação da agricultura familiar camponesa está boa, e os motivos para a não permanência dos jovens no espaço rural é a falta de incentivos, a questão climática e a falta de uma renda mensal e no espaço rural. AFh entende que, para haver a permanência dos jovens no espaço rural, é preciso haver mais incentivos e políticas públicas e uma efetiva política de garantia de preços mínimos por parte dos governos municipais, estaduais e federais, além de condições econômicas e a qualidade de vida. Ainda segundo ele, a questão do envelhecimento está muito presente em sua comunidade, pois a maioria dos filhos de seus vizinhos está morando na cidade atualmente.

Nossa propriedade é controlada em conjunto e todo mundo que trabalha aqui dá sua opinião. [...] Decisões são tomadas em conjunto e os filhos têm a liberdade de escolher. [...] Nossa propriedade foi adquirida a quatro décadas atrás eu trabalhava de meeiro e aí surgiu essa propriedade no lado e aí naquele tempo a gente conseguiu comprar essa propriedade e isso foi uma vitória para nós. [...]. Meus pais naquele tempo já conversavam e a gente falava bastante em sucessão familiar rural e que naquele tempo era mais difícil. E eu segui aquilo que eles me ensinaram, embora naquele tempo eles tinham pouca terra, eu trabalhava em casa e fora e sempre foi assim. (AFh, gravado em 24/03/2023)

AFh ainda afirma que, se tivesse que começar tudo de novo em sua vida, iria continuar como agricultor, pois está acostumado e é o que melhor sabe fazer. Ele ainda acrescenta que o espaço rural tem uma qualidade de vida melhor.

AFi relata que nunca houve por parte de seus pais uma conversa sobre a permanência no espaço rural, porém, ele já teve uma conversa com a filha a respeito do assunto, dando a ela liberdade de escolha. Segundo ele, sua permanência no espaço rural foi algo natural, pois não se teve um planejamento de transferência e ele herdou somente depois do falecimento de seu pai. Para ele, a situação da agricultura familiar camponesa não é boa devido à falta de políticas de segurança dos preços dos produtos na hora da comercialização e pela questão climática, que vem trazendo grandes prejuízos e desânimo para boa parte dos camponeses.

Olha, a falta de políticas públicas é uma coisa que noto nessa parte muitos jovens saem quando há granizo, vento ou seca e os pais não têm muitas vezes condições de ajudar e eles saem e vão trabalhar na cidade e não voltam mais. Eu iria continuar a trabalhar com a abelha porque ela é o ser vivo mais importante do mundo e por isso que foi uma das escolhas minhas

de permanecer no espaço rural. Já teve conversa sobre isso várias vezes e foi muito comentado de ter muito cabeça branca, de ter muita pessoa de idade na propriedade, o que iria acontecer no futuro, isso foi muito conversado sobre isso. E cada dia que passa a gente vê e as duas propriedades do lado da nossa estão abandonadas. (AFi, gravado em 31/03/2023)

Ainda conforme AFi, os motivos para a não permanência dos jovens no espaço rural é a falta de políticas públicas que determinem a valorização dos produtos agrícolas. O ator social relata que, para haver a permanência dos jovens no espaço rural, é preciso haver condições econômicas, questões geográficas e políticas públicas. Ele ainda diz que a questão do envelhecimento e a masculinização está muito presente em sua comunidade, pois a maioria dos jovens está indo morar no espaço urbano atualmente. AFi afirma que, se tivesse que começar tudo de novo, continuaria como agricultor, pois ama sua profissão e a abelha é o ser vivo mais importante do mundo, por isso sua escolha.

AFj relata ainda que seus pais nunca falaram sobre sucessão familiar rural e que diziam que os empregados eram melhores que os filhos. Segundo ele, frequentemente conversava com os filhos sobre sucessão familiar rural, porém, devido a sua área de terra ser pequena e ter muitas áreas inaproveitáveis para a produção agrícola, somente uma filha continuou na propriedade. AFj afirma que planejou deixar a propriedade para sua filha, porém ela tem compromissos. Ainda conforme o relato do agricultor familiar, seu genro troca serviço com um vizinho na hora da colheita do tabaco, algo muito raro atualmente.

Se era para trabalhar como nós trabalhávamos há 60 anos atrás, não tinha como sobreviver. [...] Era tudo difícil, por isso a gente não tem muito estudo. [...] E meu pai sempre dizia que preferia o empregado que nós na agricultura. [...] A dez e vinte anos atrás a gente queria comprar uma vaca, o banco fazia questão de financiar. [...] A terra ficou muito cara a vista do preço das produções. [...] Qual é o jovem que pode comprar uma área de terra. [...]. Nosso produto não acompanha valorização da terra. (AFj, gravado em 10/04/2023)

Segundo o relato do AFj, atualmente, os/as agricultores (as) familiares camponeses (as) não têm tanto financiamento como era antigamente. Ainda conforme seu relato, um dos motivos da não permanência dos jovens no espaço rural, para ele, é a questão da falta de condições de comprar uma área de terra para produzir. Conforme seu pensamento, para haver permanência dos jovens no espaço rural é

necessário, em primeiro lugar, financiamento e políticas de preço. AFj afirma ainda que é preciso também haver a utilização de tecnologias para a permanência dos jovens no espaço rural.

Segundo seu relato, a questão do envelhecimento está muito presente na comunidade Rincão de Nossa Senhora. E, por fim, o agricultor relatou que, se tivesse que começar tudo de novo em sua vida, iria continuar como agricultor, pois, hoje em dia, é muito fácil trabalhar na agricultura, porém, a única coisa que eu mudaria era escolher uma área de terra melhor.

AFk comenta ainda que seus pais nunca falaram sobre sucessão familiar rural, mas que ele gostaria que os filhos permanecessem na propriedade, porém, ao se casarem, eles abandonaram a vida no campo. O agricultor relatou que nunca planejou deixar a propriedade para um dos filhos.

Sempre eu, minha esposa conversava antes de tomar as decisões. Eu queria que eles ficassem, porém, casaram e deitaram o cabelo. Fiz tudo pelo trabalho manual e residido 53 anos nesta propriedade. Nunca se teve conversas sobre permanência no espaço rural por parte de meus pais quando eu era solteiro. (AFk, gravado em 18/04/2023)

Ainda conforme seu relato, um dos motivos da não permanência dos jovens no espaço rural, para ele, é porque eles não têm uma renda mensal e que, para isso, é preciso ter condições econômicas. E, por fim, o agricultor relatou que, se tivesse que começar tudo de novo em sua vida, iria continuar como agricultor, iria comprar os canos e plantar tabaco de novo, pois gosta de trabalhar na roça.

Com relação à sucessão familiar rural, percebe-se uma heterogeneidade com relação aos relatos. A maioria dos/das agricultores (as) familiares camponeses (as) fala que conversavam com os pais a respeito da permanência, mas que eles nunca falaram acerca da sucessão familiar. O que se percebe a partir dos relatos é que, na maioria das vezes, houve uma conversa com relação à permanência dos filhos na propriedade familiar, mas que, em muitos casos, em especial pela desvalorização da profissão, pela falta de incentivo, pela penosidade do trabalho ou pelas incertezas com relação ao mercado, os mais jovens, em especial as mulheres, estão migrando para o meio urbano.

Em geral, a maioria dos jovens sai do espaço rural por falta de incentivos governamentais para a sua permanência, principalmente devido às inseguranças

climáticas e à comercialização dos produtos. Tal situação gera uma outra, que é o envelhecimento dos/das agricultores (as) familiares camponeses (as), inclusive com relatos, como visto acima, de que, se tivesse que começar tudo novamente, nem todos permaneceriam sendo agricultores.

Nesta dissertação, analisou-se as trajetórias do processo de sucessão familiar rural a partir das memórias dos/das agricultores (as) familiares camponeses (as), no Município de Passo do Sobrado, especificamente, identificando as suas realidades e registrando as suas memórias sobre este processo, na perspectiva do desenvolvimento regional.

3.3.1 História de vida de AFj

A história de vida é um procedimento de investigação adotado por algumas ciências sociais com o intuito de recolher dados sobre uma pessoa ou um grupo de pessoas. Conforme Nogueira *et al* (2017), a história de vida tem por intuito aproximar o pesquisador do sujeito da pesquisa, sendo que o primeiro se utiliza do método para constatação de um vínculo, enquanto o segundo narra sua história em determinado momento de sua vida.

Embora cada história de vida contenha uma ótica individual, a vida humana engloba uma série de dimensões e traz informações sobre a sociedade em que esta pessoa está inserida, sobre seus valores sociais e culturais, sobre seu contexto histórico e econômico, sobre as organizações e instituições de sua época, entre outros aspectos. (Closs e Antonello, 2012, p. 108)

Falar sobre sucessão familiar rural e do processo de valorização das memórias dos agricultores familiares camponeses é uma tarefa fundamental para o reconhecimento desses importantes personagens. Assim sendo, utilizar-se da história de vida de um (a) agricultor (a) familiar camponês (a), que possua relação com a comunidade e com os saberes e fazeres da agricultura familiar camponesa no município pesquisado, possibilitou perspectivas mais amplas à pesquisa, já que AFj interage com a agricultura familiar camponesa do Município desde pequeno, trazendo a herança e o conhecimento do trato com a terra de seus antepassados.

A escolha da história de vida de AFJ se deu em função dele ser o agricultor com maior tempo na agricultura e por ele ter uma vasta memória sobre agricultura familiar camponesa e sua evolução no recorte temporal que está sendo pesquisado.

AFj nasceu na localidade de Cerro da Boa Esperança, em 1935, no Município de Passo do Sobrado-RS. Seus pais eram agricultores familiares camponeses e, além dele, tiveram outros 11 filhos. AFj, entre os anos de 1942 e 1945, estudou em uma escola localizada no Bairro Aliança, no Município de Santa Cruz do Sul.

Com relação à permanência na propriedade do pai, AFj pondera que não teve oportunidade: “Meus pais nunca falaram e meu pai sempre dizia que o empregado era melhor que nós na agricultura”.

Devido às condições de mobilidade da época, não continuou seus estudos e foi ajudar seus pais na lavoura. O entrevistado relatou que era tudo difícil naquela época, sendo este um dos fatores que dificultou seu acesso à educação e resultou, conseqüentemente, em sua baixa escolaridade. “Para quem não tem estudo, não tem nada melhor que agricultura”.

Em 1955, com 20 anos de idade, foi trabalhar em uma olaria em Santa Cruz do Sul, onde ficou por três anos, porque seu pai sempre dizia que preferia empregados a filhos na agricultura. Seu pai possuía 50 hectares de terra, mas não houve sucessão familiar da propriedade para AFj, já que possuía mais irmãos. “Meu pai tinha 50 hectares de terra só que depois meu irmão era instrutor da Souza e aí ele fez casa lá e aí ele depois comprou 22 hectares do pai. E aí o pai ficou com 28 hectares” (AFj, gravado em 10/04/2023).

Logo após seu retorno para casa em 1959, conheceu Lúcia, namorou, casou-se e foi morar com seus sogros na localidade de Rincão de Nossa Senhora, no Município de Passo do Sobrado-RS. Com o falecimento do sogro, ele e a esposa assumiram a propriedade com o compromisso de cuidar da sogra. No início desse período, seu cunhado Armando trabalhou com eles na cultura do tabaco, permanecendo por 14 anos, sendo que depois saiu. Logo após a saída do cunhado, nasceu seu primeiro filho, Selmo, que o ajudou até os 23 anos na cultura do tabaco e nos outros afazeres da propriedade.

Nesse período, AFj também teve outras duas filhas, Lourdes e Luciane. Logo após a saída de Selmo da propriedade, as outras duas filhas ficaram ajudando nos afazeres e nas tarefas da propriedade. Porém, Luciane, a filha mais nova, casou-se e

foi embora. Lourdes, mesmo após casar-se, continuou ajudando os pais, com o compromisso de cuidar deles até o fim da vida.

Os saberes e fazeres de seu AFj, vivenciados ao longo de seus anos dedicados à agricultura familiar camponesa, resultaram em uma vastidão de conhecimentos, os quais ele compartilha com seus herdeiros. Segundo o camponês, os conhecimentos e as tecnologias devem ser compartilhados, pois, na prática, eles podem ser um diferencial no que diz respeito à produtividade. “A terra é um ser vivo e a terra precisa de cobertura”.

Atualmente, faz 64 anos que seu AFj reside nessa propriedade. Ele relatou que, nessas seis décadas na agricultura familiar camponesa, sempre se dedicou à cultura do tabaco e à criação de porcos. Apenas há alguns anos, iniciou com a produção leiteira na propriedade, porém, sua principal fonte de receita sempre foi o tabaco. Além disso, ele relatou que a técnica mudou muito nesses últimos 60 anos, e que está sobrevivendo atualmente na agricultura devido a ela. Ainda relatou que, aos 87 anos, ajuda sua filha e genro tratando os porcos e o gado: “É pouco, mas eu gosto de fazer para ajudar eles

Assim, como se viu, a história de vida desse agricultor familiar camponês é ilustrativa, pois aborda um pouco da realidade de todos os/as agricultores (as) familiares do município pesquisado. Pode-se perceber as trajetórias da sucessão familiar rural a partir das suas memórias, já que elas estão vinculadas às histórias dos demais agricultores a partir dos saberes e fazeres herdados de seus ancestrais.

3.4 O rural entre a tradição e a modernização: memórias de ontem e experiências de hoje

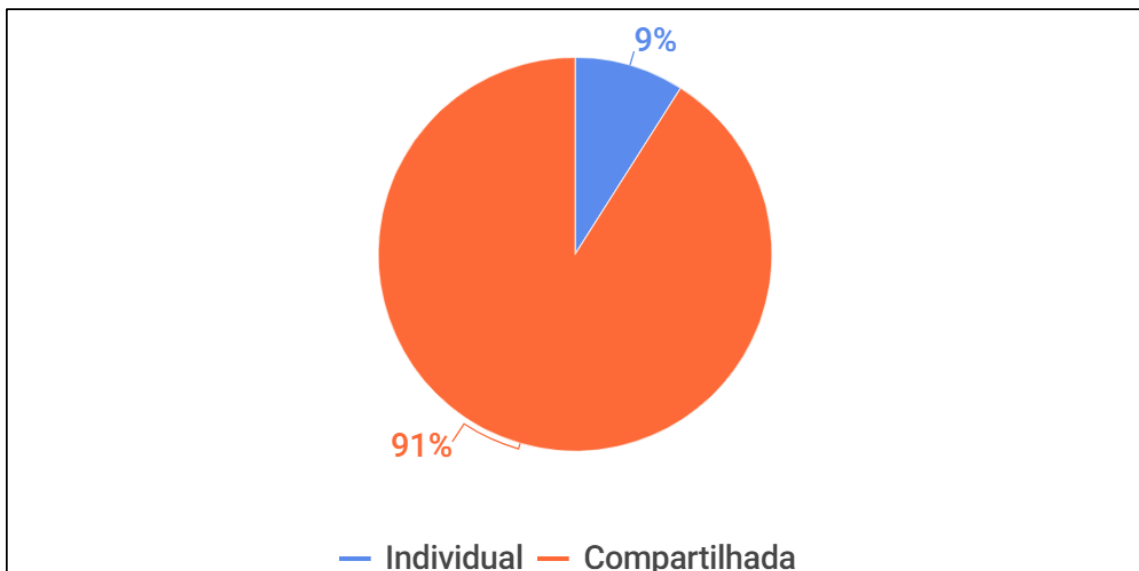
A agricultura brasileira vem passando por profundas alterações, impactando no cotidiano da população em geral e, em particular, da população do campo. As inovações tecnológicas e as mudanças provocadas pela acumulação capitalista de produção impactam na trajetória e na sucessão das propriedades rurais. No caso da agricultura familiar camponesa, também deixou marcas que atualmente incidem sobre a permanência da população mais jovem no campo e, sobretudo, sobre as precariedades da qualidade de vida desses trabalhadores.

Para compreender como ocorre o (des) encontro entre a tradição e a modernização em Passo do Sobrado, utilizou-se das memórias de ontem e experiências de hoje, por meio das entrevistas.

O avanço do processo de modernização da agricultura acentua dois tipos de migrações: de um lado, a migração dos marginalizados do processo produtivo – peões, agregados e mini fundiários – expulsos do campo em direção às cidades (êxodo rural) em busca de trabalho e alguma segurança, a maioria deles conseguindo apenas alugar-se nas periferias urbanas e sobreviver no subemprego; do outro lado, a migração de algumas centenas de empresários rurais mais ou menos bem sucedidos que, ao esgotarem-se as possibilidades de terras no estado, passaram a adquirir grandes propriedades no Mato Grosso do Sul e outros estados, onde instalam novas empresas rurais em áreas até então devolutas ou subtraídas à pecuária extensiva. (Brum, 1985, p. 208)

Por meio da presente pesquisa, perguntou-se aos agricultores familiares camponeses participantes quem seria o responsável por controlar e tomar as decisões em suas propriedades familiares. Constatou-se que 91% desses agricultores realizam o controle e as tomadas de decisões em conjunto com sua esposa (o), e que somente 9% destes o realizam de forma individual, conforme apresentado no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Controle e Tomada de Decisões das Propriedades



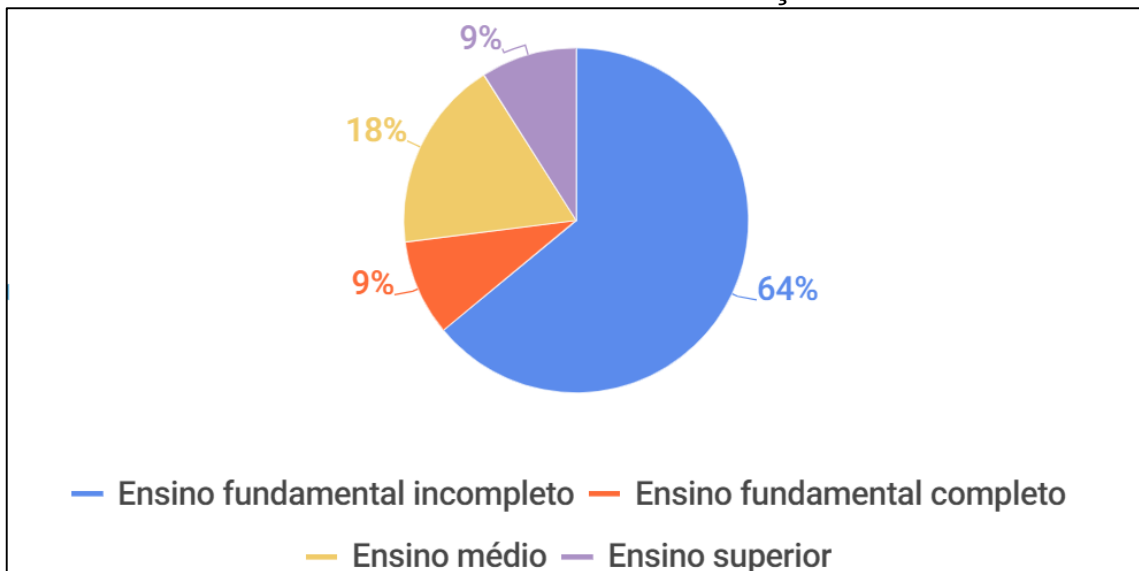
Fonte: Elaborado pelo autor.

É possível constatar que a participação maior do controle e das tomadas de decisões se refere ao gênero feminino entre as famílias camponesas do município

pesquisado. É importante destacar que quatro das propriedades são advindas de heranças recebidas por parte das esposas, o que mostra que, mesmo ocorrendo um leve percentual a mais de homens no espaço rural, o processo de sucessão familiar não ocorre exclusivamente para os filhos do sexo masculino.

Além disso, perguntou-se aos/às agricultores (as) familiares camponeses (as) quanto ao seu grau de escolarização. No Gráfico 3, é possível verificar que dos 11 entrevistados, 64% dos agricultores participantes relataram que possuem ensino fundamental incompleto, 9% possuem ensino fundamental completo, que outros 18% possuem ensino médio completo e que apenas 9% possuem ensino superior completo.

Gráfico 3 - Grau de Escolarização



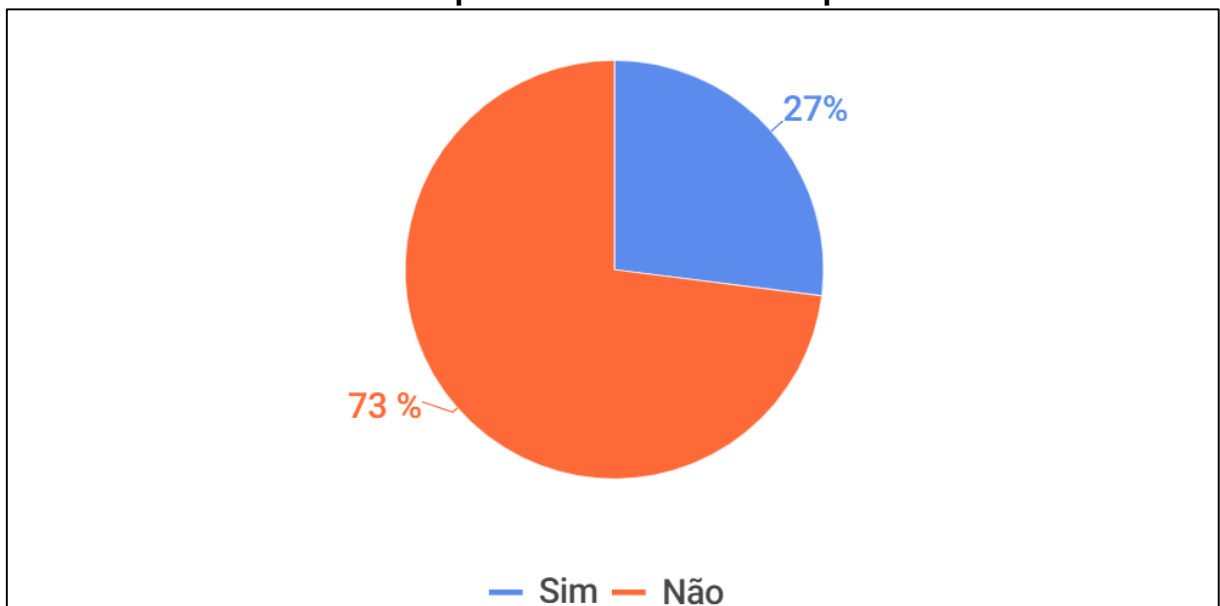
Fonte: Elaborado pelo autor.

Percebe-se um baixo nível de escolaridade dos participantes da pesquisa, bem como no espaço rural do município pesquisado. Por meio de relatos trazidos pelos (as) agricultores (as) familiares camponeses (as), constata-se que jovens com um grau maior de escolaridade estão deixando o espaço rural e migrando para o espaço urbano. Dessa forma, estão contribuindo para, futuramente, não ocorrer o processo de sucessão familiar rural nas propriedades familiares camponesas de Passo do Sobrado. Em alguns casos, devido à dificuldade em se estudar na zona rural, os jovens migram para a cidade para aprofundar os estudos e acabam não retornando. Percebe-se uma maior dificuldade dos agricultores mais idosos com relação à

escolaridade, deixando evidente que, mesmo lentas, as condições de permanência e acesso à educação foram gradativamente melhorando ao longo dos últimos anos.

Por meio das entrevistas, também foi possível analisar se esses agricultores (as) foram influenciados (as) pelos seus pais a permanecerem no espaço rural. No Gráfico 4, é possível constatar que oito deles (as) (73%) não tiveram nenhuma influência dos pais para a sua permanência nas pequenas propriedades familiares e no espaço rural, e que somente três deles (as) (27%) relataram que tiveram a influência dos pais para a sua permanência no campo.

Gráfico 4 - Influência para Permanecer na Propriedade Familiar



Fonte: Elaborado pelo autor.

Dessa forma, por meio dos dados apresentados, percebe-se que a questão da sucessão familiar rural não está muito presente de forma explícita nas famílias de nossos (as) agricultores (as), bem como no território pesquisado. Entretanto, faz-se pertinente destacar que, mesmo não havendo uma explicitação do processo de sucessão familiar rural, a maioria dos pais de nossos (as) agricultores (as) conversava sobre a questão da permanência no espaço rural. Geralmente, os pais davam autonomia para que os filhos escolhessem se gostariam de permanecer no espaço rural ou migrar para os centros urbanos.

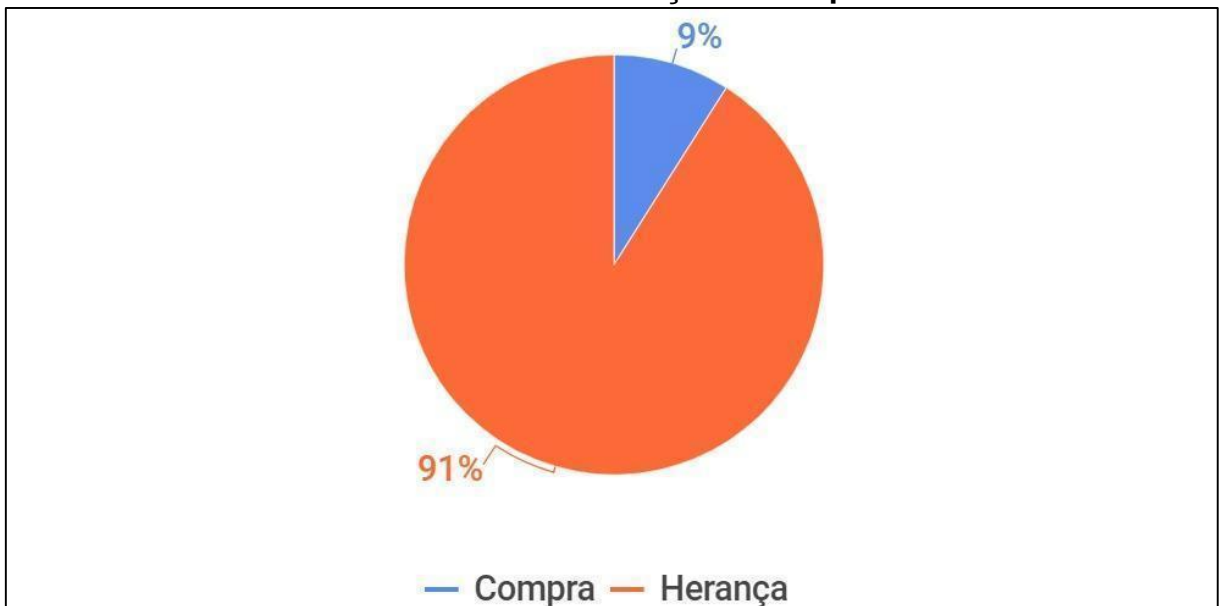
Salutar também é informar que, mesmo de forma implícita, os saberes e fazeres da agricultura familiar camponesa também eram abordados em conversas informais,

nas rodas de chimarrão e durante as próprias lidas, enfatizando o gosto pelas atividades realizadas nesse espaço, muitas vezes, de forma não visível.

Destaca-se aqui a necessidade de haver mais políticas públicas específicas para essa categoria social da agricultura familiar no Brasil. Caso contrário, a tendência é aumentar ainda mais o esvaziamento populacional no espaço rural, o que vem ocorrendo desde 1970 com maior intensidade. Esse fenômeno pode acarretar uma diminuição da produção de alimentos por parte da agricultura familiar, pois, conforme dados do IBGE (2017), a agricultura familiar no Brasil é uma das principais responsáveis pela produção de alimentos disponibilizados para o consumo da população brasileira.

Mesmo havendo a implementação de políticas públicas para essa categoria nas últimas décadas, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa de Aquisição Direta da Agricultura Familiar (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), faz-se pertinente destacar a necessidade de uma atenção especial por parte dos governantes de todas as esferas com relação a essa categoria. Não havendo políticas públicas que valorizem a permanência desses importantes atores sociais em suas propriedades, pode-se ter sérios problemas com relação à sustentabilidade no setor de alimentos. Nos últimos governos, na esfera federal, não se viu uma valorização da agricultura familiar, ocorrendo, inclusive, a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), que era de suma importância para a implementação de políticas públicas para essa categoria. Além disso, faz-se pertinente destacar a importância do acesso aos créditos relacionados à agricultura a todos os (as) agricultores (as) e não apenas a um grupo específico.

Para entender o processo de sucessão familiar, perguntou-se aos entrevistados se a propriedade que hoje possuem foi obtida por meio de herança ou de compra. Dos 11 entrevistados, dez (91%) obtiveram suas pequenas propriedades familiares mediante herança de seus pais ou sogros e somente um (9%) adquiriu sua pequena propriedade familiar por meio de compra, conforme ilustrado no Gráfico 5. Além disso, também pode ser observado que 45% dos agricultores expandiram sua propriedade, adquirindo mais hectares após terem recebido a herança.

Gráfico 5 - Forma de Obtenção da Propriedade

Fonte: Elaborado pelo autor.

Sendo assim, constata-se que a maioria dos/das agricultores (as) familiares camponeses (as) participantes desta pesquisa fazem parte do processo de sucessão familiar rural, pois 91% deles (as) obtiveram sua propriedade mediante herança. Fica evidente, nessa perspectiva, uma contradição com relação ao item anterior da pesquisa, tendo-se em vista que dez dos 11 agricultores, mesmo entendendo que não houve influência dos pais para que permanecessem no espaço rural, acabaram herdando as terras e permanecendo, o que comprova que essa influência aconteceu mesmo sem a percepção deles.

Os/as agricultores (as) familiares camponeses (as) participantes desta pesquisa também foram questionados (as) a respeito da área de suas propriedades familiares e o número de residentes. Verificou-se que as propriedades variam de 4 a 20 hectares, ou seja, são áreas muito pequenas para ocorrer futuramente o processo de sucessão familiar rural, e possuem de 3 a 7 residentes na propriedade.

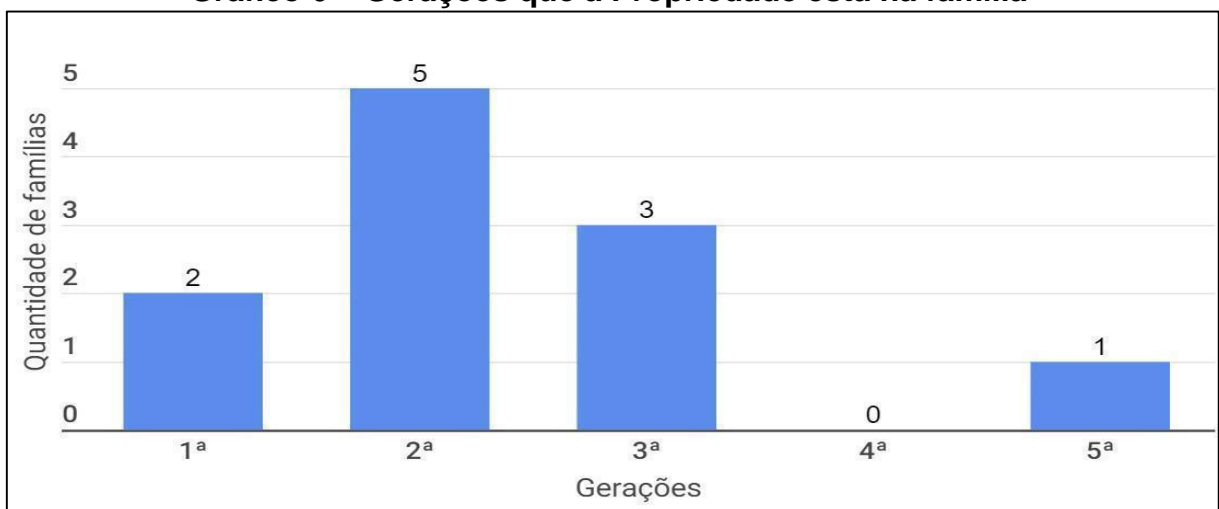
Conforme relato de um dos agricultores familiares camponeses, o AFj: “Para um casal começar na agricultura eles precisam de uns dez hectares e, hoje em dia, eles vão pagar entre 300 e 500 mil reais, e para se instalar cerca de 500 mil reais. Isso não é fácil de pagar”. Pelo relato do AFj, percebe-se que, para haver sucessão familiar rural, são necessárias, por parte do governo estadual e federal, políticas públicas

eficientes e linhas de crédito específicas para que os jovens permaneçam no espaço rural.

Essa perspectiva merece destaque, levando em consideração que, se isso não acontecer, futuramente, pode haver a falta de produção de alimentos para o consumo da população brasileira. Uma boa parte dos alimentos que vão para mesa do brasileiro é produzida em propriedades familiares no Brasil. Salienta-se a importância da manutenção das pequenas propriedades familiares para reprodução social e consolidação dessa importante categoria, que são os/as agricultores (as) familiares camponeses (as).

Ainda sobre a questão da sucessão familiar, perguntou-se aos/às agricultores (as) familiares camponeses (as) entrevistados (as) em qual geração está a propriedade deles. No Gráfico 6, é possível verificar que a maioria dos/das agricultores (as) está representando a segunda geração na propriedade, representando 46 %. Em seguida, 27% são da terceira geração, após, 9% dos atores responderam ser a primeira geração. Por fim, somente 9% dos agricultores (as) participantes desta pesquisa relataram ser a quinta geração e nenhum deles destacou ser da quarta geração. Percebe-se que a questão da sucessão familiar rural está muito presente na vida desses agricultores, pois 91% deles são oriundos desse processo, (segunda, terceira e quinta geração) porém, quando indagados sobre o incentivo de permanecer na propriedade, a grande maioria afirmou que não houve influência e nem incentivo dos pais.

Gráfico 6 – Gerações que a Propriedade está na família

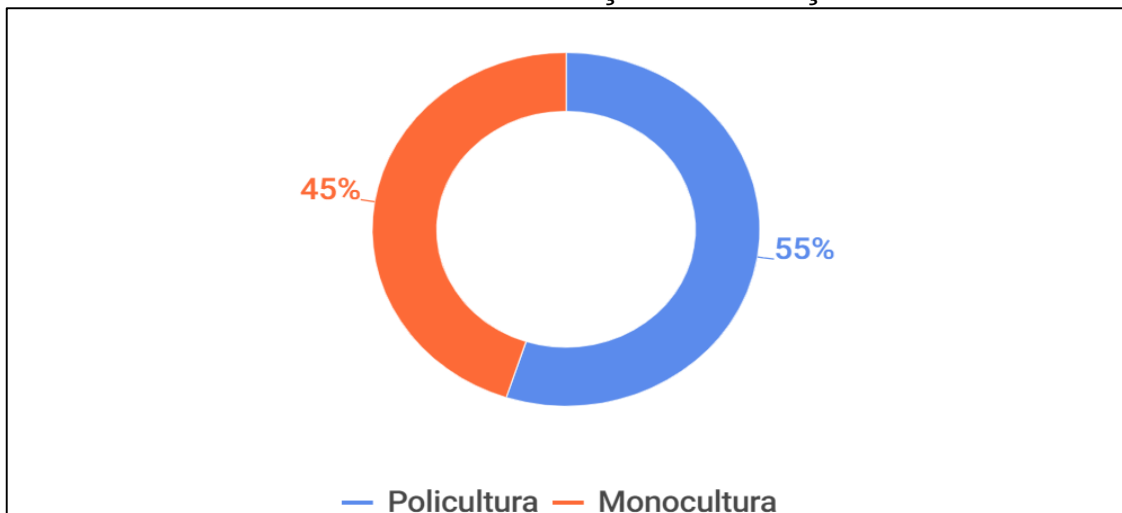


Fonte: Elaborado pelo autor.

Evidencia-se que existem trajetórias de sucessão familiar rural da propriedade recorrentes no município pesquisado, havendo, inclusive, uma de quinta geração, apesar de a grande maioria dos/das agricultores (as) entrevistados (as) ter relatado que nunca seus pais haviam tido uma conversa com eles sobre o tema.

Em relação à produção na propriedade, o Gráfico 7 mostra que foi possível verificar que, em 55% das propriedades, a produção é diversificada, pois cultivam verduras, tabaco, flores, e 45% dos/das agricultores (as) familiares têm sua produção baseada em uma única cultura, chamada de monocultura, pois têm apenas o cultivo do tabaco em suas propriedades.

Gráfico 7 - Diversificação da Produção



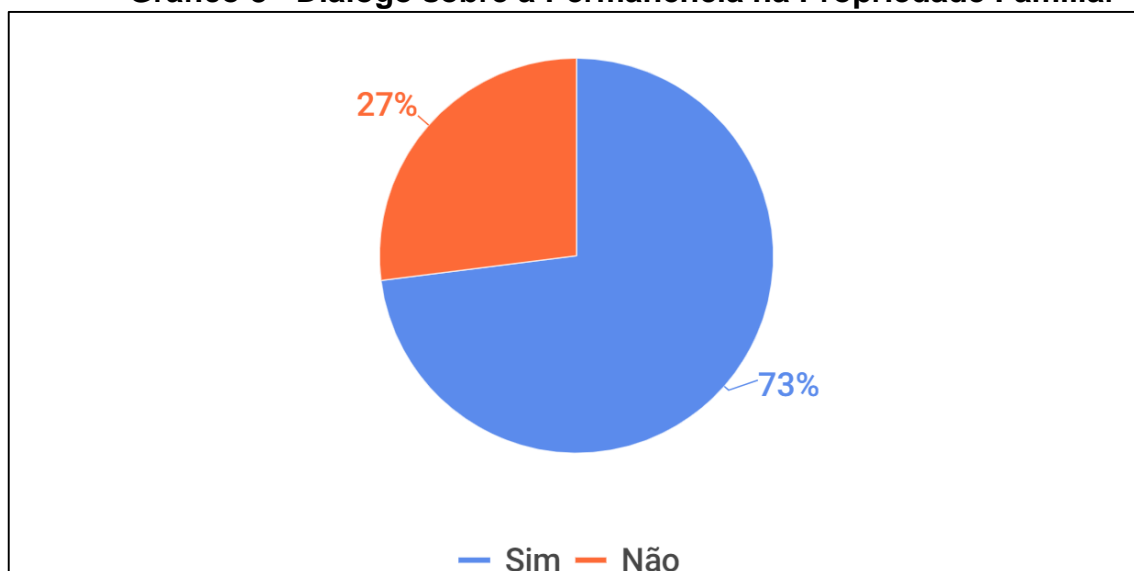
Fonte: Elaborado pelo autor.

Dessa forma, é possível verificar a presença destacada da diversificação, sendo um fator de resistência e adaptação dos/das agricultores (as) familiares camponeses (as) do município pesquisado. Frente às transformações ocorridas, como a mudança no modo de produção e a maior utilização da tecnologia nas últimas décadas, introduzidos pelo capitalismo na agricultura e o avanço do plantio de soja no Município, nessas últimas duas décadas, vem contribuindo para o esvaziamento populacional do meio rural do município pesquisado.

Quando perguntado aos/às agricultores (as) familiares camponeses (as) participantes se a família deles, em algum momento, reuniu-se e conversou com eles sobre a necessidade de permanência de um ou mais filhos para a continuação da

propriedade familiar, 73% deles, conforme apresentado no Gráfico 8, relataram que nunca houve conversas ou reuniões em suas casas sobre a permanência na propriedade familiar. Somente 27% desses (as) agricultores (as) vieram a conversar e até mesmo ter reuniões em suas casas.

Gráfico 8 - Diálogo sobre a Permanência na Propriedade Familiar



Fonte: Elaborado pelo autor.

Evidencia-se que existem poucas memórias sobre pais terem conversado com os filhos (as) sobre o assunto, porém, como já abordado anteriormente, os filhos podem não lembrar ou carregar essas informações de forma inconsciente, tendo em vista que 91% dos/das agricultores (as) familiares camponeses (as) são sucessores.

Pelos relatos dos entrevistados, pode-se perceber uma heterogeneidade de opiniões quando questionados sobre a situação da agricultura familiar camponesa atual. Eles relatam que, nos últimos anos, vem ocorrendo o fortalecimento e a valorização da agricultura familiar camponesa por meio da produção de alimentos e sua comercialização. Outros relataram a falta de políticas públicas, a desvalorização, assim como a falta de financiamentos, seguros agrícolas e incentivos para essa categoria tão importante da agricultura familiar.

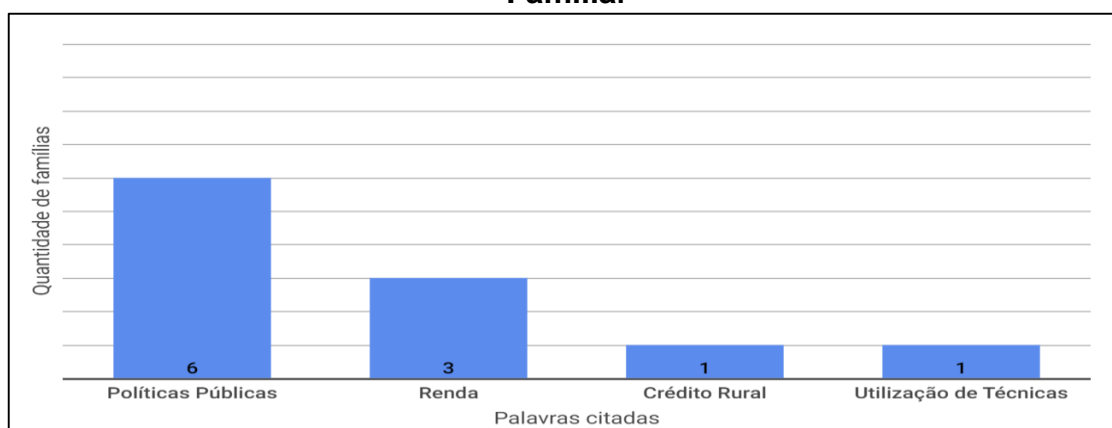
No que diz respeito à falta de incentivos, existe um consenso por parte dos/das agricultores (as), sendo que alguns deles relataram que seus esposos conciliam o trabalho na lavoura com outras ocupações no espaço urbano para ajudar na manutenção e reprodução social de sua propriedade familiar.

Evidencia-se também uma heterogeneidade de opiniões quando se perguntou sobre a saída dos jovens do espaço rural. Os principais motivos para a saída dos jovens do espaço rural são motivados pela falta de renda, de incentivo, pelo trabalho braçal ser pesado, pela dificuldade ao acesso de linhas de crédito e políticas públicas específicas para essa categoria social. Além disso, um dos agricultores participantes de desta pesquisa questionou se existe atualmente no Brasil uma linha de crédito fundiário específico para os jovens adquirirem uma área de terra.

AFe pondera: “A situação está ruim não tem opção como eu vou segurar um filho em casa senão tem incentivo para ele permanecer no espaço rural. Já AFf justifica “Tem que fazer quase milagre para conseguir alguma coisa tanto que o meu marido trabalhava de vigilante num banco e agora está procurando mais um emprego”; AFg também coloca sua opinião: “Eu acho ainda que ela está boa, mas os jovens precisam de mais”.

Quanto aos fatores que contribuem para a permanência dos jovens no espaço rural, dentre as respostas com mais reincidência e relevância, pode-se citar os incentivos governamentais, políticas públicas, política de garantia de preços mínimos, renda, seguro agrícola, utilização de técnicas e condições econômicas. No Gráfico 9, é possível analisar que 55% dos/das agricultores (as) familiares citam a palavra “políticas públicas” como fatores essenciais para a permanência dos jovens no espaço rural, 27% citam a renda como fator mais importante para a permanência, havendo ainda 9% que destacam as linhas de crédito e outros 9% que citam a utilização de técnicas agrícolas modernas como o fator mais importante para a permanência dos jovens no espaço rural.

Gráfico 9 – Palavras citadas para ocorrer a Permanência na Propriedade Familiar



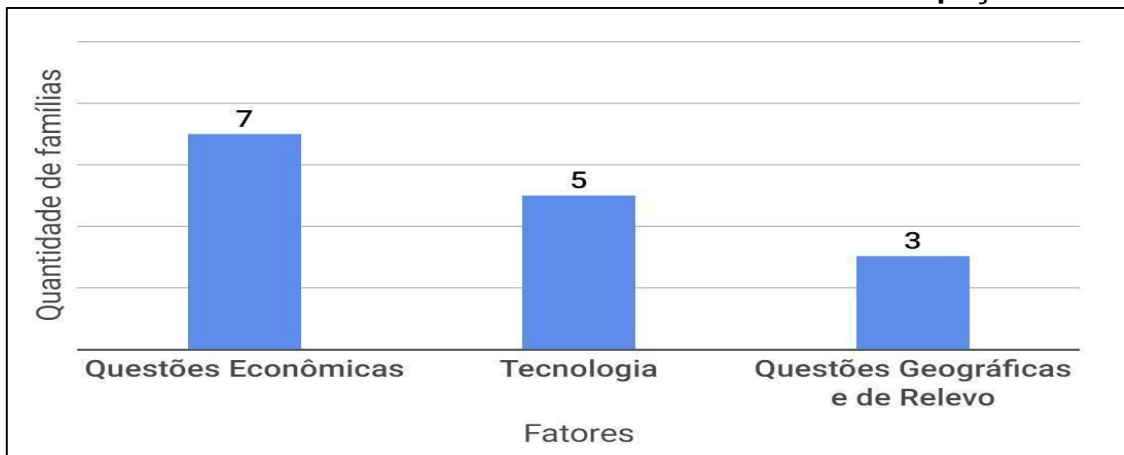
Fonte: Elaborado pelo autor.

A entrevistada denominada AFa explica que: “A saída do jovem hoje acontece porque o jovem precisa ter renda. Ele só vai ficar no espaço rural tendo uma renda assegurada”. Essa perspectiva é abordada pela maioria dos entrevistados e reforçada pela fala de AFf: “Eu acho que a saída dos jovens do espaço rural é bem a questão financeira e a questão de força bruta que tu trabalhas bastante e o teu lucro não te compensa”. AFg explica que não havendo uma herança relativamente bem estruturada, não tem como o jovem permanecer: “Não tem incentivo nenhum ou ela é bem escorada no pai e na mãe ou tem que procurar outra ocupação”.

AFh traz em sua perspectiva a ideia de que os governos e as políticas públicas deveriam contribuir mais, pois segundo ele

Eu acho que precisaria mais incentivos dos governos municipais, estaduais e federais e hoje em dia o jovem vê na roça a planta é a céu aberto é bem mais dificultoso e no momento que eles têm outra perspectiva de ir para cidade com serviço melhor e bem mais garantido é melhor eles vão. (AFh, gravado em 24/03/2023)

Sobre as condições econômicas, geográficas (relevo) ou tecnológicas, perguntou-se quais seriam as determinantes para a permanência dos jovens no espaço rural. Conforme o Gráfico 10, constatou-se, por meio dos seus relatos, que sete famílias (aproximadamente 64%) consideram que as condições econômicas resultam em um dos fatores mais importantes para que os jovens permaneçam no espaço rural. Também cinco dos agricultores entrevistados (45%) apontaram a tecnologia como o fator mais importante para permanência dos jovens no espaço rural e três deles (27%) citaram a questão geográfica e de relevo como um dos fatores que contribuíram para a permanência dos jovens no espaço rural. Muitos desses (as) agricultores (as) ressaltaram que, para a permanência dos jovens no ambiente rural, é que eles gostem do espaço rural e do importante trabalho que eles fazem.

Gráfico 10 - Fatores de Permanência do Jovem no Espaço Rural

Fonte: Elaborado pelo autor.

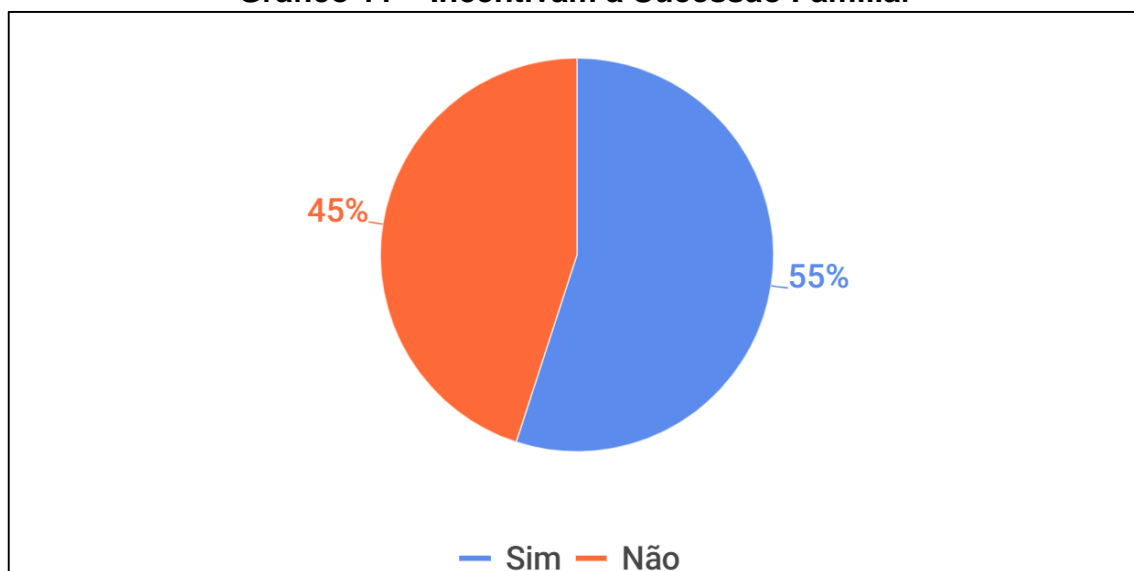
Sabe-se que o envelhecimento no espaço rural ocorre em diferentes comunidades. Por meio dos relatos dos/das agricultores (as) familiares camponeses (as), constatou-se que a questão do envelhecimento está muito presente no município pesquisado, pois todos relataram a forte presença de casais de idosos em suas comunidades. Além disso, alguns/algumas agricultores (as) se mostraram muito preocupados (as) com essa situação, pois o aumento de idosos sem sucessores nas propriedades e a incidência muito frequente de mulheres migrando para os centros urbanos, em especial as mais jovens, dificultam a permanência no campo e, conseqüentemente, a reprodução do processo de sucessão familiar.

Caso não ocorra uma reversão dessa realidade por meio da implementação de políticas públicas por parte dos governos estaduais e federais, futuramente, pode-se sofrer com a falta de alimentos para consumo da população em geral, mas, sobretudo, da localidade. O/a agricultor (a) familiar, além de produzir o alimento que chega às mesas dos brasileiros, não recebe os mesmos incentivos que o agronegócio, ficando refém das nuances do mercado. No município em questão, é um dos maiores geradores de impostos, incidindo, assim, não apenas na sua agricultura, mas também na sua economia.

Também foi perguntado aos/às agricultores (as) familiares camponeses (as) se eles estimularam os filhos (as) a permanecerem nas propriedades familiares. No Gráfico 11, é possível constatar que 55% dos agricultores estimularam ou vão estimular seus filhos (as) a permanecerem na propriedade. Os outros 45% não estimularam e deram aos filhos (as) a liberdade de escolher se querem permanecer

ou sair da propriedade. Porém, notou-se, nos relatos e no diálogo, um desânimo devido à falta de incentivos para a agricultura familiar camponesa nesses últimos anos. Segundo AFe, “A situação está ruim, não tem opção como eu vou segurar um filho em casa, senão tem incentivo para ele permanecer no espaço rural”.

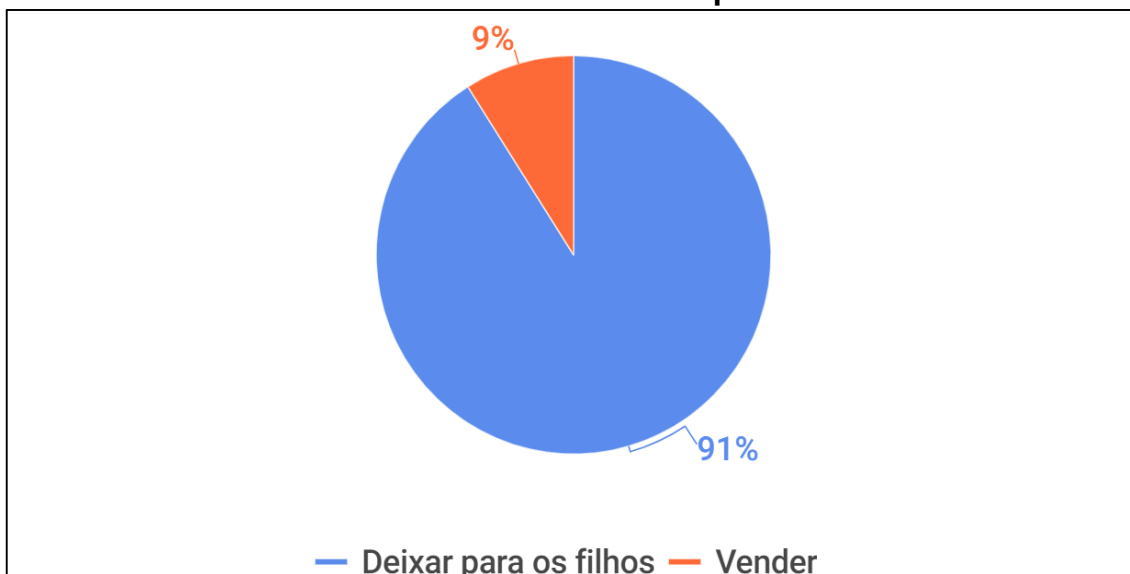
Gráfico 11 – Incentivam a Sucessão Familiar



Fonte: Elaborado pelo autor.

Esse descaso por parte dos governos, de certa forma, desmotiva os pais a influenciarem seus filhos a permanecerem no campo, mesmo os que relataram que já os estão estimulando desde pequenos a permanecerem e tomarem gosto pela propriedade e pelo que fazem. Essa fala fica evidente em algumas entrevistas, pois nota-se que os/as agricultores (as) familiares camponeses (as), mesmo resistindo em suas propriedades, vão deixar os filhos escolherem se querem permanecer ou não na propriedade.

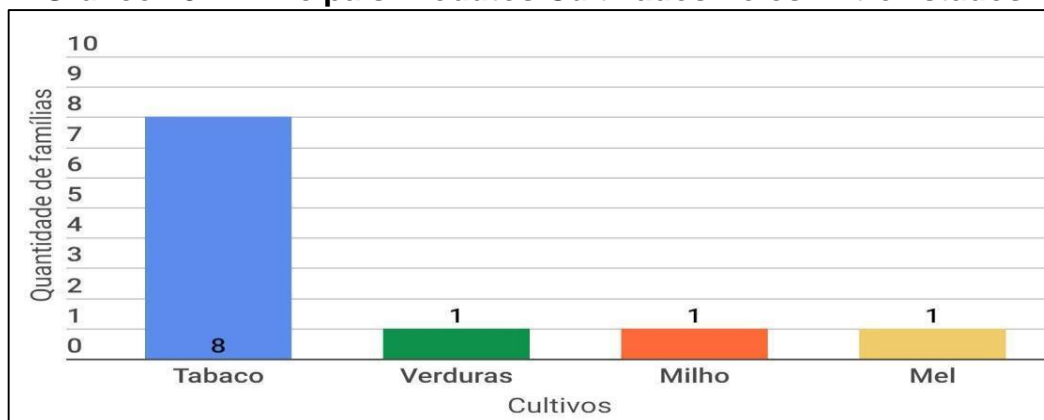
Ainda, perguntou-se aos participantes da pesquisa sobre o futuro de suas pequenas propriedades familiares quando não conseguirem mais trabalhar. Dentre as perspectivas mais promissoras da pesquisa no que diz respeito à continuidade da sucessão familiar, conforme mostra o Gráfico 12, 91% dos agricultores relataram que pretendem deixar para os filhos a propriedade familiar e somente 9% deles relataram que irão vender a propriedade familiar quando não conseguirem mais trabalhar.

Gráfico 12 - Destino das Propriedades

Fonte: Elaborado pelo autor.

Nessa perspectiva, pode-se afirmar que, no caso de influência positiva dos pais para que os filhos permaneçam na propriedade, haverá a sucessão familiar rural em 91% das propriedades familiares participantes desta pesquisa. Porém, por meio do relato de alguns atores sociais entrevistados, soube-se que a maioria dessas propriedades vão ser transformadas em chácaras, não havendo a produção de alimentos. As propriedades serão ocupadas somente para fins de descanso e lazer.

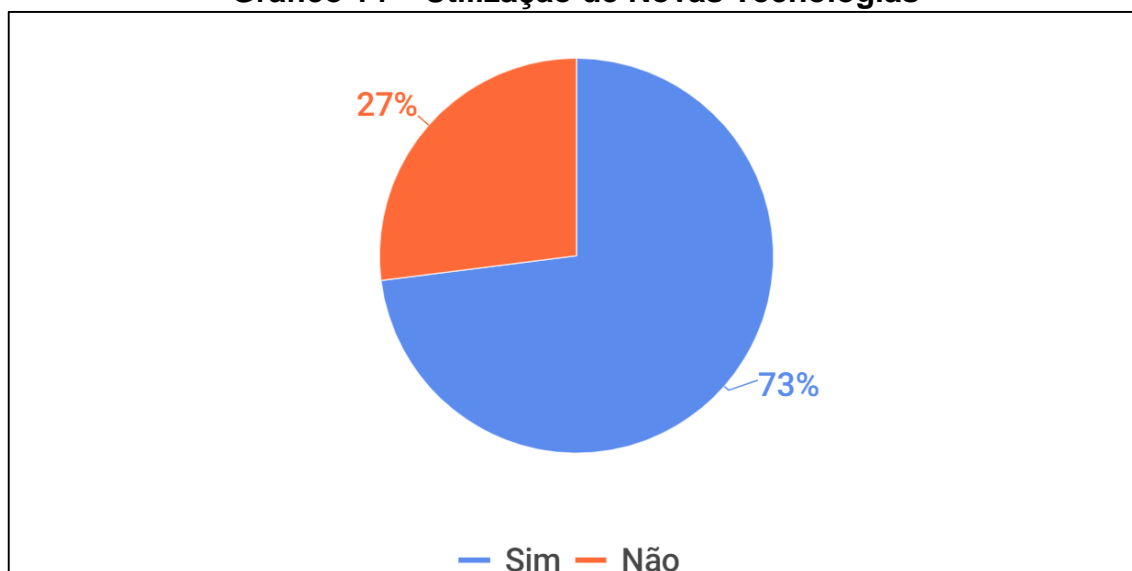
Em relação aos produtos mais produzidos nas propriedades familiares destes agricultores, percebeu-se que o tabaco é responsável por 64% da produção, conforme apresentado pelo Gráfico 13. Além disso, 100% dos agricultores participantes desta pesquisa relataram que também produzem verduras e criam animais para a subsistência da família.

Gráfico 13 – Principais Produtos Cultivados Pelos Entrevistados

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quanto à questão do uso e a presença de tecnologias, é possível verificar, no Gráfico 14, que 73% das propriedades familiares participantes desta pesquisa se utilizam de tecnologias para facilitar seus trabalhos diários e não precisam contratar mão de obra, sendo que somente 27% delas não utilizam nenhuma tecnologia para facilitar o seu dia a dia.

Gráfico 14 – Utilização de Novas Tecnologias



Fonte: elaborado pelo autor, 2023.

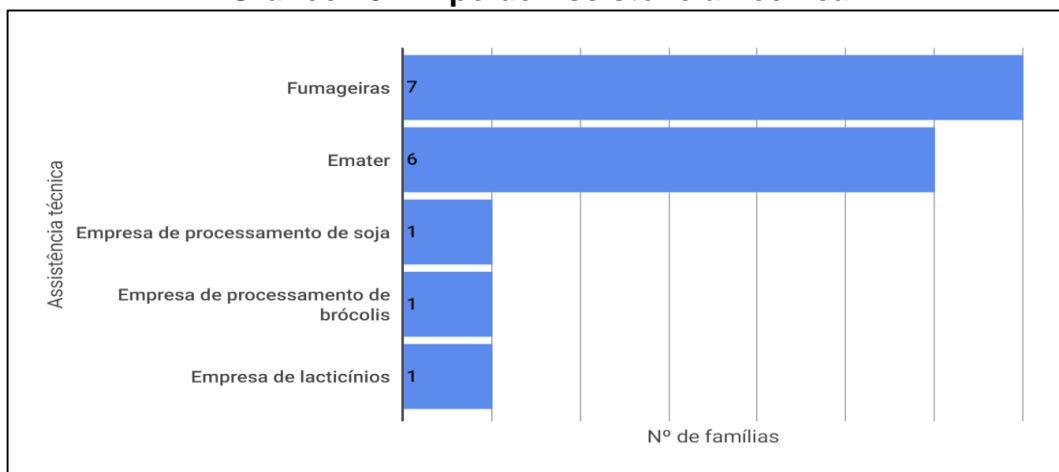
Essa perspectiva evidencia uma alteração nesse cenário, pois há poucas décadas o que predominava no espaço rural era a tração animal e o trabalho braçal. Entretanto, por meio desta pesquisa, não se sentiu nestes atores sociais um entusiasmo frente ao avanço tecnológico na agricultura, pois a maioria deles relatou o alto custo para a implantação de tecnologias em suas propriedades.

O Gráfico 15 apresenta as instituições que prestam assistência técnica aos/às agricultores (as) familiares camponeses (as). Das propriedades familiares participantes desta pesquisa, 64% recebem assistência técnica das fumageiras, 55%, da Emater, 9%, de uma empresa de laticínios, 9%, de uma empresa de processamento de soja, 9%, de uma empresa de processamento de brócolis e outros 9% não recebem nenhuma assistência técnica.

Algumas das propriedades recebem mais de um tipo de assistência técnica, evidenciando o cuidado com o processo, sendo que, nesse caso específico, mais de um dos atores sociais aborda a questão da qualificação dos produtos a partir da utilização destas tecnologias. Além disso, pode-se perceber que, mesmo 91% das

propriedades familiares recebendo assistência técnica, alguns atores sociais relatam que gostariam que ela fosse mais presente em sua propriedade familiar, e que isso seria fundamental para o futuro processo de sucessão familiar rural.

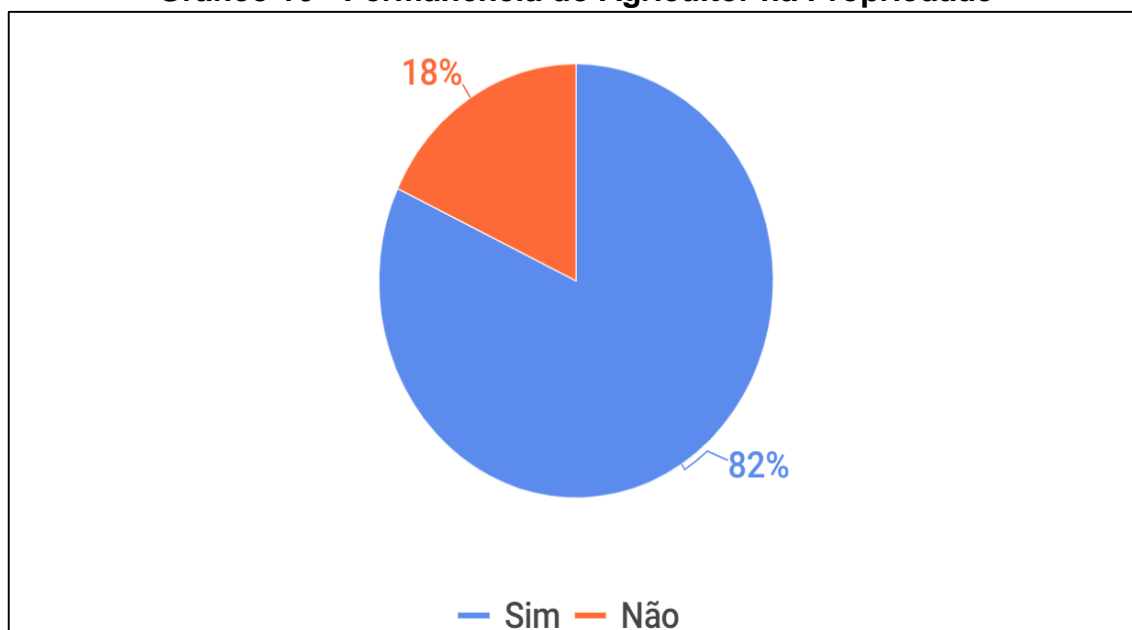
Gráfico 15 – Tipo de Assistência Técnica



Fonte: Elaborado pelo autor.

Por fim, foi perguntado aos (às) agricultores (as), se eles tivessem que começar de novo ou pudessem escolher entre a agricultura ou outra ocupação, se continuariam sendo agricultores (as) e produziram os mesmos produtos. Como ilustrado no Gráfico 16, 82% dos/das agricultores (as) relataram que, se tivesse que começar tudo de novo seriam novamente agricultores (as) familiares camponeses (as), e apenas 18% relataram que iriam procurar outra profissão.

Gráfico 16 - Permanência do Agricultor na Propriedade



Fonte: Elaborado pelo autor.

Portanto, percebe-se que existe nos/nas agricultores (as) participantes da pesquisa um sentimento de pertencimento e identidade com a agricultura familiar camponesa, pois a grande maioria deles sente orgulho de ser camponês ou camponesa. Além disso, nota-se, por parte das agricultoras, um protagonismo e liderança à frente das suas propriedades familiares, demonstrando a importância das mulheres na agricultura familiar camponesa do município pesquisado.

Faz-se pertinente destacar a importância da tradição e da modernização da agricultura familiar camponesa. Essa questão parece contraditória, mas, ao contrário do que parece, interage com os conhecimentos e as tecnologias trabalhadas ao longo dos tempos e passadas de geração para geração por meio de conversas com os mais antigos e com as novas tecnologias e maquinários que inovam a produção e trazem benefícios para o plantio e a colheita. Dosar o meio termo dos dois mundos é fundamental para a sobrevivência da agricultura familiar camponesa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sucessão familiar rural das propriedades é fator crucial no que diz respeito à sobrevivência da agricultura familiar camponesa, estando o processo sucessório intrinsecamente relacionado com a reprodução social e, conseqüentemente, com a perpetuação das propriedades familiares. O Município de Passo do Sobrado não foge à regra, já que, com seus pouco mais de seis mil habitantes, tem a agricultura familiar como uma das características centrais, centrada na produção de soja, tabaco, milho e alimentos. Entretanto, uma das dificuldades enfrentadas pela população local é quanto aos processos sucessórios da propriedade rural. As trajetórias da sucessão familiar demonstram que, cada vez mais, está diminuindo o número de jovens que permanecem no campo.

Nesse contexto, as memórias possuem um papel de legitimador nos processos identitários. A partir desse processo de construção das identidades dos coletivos, geralmente em situações complexas ou de tensão, que elas alcançarão uma maior importância. Com relação à sucessão familiar rural, essa construção das memórias fica ainda mais latente, pois as dificuldades encontradas pelos (as) agricultores (as) familiares camponeses (as) ao longo das últimas décadas indicam a necessidade dessa construção coletiva para reduzir a incidência do êxodo rural.

A partir da análise dos dados supracitados, evidenciou-se a importância que a agricultura familiar camponesa representa para o Município de Passo do Sobrado, destacando-se nesse contexto o número considerável de estabelecimentos agrícolas, bem como a dificuldade com relação a permanência dos mais jovens no campo.

A sucessão familiar rural das propriedades é fator crucial no que diz respeito à sobrevivência da agricultura familiar camponesa, estando o processo de sucessão familiar rural intrinsecamente relacionado com a reprodução social e, conseqüentemente, com a perpetuação das propriedades familiares. A ampliação de perspectivas para o êxodo rural traz conseqüências preocupantes com relação à permanência dos/das agricultores (as) familiares camponeses (as) junto a sua propriedade, sendo que, ao longo das últimas décadas, esse contexto fez com que algumas políticas públicas fossem criadas para que esses atores sociais não abandonassem em definitivo o campo.

Tendo-se essas premissas como parâmetros a presente pesquisa buscou realizar uma reflexão acerca das trajetórias da sucessão familiar rural na agricultura familiar camponesa em Passo do Sobrado-RS, destacando a figura dos/das camponeses (as) e de suas memórias como forma de reprodução do processo de sucessão familiar rural. Dentro desse contexto buscou-se valorizar as memórias desses importantes atores sociais, enfatizando seu papel, no que diz respeito à sobrevivência dessa categoria social. Nesse sentido, buscando-se responder à pergunta problema percebe-se que as trajetórias do processo da sucessão familiar rural, estão intrinsecamente conectadas com as memórias dos/das agricultores (as) familiares camponeses (as), sendo que as questões norteadoras previamente levantadas auxiliaram na caracterização dos/das agricultores (as) familiares camponeses (as), identificando suas memórias sobre sucessão familiar rural, a realidade dos mesmos e também como se dá o processo de sucessão familiar rural, na perspectiva do desenvolvimento regional.

Nessa perspectiva, como forma de entender o processo de sucessão familiar no Município de Passo do Sobrado, foi adotado como objetivo geral, analisar as trajetórias do processo de sucessão familiar rural a partir das memórias dos/das agricultores(as) familiares camponeses(as) deste Município; e, como objetivos específicos, registrar as memórias destes/as agricultores(as) sobre a sucessão familiar rural, identificar a sua realidade e compreender o processo de sucessão familiar rural na perspectiva do desenvolvimento regional. A partir dessas premissas, foi preciso entender as peculiaridades relacionadas aos novos moldes da agricultura no país, tendo-se em vista que as discussões sobre agricultura familiar camponesa apontam que as desigualdades geradas a partir da produção capitalista são oriundas da concentração de capital e rendas, gerando, como resultado desse processo, uma exclusão nos âmbitos econômicos, sociais e geográficos.

Além disso, faz-se pertinente destacar que a redução do plantio de tabaco no Município nas últimas duas décadas alterou o cenário da sucessão familiar rural, tendo em vista que houve um avanço significativo de hectares plantados da cultura da soja. Sabendo-se que as propriedades vinculadas à cultura da soja são propriedades maiores, o que influencia diretamente na concentração fundiária acarretando a não permanência dos/das agricultores (as) em suas propriedades e a venda dessa propriedade para o agronegócio exploratório, reduzindo, consideravelmente, as

propriedades camponesas, seja com relação ao número, seja com relação ao tamanho.

Nessa perspectiva, fica evidente que o processo de sucessão familiar rural ocorre mais em função da resistência dessa categoria social do que pela criação de políticas públicas e programas de incentivo. Outro aspecto importante no que diz respeito ao processo de sucessão familiar rural é que o poder hierárquico do núcleo familiar é quem, geralmente, rege as relações de sucessão, caráter de liderança e gestão da propriedade.

A pesquisa utilizou como método de abordagem as fontes orais. Sendo que, na coleta dos dados para a efetivação desta pesquisa, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, agendadas previamente com os/as agricultores (as) familiares, utilizando roteiros semiestruturados (apêndice A). Os critérios de escolha foram o tamanho da propriedade (até 25 hectares) e os herdeiros (no mínimo 1). Os/as entrevistados (as) foram prospectados (as) de um banco de dados da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater, onde o pesquisador previamente os/as selecionou conforme os critérios.

O propósito desta pesquisa foi analisar como ocorre o processo de sucessão familiar rural a partir das memórias dos/das agricultores (as) familiares camponeses (as) no Município de Passo do Sobrado. A análise das memórias dos agricultores é muito importante para que se entenda como esse processo de sucessão ocorre.

A partir da análise da memória dos agricultores do município pesquisado, foram identificadas semelhanças e diferenças que serviram para traçar um perfil destes agricultores. Dez dos 11 entrevistados são sucessores. Esse é um dos fatores que contribui para a permanência ou para a saída do jovem do espaço rural. Mesmo que a faixa etária dos entrevistados varie bastante, percebeu-se que, no tempo em que herdou a propriedade, na juventude, a maioria optou por permanecer nela, destacando que, mesmo fugindo do senso comum, esse fator foi fundamental para a permanência deles.

Para responder à pergunta problema desta pesquisa, o primeiro objetivo específico foi identificar a realidade dos/das agricultores (as) familiares camponeses (as) no Município de Passo do Sobrado. Assim sendo, eles/elas foram entrevistados (as), e buscou-se, a partir dessas entrevistas, identificar como se deu a permanência deles em suas propriedades. Observou-se que a categoria social investigada possui

relação intrínseca com a sua comunidade, sendo cada personagem uma expansão do núcleo familiar do qual faz parte. O/a agricultor (a) familiar camponês (a), na percepção do autor desta pesquisa, perpassa a pessoa física e relaciona-se indivisivelmente com seu núcleo familiar. Essa questão fica evidente no que diz respeito ao controle e à tomada de decisões da propriedade, mas também a outras questões, como o planejamento e até os produtos principais que são comercializados.

Como forma de se entender a trajetória da sucessão familiar em Passo do Sobrado, faz-se fundamental entender as peculiaridades relacionadas aos novos moldes da agricultura no País. As peculiaridades do tipo de agricultura empregada e das especificidades e regionalidades também precisam ser colocadas em pauta. O que se percebeu na trajetória da sucessão é que os/as agricultores (as) que hoje estão no comando da propriedade são filhos (as) que assumiram a gestão por diversos fatores: incentivo à permanência, doença dos pais, não ter tido oportunidade de estudar pela falta de transporte e condições financeiras na época, autonomia, não se encaixar em emprego no espaço urbano e gostar da agricultura e da qualidade de vida que ela proporciona.

Percebeu-se a falta de planejamento no processo de sucessão familiar rural, pois, mesmo que dez dos 11 entrevistados sejam sucessores, não ocorreu planejamento por parte de seus pais para que isso ocorresse. Apenas dois dos sucessores relataram que conversaram sobre o assunto, mas, assim mesmo, percebi que o gosto pela lida é relacionado aos saberes e fazeres que herdaram de seus antepassados, já que todos tinham alguma história com seus familiares que os motivou a permanecerem na propriedade.

Outra questão bem pertinente a ser observada é a escolaridade, sendo este um dos fatores para que não ocorra a sucessão, pois, quanto maior o nível de escolaridade, maiores as chances no mercado de trabalho nos centros urbanos. Isso está intrinsecamente relacionado à questão das dificuldades e da desvalorização da vida no campo.

A partir das discussões no campo do desenvolvimento regional, percebe-se que as desigualdades geradas a partir da produção capitalista são oriundas da concentração de capital e rendas, gerando processos de exclusão econômicos, sociais e geográficos. Dentre eles, destaca-se a não vinculação dos mais jovens à propriedade familiar rural, relacionada às dificuldades da vida no campo e à

desvalorização tanto econômica quanto sociocultural, e a falta de uma efetiva política de garantia de preços mínimos. Isso gera grandes preocupações em relação ao desenvolvimento rural, porque passa pela produção de alimentos, além de outras questões. Portanto, os estudos sobre a sucessão familiar rural merecem ser ampliados e aprofundados, uma vez que a sucessão é vital para a sobrevivência da agricultura familiar camponesa.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Reforma Agrária** – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – v. 28, n. 1; p. 2;3; 29, jan/dez, 1998. jan/ago, 1999.
- ABRAMOVAY, Ricardo. **Conselhos além dos limites**. Revista Estudos Avançados. São Paulo, v.15, n.43, p. 121-140, 2001.
- AHLERT, Lucildo. A sucessão das atividades na agricultura familiar. In: XLVII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Porto Alegre. **[Anais]** Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Porto Alegre – RS, 2009.
- AHLERT, Lucildo; GEDOZ, Sirlei Teresinha. Povoamento e Desenvolvimento Econômico na Região do Vale do Taquari, RS – 1822 a 1930. **Revista Estudo & Debate**, Lajeado, v. 8, n.1, 2001. Disponível em: <<https://www.cicvaledotaquari.com.br/wp-content/uploads/hist-eco-vt-texto3-1822-1930.pdf>>. Acesso em: 29 jan. 2024.
- AMADO, Janaina. **O Grande Mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em História Oral**. São Paulo, UNESP, 1995.
- A PARÓQUIA. Gazeta do Sul. Ed. Especial. 15/11/1984, n. 129, p. 33.
- BIEGER, Tamires Elisa. **Sucessão na Agricultura Familiar: Um Estudo do Município de Coronel Barros – RS**. Monografia (Bacharel em Administração) – Curso de Graduação em Administração, do Departamento de Ciências Administrativas, Contábeis, Econômicas e da Comunicação, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), Ijuí – RS, 2013.
- BERNARDES, Nilo. **Bases geográficas do povoamento do estado do Rio Grande do Sul**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1997. 135 p.
- BONATTI, D. J.; RIGO, R. L.; FERREIRA, J. D. **Análise da sucessão familiar em propriedades rurais de Realeza-Paraná**. Monography - Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz 2018.
- BRUM, Argemiro Jacob. **Modernização da agricultura: trigo e soja**. Ijuí: Fidene, 1985.
- BRUMER, Anita. **A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade**. Juventude rural em perspectiva. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 35- 52.
- CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**. Texto para discussão, n. 621, Ipea, 1999.

CARNEIRO, M. J. Herança e gênero entre agricultores rurais. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 22-55, jun./dez. 2001.

COLETTI, Tomé. **Sustentabilidade e Agricultura familiar: O Dilema da Sucessão Intergeracional no Oeste Catarinense**. 2017.

COSTA, Maria Regina Caetano.; BEZERRA, Antonio Jorge Amaral.; MENDONÇA, Henrique Andrade Furtado. Expectativas de sucessão hereditária nas unidades de produção familiares. Um olhar sobre o município de morro Redondo, RS. **ACTA. Geográfica**, v. 6, n. 12, p. 139-154, 2012.

COSTA, Miguel Ângelo Silva da Costa. **Entre a “Flor da sociedade” e a “escória da população”**: a experiência de homens livres pobres no eleitorado de Rio Pardo (1850- 1880). Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), São Leopoldo, 2006.

CLOSS, Lisiane; ANTONELLO, Cláudia. S. História de vida: suas possibilidades para a investigação de processos de aprendizagem gerencial. **Revista Eletrônica de Gestão Organizacional**. Pernambuco, v. 10, n. 1, p. 105-137, jan/abr. 2012.

DEPONTI, Cidonea Machado. As "agruras" da gestão da propriedade rural pela agricultura familiar. **Redes**, v. 19, n. 2014, p. 9-24, 9 set. 2014.

ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO ALEXANDRINO DE ALENCAR. **Projeto Político Pedagógico**. Passo do Sobrado, 2016.

FAGUNDES, João Felipe. **Passo do Sobrado: de segundo distrito de Rio Pardo à município**. UNISC, Santa Cruz do Sul, 2016.

FAVARETO, Arilson. A abordagem territorial do desenvolvimento rural – mudança institucional ou “inovação por adição”? **Estudos avançados**, n. 68, v. 24, p. 299-319, 2010.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína [Org.]. **Usos & abusos da história oral**. 8ª Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

FLORES, Murilo. **A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento** - Uma visão do estado da arte. Santiago, Chile: RIMISP, 2006.

GASPARETO, Sirlei Antoninha Kroth; KARNOPP, Erica; DEPONTI, Cidonea Machado. A agricultura camponesa (des) aparecerá frente às determinações do capital e/ou se (re) criará? **Redes** (Santa Cruz do Sul, Online), v. 21, n. 3, p. 34-48, set. /dez. 2016.

GASSON, R.; ERRINGTON, A. **The farm family business**. Wallingford: Cab International, 1993.

GAZZANIGA Michael; IVRY, Richard B.; MANGUN, George Ronald. **Neurociência cognitiva: a biologia da mente**. Artmed, 2006.

GEVEHR, Daniel Luciano. A crise dos lugares de memória e dos espaços identitários no contexto da modernidade: questões para o ensino de história. **Rev. Bras. Educ. [online]**., v. 21, n. 67, p. 945-962, 2016.

GEVEHR, Daniel Luciano. **Memória, Identidade e Patrimônio Cultural: Uma Contribuição dos Estudos Regionais**. 01. ed. Guarujá, SP: Científica Digital, 2021. v. 01. 202p

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HELFER, Inácio; HAAS, Helga; AGNES, Clarice. **Normas para apresentação de trabalhos acadêmicos** - 3. ed. - Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2019.

HERRLEIN JÚNIOR, Ronaldo. **Rio Grande do Sul, 1889 – 1930: outro capitalismo no Brasil meridional**. Tese (doutorado) — Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. Campinas, SP: [s.n.], 2000.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE Cidades. **Censo 2000**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/passo-do-sobrado/panorama>>. Acesso em: jul. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE Cidades. **Censo Agropecuário 2004**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/passo-do-sobrado/pesquisa/24/76693>>. Acesso em: mar. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE Cidades. **Censo Agropecuário 2010**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/passo-do-sobrado/pesquisa/24/76693>>. Acesso em: mar. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE Cidades. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/passo-do-sobrado/pesquisa/24/76693>>. Acesso em: mar. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE Cidades. **Censo Agropecuário 2021**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/passo-do-sobrado/pesquisa/24/76693>>. Acesso em: mar. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE Cidades. **Censo 2022**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/passo-do-sobrado/panorama>>. Acesso em: set. 2023.

JÚNIOR, Carlos Alberto. **Agroindústrias familiares rurais: a percepção dos atores no processo de sucessão intergeracional**. 2020. 172 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, 2020.

KIELING Rejane Inês. **(Re) significados do Rural: Estudo da Memória dos Agricultores sobre o Processo de Modernização da Agricultura na Comunidade Rural de Linha Acre, Cândido Godói-RS**. Tese, Santa Cruz do Sul, UNISC, 2018.

LE GOFF, Jaques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

Le Goff, J. **História e memória**. 5. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

LAMARCHE, Hugues (coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional, v. 1: uma realidade multiforme**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

LENZ, Maurício Henrique. **Viabilidade agroeconômica da produção orgânica de plantas condimentares para o desenvolvimento sustentável em propriedades familiares na região do vale do Rio Pardo/RS**. 2006. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul, UNISC, Santa Cruz do Sul, 2006.

LIVRO TOMBO. Paróquia Nossa Senhora do Rosário de Passo do Sobrado, 2º distrito de Rio Pardo/RS. v. 1 e 2. 1939-1977.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. Lugar do Modo de Vida Tradicional na Modernidade. In. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, Marta Inez Medeiros (orgs.). **O Campo no Século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004. p. 145-158.

MENDONÇA, Kênia Fabiana Cota. **Sucessão, Formação e Migração: Destinos de Duas Gerações de Agricultores Familiares do Alto Jequitinhonha, MG**. Dissertação (Mestrado em Administração, área de Concentração em Gestão Social, Ambiente e Desenvolvimento). Universidade Federal de Lavras, Lavras – MG, 2008.

MISHRA, A.; EL-OSTA, H. Effect of agricultural policy on succession decisions of farm households. **Review of Economics of the Household**, [s. l.], v. 6, p. 285-307, 2008.

NOGUEIRA, Maria Luísa Magalhães; BARROS, Vanessa Andrade de; ARAUJO, Adriana Dias Gomide e PIMENTA, Denise Aparecida Oliveira. O método de história de vida: a exigência de um encontro em tempos de aceleração. **Pesqui. prá. Psicossociais** [online]. vol.12, n.2, pp. 466-485, 2017.

PASSO DO SOBRADO, RS. **Informativo da Emancipação**. nº 3, maio/2017.

PASQUETTI, E. P. HILLESHEIM, L. P. A sucessão na agricultura familiar no município de Nova Candelária (RS). In: COTRIM, D. **Desenvolvimento rural e agricultura familiar**. ASCAR, 2014. p. 267-291.

PASQUALOTTO, Nayara; KAUFMANN, Marielen Priscila; WIZNIEWSKY, José Geraldo. **Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável** [recurso eletrônico]. – 1. ed. – Santa Maria, RS: UFSM, NTE, 2019.

PERALTA, Elsa. Abordagens Teóricas ao Estudo da Memória Social: Uma Resenha Crítica. **Arquivos da Memória: Antropologia, Escala e Memória**, v. 2, 2007.

POLLAK, Michael. "Memória, esquecimento, silêncio " **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: vol. 2, nº 3, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: CPDOK/FGV, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PRIEB, Rita Inês. **Pluriatividade na produção familiar fumageira**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Coordenação e Planejamento. **Atlas Socioeconômico: Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: SCP, 2002. Ed. Revisão ampliada, 112p.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do "indizível" ao "dizível". In: QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de; SIMSON, Olga de Moraes Von. (Orgs.) **Experimentos com histórias de vida: Itália-Brasil**. São Paulo: Vértice, 1988. cap. 2. p. 14-43.

Ricoeur, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora UNICAMP, 2012.

SANTOS, Alexandre Lima; RIGOTTO, Raquel Maria. Território e territorialização: incorporando as relações produção, trabalho, ambiente e saúde na atenção básica à saúde. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 8, p. 387-406, 2010.

SANTOS, Milton. O retorno do território. **OSAL: Observatório Social de América Latina**. Ano 6, n. 16, jun. 2005. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização - do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SILVA, Airton Rodrigues da., FROELICH, Deise Anelise., KASPER, Lidiane., & José Nelson THESING. **A SUCESSÃO NAAGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO NA CASA FAMILIAR RURAL FILHOS DA TERRA**. Salão Do Conhecimento. v.7 n.7 (2021).

SOUZA, Mariana Janisch. A memória como matéria prima para uma identidade: apontamentos teóricos acerca das noções de memória e identidade. **Revista Graphos**, v. 16, n. 1, 2014.

SPANVELLO, Rosani Marisa. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. 2008. Dissertação (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, Porto Alegre, 2008.

SPENNER, Bruna Viera. **Arquitetura, gado a cativo: estâncias pastoris em Rio Pardo no final do século XIX**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). 2013. Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc), 2013.

TIHERRO, Ricardo Marian; PICOLOTTO, Everton Lazzaretti; DALCIN, Dionéia. A persistência e a migração na agricultura familiar: um panorama em relação ao município de São Luis Gonzaga/RS. 59º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER) & 6º Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo (EBPC). **Anais...** - Brasília (DF): UnB, 2021.

VOGT, O. P.; ROMERO, M. R. Z. (Org.). **Uma luz para a história do Rio Grande: Rio Pardo 200 anos: cultura, arte e memória.** Santa Cruz: Editora Gazeta Santa Cruz, 2010.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Agricultores, camponeses e também colonos descendentes de imigrantes italianos na região central do Rio Grande do Sul. In: NEVES, Delma Pessanha. (Org.). **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil.** Formas dirigidas de constituição do campesinato. São Paulo; Brasília: UNESP; NEAD, 2008, v. 2, p. 89-108.

ZONIN, Valdecir José. **A Juventude Rural no Oeste de Santa Catarina: Dinâmicas Sucessórias Desafiadoras.** In: KROTH, Darlan Christiano.; ZONIN, Valdecir José (Orgs.). **Juventude rural e sucessão na agricultura familiar.** Curitiba: Appris, 1ª ed., p. 309-332, 2021.

APÊNDICES

Apêndice A - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Identificação:

Nome:

Idade:

Caracterização da propriedade rural

1. Quem controla e toma as decisões na sua propriedade familiar?
2. Qual o seu grau de escolarização?
3. Você teve a influência de seus pais para permanecer na propriedade familiar?
4. Como obteve a propriedade familiar?
5. Quantos hectares tem sua propriedade familiar?
6. A propriedade familiar está em qual geração?
7. A produção na propriedade familiar é diversificada ou monocultura?

Sucessão Familiar Rural

1. A família, em algum momento, reuniu-se e conversou sobre a necessidade da permanência de um ou mais filhos para a continuação da propriedade? Se isso aconteceu, conte um pouco sobre isso.
2. Qual sua opinião sobre a agricultura familiar camponesa?
3. Qual sua opinião sobre a saída dos jovens do espaço rural?
4. Na sua opinião, que fatores contribuem para que os jovens permaneçam no espaço rural?
5. Quais desses fatores seriam determinantes para tal escolha: condições econômicas, geográficas (relevo) ou tecnológicas?
6. Como você percebe questões como o envelhecimento e a masculinização no meio rural? Esses fenômenos ocorrem na sua comunidade?
7. Em algum momento você estimulou seu filho a permanecer em sua propriedade familiar?

8.Quando o senhor (a) não conseguir mais trabalhar na agricultura, que destino pretende dar a sua propriedade familiar?

Produção da propriedade familiar

1.Qual é o produto mais produzido em sua propriedade familiar?

2.Você utiliza tecnologias em sua propriedade familiar?

3.Há alguma instituição que presta serviço de assistência técnica em sua propriedade familiar?

4.Se tivesse que começar de novo ou pudesse escolher entre a agricultura, ou outra ocupação, seria agricultor (a) novamente e produziria os mesmos produtos? Por quê?

Apêndice B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Prezado (a) Senhor (a):

Sou mestrando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, na UNISC – Universidade de Santa Cruz do Sul, e estou realizando uma pesquisa com o objetivo de analisar a memória dos agricultores familiares camponeses. A pesquisa está relacionada ao projeto que tem como título “Trajetórias da Sucessão Familiar Rural: Um Olhar Sobre as Memórias dos/das Agricultores (as) Familiares Camponeses (as) no Município de Passo do Sobrado/RS-Brasil” e se vincula ao meu Mestrado, que realizo durante os anos 2022 e 2023. Informações sobre o projeto e sobre minha vinculação com o Programa de Pós-Graduação de Desenvolvimento Regional podem ser acessadas por intermédio da Secretaria do Programa, nos telefones (051) 3717-7392. Sob o ponto de vista do trabalho de campo, ou seja, do levantamento de dados na realidade que está sendo investigada, a pesquisa se utiliza de um roteiro para as entrevistas semiestruturadas.

Nesse sentido, gostaria de contar com sua participação na referida pesquisa que, caso o senhor (a) aceite, envolverá uma entrevista (organizada de acordo com um roteiro de entrevista, que está anexado neste documento), em data, horário e local de sua escolha. Evidentemente, sua participação na pesquisa é de grande importância. Cabe ressaltar, no entanto, que a participação é voluntária e, nesse sentido, se o senhor decidir não participar ou quiser desistir de participar (em qualquer momento), tem absoluta liberdade de fazê-lo. Caso decida participar, quero garantir que os dados obtidos por meio de todas as entrevistas serão analisados de forma global, sendo garantido, nesse sentido, total sigilo (pessoal e organizacional) para todos os entrevistados. O que significa, evidentemente, que na publicação da Dissertação de Mestrado ou, então, de outras produções científicas (artigos, capítulos de livros etc.) sua identidade será mantida em sigilo, omitindo-se todas as informações que possam identificá-lo.

Por fim, é importante registrar que os resultados da pesquisa são públicos e, uma vez ela terminada, os dados serão disponibilizados para todos os interessados, inclusive para o senhor (a), caso seja de seu interesse. De qualquer forma, reafirmo que sua participação será de grande importância para que possamos não somente

ampliar a compreensão de uma temática que ainda carece de estudos, mas, fundamentalmente, para que possamos fornecer para nossas instituições (públicas e privadas) informações e conhecimentos sistematizados e capazes de instrumentalizá-las em suas práticas de reflexão e de intervenção em nossas realidades regionais.

Agradeço a sua atenção inicial, espero contar com sua participação na pesquisa e, para qualquer dúvida ou esclarecimento, coloco à sua disposição meu endereço eletrônico e meu contato telefônico: E-mail: joaofagundes87@hotmail.com; Fone: 999261790.

Atenciosamente,

João Felipe Fagundes

Aluno de Mestrado

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - PPGDR

Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC

Aceito participar da pesquisa “Trajetórias da Sucessão Familiar Rural: Um Olhar Sobre as Memórias dos/das Agricultores (as) Familiares Camponeses (as) no Município de Passo do Sobrado/RS-Brasil ”concedendo uma entrevista para a equipe responsável pela execução da referida pesquisa, e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.

Nome e assinatura do participante.

Local e data.

CIP - Catalogação na Publicação

Fagundes, João Felipe

TRAJETÓRIAS DA SUCESSÃO FAMILIAR RURAL: UM OLHAR SOBRE AS MEMÓRIAS DOS/DAS AGRICULTORES (AS) FAMILIARES CAMPONESES (AS) NO MUNICÍPIO DE PASSO DO SOBRADO-RS-BRASIL / João Felipe Fagundes. – 2024.

125 f. : il. ; 29 cm.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, 2024.

Orientação: Profa. Dra. Erica Karnopp.

Coorientação: Prof. Dr. José Antonio Moraes do Nascimento .

1. Sucessão Familiar Rural. 2. Passo do Sobrado. 3. Memórias. 4. Agricultura Familiar Camponesa. 5. Camponeses. I. Karnopp, Erica. II. Nascimento , José Antonio Moraes do . III. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UNISC com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).